

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

ALEX KNAPP BAKOF

CRESCIMENTO PRÓ-POBRE: CONCEITOS, EXPERIÊNCIAS, POLÍTICAS PÚBLICAS
E UMA ANÁLISE EMPÍRICA DO RIO GRANDE DO SUL NA DÉCADA DE 1990

Porto Alegre

2006

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

ALEX KNAPP BAKOF

CRESCIMENTO PRÓ-POBRE: CONCEITOS, EXPERIÊNCIAS, POLÍTICAS PÚBLICAS
E UMA ANÁLISE EMPÍRICA DO RIO GRANDE DO SUL NA DÉCADA DE 1990

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do grau de Mestre em Economia, modalidade profissionalizante, com ênfase em Economia Aplicada.

Orientador: Prof. Dr. Sabino da Silva Porto Júnior

Porto Alegre
2006

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
Responsável: Biblioteca Gládis W. do Amaral, Faculdade de Ciências Econômicas da
UFRGS.

B168c

Bakof, Alex Knapp

Crescimento pró-pobre: conceitos, experiências, políticas públicas e uma análise empírica do Rio Grande do Sul na década de 1990 / Alex Knapp Bakof. – Porto Alegre, 2006.

114 f. : il.

Ênfase em Economia Aplicada.

Orientador: Sabino da Silva Porto Júnior.

Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre, 2006.

1 Pobreza : Distribuição da renda : Rio Grande do Sul. 2. Crescimento econômico : 1991-2000 : Rio Grande do Sul. 3. Pobreza : Crescimento econômico : Políticas públicas. I. Porto Júnior, Sabino da Silva. II. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Economia. III. Título.

CDU 330.564

ALEX KNAPP BAKOF

CRESCIMENTO PRÓ-POBRE: CONCEITOS, EXPERIÊNCIAS, POLÍTICAS PÚBLICAS
E UMA ANÁLISE EMPÍRICA DO RIO GRANDE DO SUL NA DÉCADA DE 1990

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do grau de Mestre em Economia, modalidade profissionalizante, com ênfase em Economia Aplicada.

Aprovada em: Porto Alegre, 17 de julho de 2006.

Prof. Dr. Sabino da Silva Porto Júnior – Orientador

UFRGS

Prof. Dr. Stefano Fiorissi

UFRGS

Prof. Dr. Sílvio Cezar Arend

UNISC

Prof. Dr. Clailton Ataides

UFSM

DEDICATÓRIA

Aos meus avós, raízes do fruto que sou.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que nos dá condições para entender, acreditar e viver a partir e além do ontem e muito além do hoje.

Aos meus pais, Nélsi e Nelcí, pelo apoio irrestrito, pela visão estratégica e pelo ensino, associado e vinculado à experiência prática, sempre. Pelo amor.

Ao meu irmão, Alysson, por ser exemplo e por me permitir ajudar no exemplo. Por ser parte de mim.

A Camila, por ser companheira e por compartilhar desses momentos singulares e importantes; por me ensinar com seus exemplos, todos os dias, o verdadeiro sentido da determinação; por estar comigo para viver o amor mais belo que há e me fazer sentir o que de fato é viver, o que é ser plenamente feliz.

Aos colegas, por podermos crescer juntos. Aos professores, pelo ensino integral.

Ao meu orientador, por me fazer perseguir o melhor resultado, questionado, batalhado e completo.

RESUMO

O desenvolvimento econômico mostra-se um instrumento fundamental numa das questões cruciais a toda a população e aos formuladores de políticas públicas: a redução da pobreza. As experiências ao redor do mundo e durante os tempos têm mostrado que os países e mesmo as regiões dentro deles crescem de maneira desigual. Do mesmo modo, a distribuição de renda dentro deles e entre eles não é homogênea, podendo beneficiar determinadas parcelas da população. Para tratar desse enfoque, o presente trabalho explora o tema crescimento pró-pobre, que sinteticamente traduz-se como aquele em que a população de mais baixa renda efetivamente se beneficia do crescimento. Apresenta-se o debate conceitual e histórico, as experiências ao redor do mundo e do Brasil, os aspectos significativos e as condições que tenham se mostrado favoráveis ao crescimento pró-pobre. Adicionalmente discutem-se as políticas públicas que podem promover o bom crescimento. De posse desse ferramental, introduziu-se o índice “G” de crescimento para empiricamente avaliar, por meio de dados do IBGE, o crescimento no Estado do Rio Grande do Sul no período compreendido entre 1991 e 2000. Reforçando a tese de que o desenvolvimento não é neutro sob o ponto de vista de distribuição de renda, os resultados para as diferentes regiões do RS da década de 1990 mostraram-se heterogêneos, de pró-pobres a pró-ricos, passando por empobrecedores. Na média, no entanto, o crescimento foi pró-rico.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Pobreza. Crescimento Pró-Pobre. Desigualdade. Renda. Linha de Pobreza. Política Pública.

ABSTRACT

Economic development has appeared itself as a major instrument considering a crucial question for the whole population and policy makers: poverty reduction. Experiences around the world and through the years has shown unequal growth among countries and even in its regions. In this sense, income distribution in the countries and among them isn't homogeneous, which may benefit just part of individuals. In order to discuss this approach, the present paper examines pro-poor growth notion, which basically occurs when the poorest population in fact benefit from economic growth. A conceptual and historical debate is presented, as well the experiences around the world and in Brazil, significant aspects and conditions that has been favorable in order to achieve pro-poor growth. Additionally, public policies that may promote a "good" growth are discussed. Having all this set of knowledge in mind, the "G" growth index is introduced to empirically evaluate Rio Grande do Sul state growth between 1991 and 2000, using IBGE data. The results regarding the different regions in RS during the 1990 decade has been heterogeneous, reinforcing the idea that development is not neutral considering income distribution. They varied from pro-rich to pro-poor, including anti-poor situations. Therefore, it's average was pro-rich.

Keywords: Development. Poverty. Pro-Poor Growth. Inequality. Income. Poverty Line. Public Policy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1 – Ambiente Institucional e Crescimento Pró-Pobre.....	54
--	----

GRÁFICOS

Gráfico 1 – Crescimento Pró-Pobre RS 1991-2000	59
Gráfico 2 – Crescimento Pró-Pobre RS 1991-2000	60
Gráfico 3 – Crescimento Pró-Pobre RS 1991-2000	61
Gráfico 4 – Crescimento Pró-Pobre RS 1991-2000	62
Gráfico 5 – Crescimento Pró-Pobre RS 1991-2000	62
Gráfico 6 – Crescimento Pró-Pobre RS 1991-2000	63
Gráfico 7 – Crescimento Pró-Pobre RS 1991-2000	64
Gráfico 8 – Pobreza Extrema no Brasil - US\$1 PPP.....	65
Gráfico 9 – Miséria % da População Brasileira	66
Gráfico 10 – Distribuição de Renda no Brasil.....	66

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 CRESCIMENTO PRÓ-POBRE: CONCEITUAÇÕES DISTINTAS E CORRENTES TEÓRICAS.....	14
2.1 O DEBATE SOBRE PRO-POOR GROWTH	14
2.2 UM HISTÓRICO SOBRE O ESTUDO DO CRESCIMENTO PRÓ-POBRE.....	17
2.3 DIVISÃO TEÓRICA SOBRE O TEMA, CONCEITOS E METODOLOGIA.....	18
2.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	22
3 FATORES IMPORTANTES PARA A REDUÇÃO DA POBREZA: EXPERIÊNCIAS E INDICAÇÕES AO REDOR DO MUNDO	23
3.1 O CRESCIMENTO, O MUNDO E A POBREZA	23
3.2 RURAL E URBANO: ONDE ESTÁ O CRESCIMENTO PRÓ-POBRE.....	33
3.3 ELASTICIDADE DA POBREZA	35
3.4 CRESCIMENTO E REDUÇÃO DO TRABALHO INFANTIL	37
3.5 O PASSADO IMPORTA PARA O CRESCIMENTO	40
3.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
4 POLÍTICAS PÚBLICAS E SEU IMPACTO NA QUALIDADE DO CRESCIMENTO.....	43
4.1 REDUÇÃO DA POBREZA: UMA CARTILHA	49
4.2 CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
5 O CRESCIMENTO PRÓ-POBRE E O CASO DO RIO GRANDE DO SUL	58
5.1 RESULTADOS: O PERFIL DE CRESCIMENTO DO RS DE 1991 A 2000	59
5.2 OUTRAS QUESTÕES SOBRE DESENVOLVIMENTO	64
5.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
6 CONCLUSÃO	70

REFERÊNCIAS	75
APÊNDICE – DEBATE E POLÍTICAS ECONÔMICAS PRÓ- POBRE	81
ANEXO A – RENDA EM QUINTIS DOS MUNICÍPIOS DO RS (1991-2000).....	84
ANEXO B – ÍNDICE G (GROWTH) DOS MUNICÍPIOS/RS 1991-2000	103

1 INTRODUÇÃO

A partir de 1970, o estudo do desenvolvimento econômico consolidou-se e, atualmente, o debate sobre o tema mostra-se revigorado. Com o avanço de ferramentas matemáticas e econométricas (até então não aplicáveis nesse ramo¹) e, principalmente, com a divulgação de uma sólida base de dados socioeconômicos de diversos países, esse debate tomou novo fôlego, foi retomado e ocupa espaço de destaque na pesquisa da principal corrente da economia.

Em particular, o desenvolvimento econômico mostra-se um instrumento relacionado à redução da pobreza; assim, entender o impacto do crescimento sobre a redução de pobreza é fundamental para a promoção do desenvolvimento contemporaneamente. Por esse motivo, a análise do impacto do crescimento sobre a pobreza é um tema relevante para os *policy makers* e para a população como um todo.

Para tratar desse tema de forma moderna, apóia-se no conceito de crescimento pró-pobre, ou *pro-poor growth*. Isso se torna mais evidente quando se leva em consideração que os países e mesmo regiões dentro de um país não crescem de maneira equilibrada ou igual, de tal forma que alguns deles acabam obtendo desempenhos melhores que outros e, mais que isso, uma parcela da população, dentro dessas regiões, pode se beneficiar em maior proporção desse crescimento que outra. Desse modo, o crescimento pode privilegiar determinadas parcelas da população em detrimento de outras. Em suma, o crescimento não é neutro do ponto de vista da distribuição de renda. Tochetto et al. (2004) defendem que a relação entre crescimento e combate efetivo à pobreza não é trivial.

Assim, estudos que avaliem a qualidade do crescimento de um país podem ser um indicativo para se entender as realidades e para se buscar um crescimento mais pró-pobre capaz de melhorar efetivamente as condições de renda e de vida entre as regiões.

Um dos principais objetivos dentro dos esforços de desenvolvimento é a busca pela redução da pobreza (KAKWANI; KHANDKER; SON, 2004), já que ela é uma realidade em todos os países, inclusive nos considerados ricos. No caso do Brasil, essa realidade é ainda mais real.

Há uma série de questionamentos que podem ser levantados com relação a esse tema. Pode-se perguntar, por exemplo, qualquer crescimento é bom. Ou seja, será que existe algum

¹ O *mainstream* econômico abandonou questões relevantes porque elas não eram tratáveis numa linguagem lógica o suficiente para evitar a verborragia e equívocos de interpretação, como bem acentua Krugmann (2001).

crescimento que seja ruim, ou será que é melhor crescer a qualquer custo do que não crescer? É possível crescer sem concentrar renda? Ou, ainda, o aumento da renda dos ricos proporcionalmente menos que a dos pobres seria a melhor forma de desenvolvimento? De que forma o crescimento econômico afeta a renda dos mais pobres?

Atualmente, as economias mundiais encontram-se completamente vinculadas direta ou indiretamente, e entender como um país ou região afeta o crescimento do outro ou dos demais e contribui para desenvolvimento dos mesmos é fundamental para a definição das políticas internas e externas dos governos. Mais do que isso, poder compreender de que maneira os governos podem preparar políticas públicas para a redução das desigualdades sociais e para a melhoria das condições de vida, significa efetivamente atender a uma demanda do conjunto da população. Nesse sentido, a análise da qualidade do crescimento não pode estar desvinculada do crescimento da economia global e do tipo de crescimento que vem sendo obtido; isso significa que cada país ou região deve seguir o objetivo de perseguir um crescimento ajustado à sua realidade. A situação de economias emergentes com um elevado nível de pobreza e com desigualdades na distribuição de renda marcantes exige um tipo de crescimento nitidamente pró-pobre.

Com o objetivo de tratar as questões relevantes para a análise da qualidade do crescimento, no Capítulo 2 deste trabalho pretende-se situar o debate a respeito do tema e apresentar ao leitor conceituações distintas e de variadas correntes teóricas do que vem a ser crescimento pró-pobre, ou *pro-poor growth*, apresentando-se enfoques e entendimentos diferenciados e complementares. Expõe-se também um breve histórico sobre o estudo da qualidade do crescimento, tendo como pano de fundo o debate teórico sobre a capacidade do crescimento econômico de reduzir a pobreza.

Já no Capítulo 3, apresenta-se uma revisão da literatura empírica sobre crescimento pró-pobre a partir da avaliação das experiências de crescimento em regiões distintas do mundo. Nesse sentido, exhibe-se um breve painel da experiência de crescimento mundial recente e uma breve descrição do quadro da pobreza avaliada por linhas de pobreza no mundo, ligando, até certo ponto, essa análise com o intenso processo de globalização da economia nos anos 1990. Enfim, mostra-se, como determinados países e regiões responderam às oscilações de crescimento e como a condição de vida das parcelas mais pobres da população naqueles países foi afetada. Ainda neste capítulo, realiza-se uma abordagem sobre a resposta das áreas urbanas e rurais ao crescimento e à elasticidade da pobreza, bem como uma avaliação dos efeitos do crescimento sobre o trabalho infantil e da importância de condições iniciais para um melhor crescimento.

No Capítulo 4, faz-se uma breve revisão dos impactos das políticas públicas e de como elas podem impulsionar, ou dificultar, o crescimento com qualidade, de forma que este seja um *pro-poor growth*. O objetivo desse capítulo é relatar as experiências exitosas de crescimento no sentido de analisar como o governo pode participar e induzir um “bom crescimento”.

Finalmente, no Capítulo 5, tenta-se responder como se apresentou o crescimento e a distribuição da renda nos municípios do Estado do Rio Grande do Sul na década de 1990, período que se configurou por grandes transformações na economia brasileira.

2 CRESCIMENTO PRÓ-POBRE: CONCEITUAÇÕES DISTINTAS E CORRENTES TEÓRICAS

O crescimento endógeno ou o desenvolvimento tem sido estabelecido como uma pré-condição sem a qual não haverá melhoria nas condições de vida da população. Nesse contexto, portanto, alcançar níveis elevados de crescimento deve ser um dos objetivos principais da sociedade; porém, esse crescimento tem que vir acompanhado de melhora efetiva nas condições de vida dos mais pobres.

Contudo, a história tem mostrado e as teorias têm embasado o diagnóstico de que os países não apresentaram um crescimento uniforme, eventualmente porque alguns cresceram mais do que a média mundial ou, sob outro ponto de vista, porque alguns se desenvolveram menos que a trajetória da maioria dos países. Nesse sentido, não é difícil perceber que, em qualquer realidade que se avalie, os indivíduos captam os benefícios da economia de maneira heterogênea.

Além disso, a desigualdade social (e a de renda, em destaque) é sobremaneira percebida, principalmente nos países não plenamente desenvolvidos, de tal forma que se pode dizer que o crescimento econômico pode atuar a favor, de maneira neutra ou contra os indivíduos mais pobres da população. Pela importância e interferência do crescimento de vida das pessoas, é fundamental que se abordem algumas definições a respeito do tema.

2.1 O DEBATE SOBRE *PRO-POOR GROWTH*

Nos dias de hoje, praticamente não mais se faz distinção absoluta entre crescimento e desenvolvimento econômico, principalmente se forem levados em conta os resultados da literatura da moderna teoria de crescimento endógeno. Isso porque se configurou uma discussão ultrapassada, restando dela apenas um bom referencial teórico e o consenso de que não basta apenas o crescimento nominal do PIB de um país ou região, se ficarem esquecidos ou relevados a segundo plano as condições de vida e os indicadores sociais de uma dada região ou do conjunto de indivíduos de um dado país. Todavia, para evitar confusão

conceitual, utiliza-se ainda a divisão clássica entre a noção de crescimento e desenvolvimento econômico.

Nesse contexto, o conceito de crescimento com qualidade ou de *pro-poor growth* tem tomado especial corpo principalmente nos países em desenvolvimento. É exatamente neles que mais se vislumbram oportunidades de crescimento, bem como espaço para redução de pobreza, uma vez que os mesmos possuem parcelas (ou grande parte) de sua população abaixo da linha de pobreza¹.

Para Kakwani e Pernia (2000, p. 1), relativamente ao crescimento com qualidade, “[...] *growth is pro-poor when it is labor absorbing and accompanied by policies and programs that mitigate inequalities and facilitate income and employment generation for the poor, particularly women and other traditional groups [...]*”² Nesse conceito, como se pode perceber, há uma noção de apoio deliberado aos excluídos e de atividades econômicas mão-de-obra intensivas.

Pernia (2003), economista do Banco Asiático de Desenvolvimento, levanta um conceito prático de que o crescimento pró-pobre é aquele que resulta em redução da pobreza, beneficiando os pobres e melhorando seu acesso a oportunidades. Ele, porém, questiona o quão significativa deve ser essa redução. Defende ser este um crescimento essencialmente *ex-post*, já que trata do incremento do bolo e não do bolo existente, além da distribuição entre (e não dentro) grupos de renda mais alta e grupos de renda mais baixa.

Pode-se complementar com o conceito de que crescimento pró-pobre ocorre quando os pobres aproveitam os benefícios do crescimento proporcionalmente mais do que os não-pobres e, nessa ótica, a desigualdade é combatida, enquanto se busca crescimento (SON, 2004). De forma sucinta, pode-se afirmar que o crescimento pró-pobre ocorre sempre que os ganhos destes são maiores do que o crescimento global da economia.

O trabalho de Amartya Sen (1987) deve ser indicado pela sua forma de tratar o crescimento. A explicação da redução da pobreza significa, em última instância, melhorar o bem-estar dos indivíduos. No entanto, isso estaria relacionado a funcionalidades (a vida que de fato se vive) e a capacidades (vinculadas à liberdade que as pessoas têm para escolher sua vida ou suas funcionalidades). Assim, um crescimento pró-pobre pode ser considerado aquele

¹ Usualmente são utilizados os limites de um e dois dólares por dia para se determinar a linha de pobreza.

² Crescimento é pró-pobre quando absorve mão-de-obra e é acompanhado por políticas que diminuam as desigualdades e facilitem a geração de emprego e renda para os pobres, particularmente mulheres e outros grupos tradicionais.

que “[...] enables the poor to actively participate in and significantly benefit from economic activity[...]”³ (KAKWANI; PERNIA, 2000, p. 3), o que atribui papel de destaque aos pobres.

Um conceito abordado pela literatura e considerado dominante na década de 1950-1960 é o de *trickle down* — para uma introdução a esse debate ver Kakwani e Pernia (2000). Essa modalidade de crescimento prevê um movimento vertical na distribuição da renda, de tal forma que os benefícios do crescimento acabam “respingando” nos mais pobres. Assim, pode-se dizer que todo crescimento seria benéfico aos pobres. Uma vez que ocorra crescimento econômico, primeiramente, os ricos se beneficiariam e, posteriormente, os pobres, ou seja, os pobres recebem de forma indireta os benefícios do crescimento econômico —, na verdade, sempre em proporção menor que os ricos.

Entretanto, de acordo com esses mesmos autores, o crescimento pode aumentar a pobreza se o aumento da desigualdade for tão grande que neutralize o ganho de renda dos mais pobres, obtido devido ao crescimento. Pode-se sintetizar essa noção dizendo que o *trickle-down* é um crescimento que não necessariamente reduz a pobreza, mas com o qual os não-pobres se beneficiam mais do que os pobres, em outras palavras, diz-se que a receita marginal do crescimento é menor que o custo marginal da desigualdade. Tal conceito pode analogicamente encaixar-se às críticas feitas ao difundido pensamento no Brasil dos anos 1970 de “primeiro crescer o bolo para depois dividir”. Esse fato é bastante verdadeiro quando há exclusão tecnológica. Nesses casos, o crescimento econômico ocorre, as pessoas passam a obter rendas maiores, mas essa realidade apenas é válida para os que conseguem se apropriar de novas tecnologias. Os que não conseguem, acabam minguando. No entanto, o mais comum é que todos saiam ganhando, muito embora os “excluídos” passem a ganhar menos. É essa a teoria de Pernia (2003), cuja alegação é de que os estudos têm mostrado que os pobres usualmente ganham menos do que proporcionalmente com crescimentos nos rendimentos médios.

Como se pode perceber, as definições sobre crescimento pró-pobre variam. Algumas dão enfoque ao simples aumento nominal na renda dos mais pobres, outras determinam ser o crescimento o responsável pelo aumento da renda dos pobres mais do que proporcionalmente pelo aumento da renda *per capita* média na economia. Alguns autores definem ainda o termo com questões mais amplas, como acesso a oportunidades e condições de acesso a serviços. Se por um lado há referenciais teóricos que possam considerar determinado tipo de crescimento

³ Tradução nossa: “possibilita aos pobres participarem ativamente e beneficiarem-se significativamente da atividade econômica”.

pró-pobre, por outro, esse mesmo crescimento não poderia ser assim considerado. Nesse caso, vale atentar-se ao enfoque que está sendo dado ao movimento econômico.

Nesse contexto, independente de qualquer conceituação, pode-se afirmar que, de uma maneira genérica, o *pro-poor growth* proporciona benefícios aos mais pobres.

2.2 UM HISTÓRICO SOBRE O ESTUDO DO CRESCIMENTO PRÓ-POBRE

A determinação do caminho percorrido por determinada teoria nem sempre é precisa. Entretanto, mesmo que haja interpretações não uniformes acerca desse caminho, sempre é possível entender historicamente questões relevantes que a teoria buscava explicar. A seguir, apresenta-se um breve histórico de como vem sendo abordado o crescimento pró-pobre, ainda que em seus primórdios os termos não estivessem bem delineados e por vezes estivessem vinculados a outros temas.

De acordo com Foster e Székely (2001, p. 5), os primeiros artigos a respeito do tema surgiram com a hipótese de Kuznets, segundo o qual a desigualdade aumenta nas fases iniciais do crescimento, caindo posteriormente. Com isso, o economista demonstrava claramente sua preocupação com os efeitos do crescimento sobre a condição dos mais pobres na sociedade. Outros autores, tratando do quintil⁴ mais baixo da renda, também determinaram que a quantidade de indivíduos nessa faixa diminui nos estágios iniciais de desenvolvimento, mas aumentam no longo prazo. Estão incluídos nessa visão Adelman e Morris (1973), Ahluwalia (1976) e Ahluwalia, Carter e Chenery (1979).

O tema “crescimento-desigualdade” tornou-se o centro da atenção nas pesquisas durante os anos 1980 e, apenas recentemente, a preocupação recaiu sobre o quanto os pobres participam ou não do crescimento. Ou seja, a teoria sobre crescimento pró-pobre vem de uma evolução de outras áreas, de duas divisões de pensamento.

Em um primeiro momento, trata-se de maneira relativa as variações do número de indivíduos no primeiro quintil de renda através da elasticidade-pobreza do crescimento, que indica a capacidade do crescimento de gerar aumento de renda aos mais pobres. Aqui surgem duas correntes que, utilizando-se dos mesmos dados, chegaram a resultados diferentes.

⁴ A distribuição de renda pode ser dividida em partes. Essa divisão pode ser em percentual, subdividida a cada décimo percentual ou a cada quinta parte do montante (o primeiro quintil corresponderia aos 20% mais pobres dentro da distribuição de renda de uma dada população).

Enquanto Roemer e Gugerty (1997), Gallup, Radelet e Warner. (1998) e Dollar e Kraay (2000) encontraram uma elasticidade-pobreza de praticamente “1”, Timmer (1997) chegou a uma elasticidade de aproximadamente 0,8, ou seja, para os primeiros, uma variação no crescimento da economia faz com que os pobres melhorem sua condição na mesma proporção.

A outra corrente faz uma análise em termos absolutos sobre a quantidade de pessoas classificadas como pobres. Fazem parte dessa corrente Ravallion (2000), Ravallion e Chen (1997) e Bruno, Ravallion e Squire (1998), que assumem a razão maior do que “2” (um crescimento de 5% reduz a quantidade de pobres em mais de 10%). Há ainda outros autores que comungam dessa tese, mas em razões da ordem de “1”, como Morley (2000), Janvry e Sadoulet (2000) e Smolensky et al. (1994).

Pelo que foi exposto previamente, apenas recentemente o crescimento pró-pobre passou a ser estudado como um segmento separado, visto que até então esteve vinculado com áreas mais genéricas que tratam do crescimento e desigualdade, por exemplo. A própria evolução histórica e o entendimento distinto entre os pensadores demonstram que há uma percepção não uniforme quanto às conseqüências do crescimento sobre a desigualdade social. É importante perceber ainda que já nos conceitos mais originais, como o de Kuznets, não apenas o crescimento afeta diferentemente os indivíduos, mas a relação entre crescimento e pobreza difere entre as fases do crescimento. Além disso, o fato de se considerar o tema sob prismas diferentes pode trazer interpretações distintas para estudos com a mesma base de dados.

2.3 DIVISÃO TEÓRICA SOBRE O TEMA, CONCEITOS E METODOLOGIA

Determinar o que vem a ser crescimento pró-pobre é necessário, mas não suficiente para que se possa fazer uma boa avaliação sobre a questão. As correntes teóricas sobre o tema, por sua vez, são importantes, já que trazem algumas particularidades e peculiaridades que podem alterar a maneira de se pensar sobre o tema, o que também exige trabalhar com algumas delimitações conceituais e metodológicas a respeito do desenvolvimento econômico e seu reflexo na distribuição da renda.

Antes de se tratar do conceito pró-pobre especificamente, faz-se importante trazer algumas definições sobre quem pode ser considerado pobre. De acordo com Hagenars e De

Vos (1988 *apud* KAGEYAMA; HOFFMANN, 2006), a pobreza pode ser considerada sob o aspecto absoluto (ter menos que um mínimo objetivamente definido), relativo (ter menos que outros na sociedade) e subjetivo (não ter o suficiente para seguir adiante). Através dessa divisão, os autores incluem algumas definições de pobreza, as quais são:

[...], o enfoque das necessidades básicas (*'basic needs'*) [...]; o enfoque baseado na Lei de Engel, que utiliza a proporção de gastos com alimentação⁵ [...]; a razão entre os custos fixos [...] do domicílio, como energia, transporte, educação, aluguel, etc, e a renda total; a razão entre o gasto corrente e renda[...],⁶ (HAGENAARS; DEVOS, 1988 *apud* KAGEYAMA; HOFFMANN, 2006, p. 81, grifo nosso).

Seguem delineando o seguinte:

Entre as definições de pobreza relativa, destaca-se a privação relativa com referência a um conjunto de bens considerados comuns naquela sociedade. As definições de pobreza subjetiva podem ser de dois tipos: pobres são aqueles cujo nível de renda está abaixo daquele que consideram que seria o 'exatamente suficiente' para viver; uma outra abordagem que tenta conciliar a pobreza subjetiva com a idéia de *'basic needs'*⁷ propõe que se indague às pessoas o que elas consideram como necessidades básicas e depois se compare esse valor com sua renda disponível. Finalmente pode-se definir como pobreza baseada no mínimo 'oficial', como a que é recebida quando uma pessoa ou família está sob alguma forma de proteção ou assistência social. (KAGEYAMA; HOFFMANN, 2006, p. 81).

Tendo essa base construída, a primeira separação que se pode fazer do tema é entre um crescimento em termos relativos ou absolutos. Crescimento pró-pobre, em termos relativos, é aquele em que a renda dos pobres cresce mais do que a dos não pobres. Ou seja, deve-se levar em consideração não apenas a evolução da renda dos mais pobres em si, mas a situação relativa destes com o resto dos indivíduos na economia. Se considerado em termos absolutos, seria aquele que leva à redução da pobreza para uma dada medida de pobreza (KRAAY, 2004 *apud* ESSAMA-NSSAH, 2005).

Kakwani e Khandker (2004) dividem as conceituações entre fracas e fortes. As fracas incluem a do Banco Mundial de que o crescimento pró-pobre é aquele que reduz a pobreza,

⁵ Uma família com mais de um terço da renda gasto com alimentação é considerada pobre.

⁶ A razão maior que 1 não seria interessante, pois teria que se tomar emprestado.

⁷ Necessidades básicas.

cuja caracterização não consegue ser suficiente, já que, por mais insignificante que seja o ganho dos pobres com o crescimento, pode ser considerado pró-pobre, sem, contudo, melhorar a posição relativa dos pobres.

Uma classificação fundamentalmente bem exposta é a do crescimento “fortemente pró-pobre”⁸ (KAKVANI; KHANDKER, 2004, p. 4), que ocorre quando, mesmo com crescimento negativo, o efeito da redução da desigualdade é tão grande que sobrepõe o efeito negativo de crescimento sobre a pobreza. Já o crescimento “anti-pobre” é aquele no qual o crescimento negativo aumenta a pobreza e o “fortemente anti-pobre” é aquele que, quando sob esse cenário, aumenta tanto a pobreza, quanto a desigualdade.

Já Kraay (2006), com relação à conceituação, defende definições mais amplas, pois, do contrário, o rápido crescimento da China e a grande redução na pobreza não poderiam ser considerados pró-pobres se esse tipo de crescimento contemplasse apenas os casos em que o número de pobres aumentasse mais que o resto da população. Suas experiências denotam ainda que na maioria das vezes a redução da pobreza ocorreu quando houve crescimento da renda média. Esta, por sua vez, esteve fortemente correlacionada com crescimento na literatura, qualidade nas instituições, abertura ao mercado internacional e tamanho do Governo.

Ravallion (2000), por seu turno, utiliza termos absolutos para definir quem é pobre, através da linha de pobreza de US\$1 e US\$2/dia. Dollar e Kraay (2002a), em contrapartida, leva em consideração aspectos relativos, definindo como pobres os indivíduos dentro do quinto de renda mais baixo na distribuição⁹.

De acordo com Foster e Székely (2001), há dificuldades a serem consideradas no aspecto metodológico. Tomar por base uma linha de pobreza, por exemplo, de US\$1/dia pode deixar de lado diversos indivíduos em países ricos, enquanto considerar os 20% mais pobres pode incluir em países ricos uma parcela da classe média. Isso é verdade, pois em um país rico, essa definição certamente não captará uma fatia bastante grande da população, aquela que não se enquadra na linha; no entanto, apesar de terem uma renda acima dessa linha, poderiam ser classificadas como pobres, tendo em vista o custo de vida daquele país e sua renda, se comparada relativamente a de outros indivíduos do país.

Os mesmos salientam sempre haver certa arbitrariedade ao se determinar uma linha de corte para definir que parcela da população enquadra-se como pobre ou não-pobre. Para

⁸ *strongly pro-poor.*

⁹ A visão de Kraay teria um fator importante que é levar em consideração aspectos relativos, visto que cada economia é singular e pode possuir realidades completamente distintas de outras economias e países.

amenizar isso, os autores propõem uma metodologia para trabalhar baixas rendas baseada nas funções de “renda equivalente distribuída igualmente”, de Atkinson (1970), ou “médias gerais”.

Em suma, essa proposta pondera as rendas, dando menor peso às rendas mais altas e maior peso às rendas mais baixas. Sem determinar uma “linha de pobreza”, trabalha com uma média ordinária e uma média geral. Sempre que a média geral crescer mais do que a ordinária, o crescimento será pró-pobre.

Devido à sua metodologia, Foster e Székely (2001) determinaram em seus experimentos, entre 20 países, para o último quarto de século, que a elasticidade da média geral não era um para um, ou seja, os pobres não se beneficiam na mesma proporção do crescimento da economia.

Eventualmente os teóricos da Economia da Pobreza podem não ter dado a devida importância aos efeitos da inflação sobre a variação da distribuição de renda. É do que tratam Günther e Grimm (2007) ao chamarem a atenção para eventuais mudanças substanciais na inflação ou no custo de vida.

Isso é fundamental, pois tratar de crescimento pró-pobre significa interessar-se pelo poder de compra dos indivíduos e, uma vez que o índice de preços se altere, altera-se também o poder real de compra. Mais do que isso, usualmente tratar de índices de preços ao consumidor (GÜNTHER; GRIMM, 2007) traduz-se em tratar dos bens consumidos pelos mais ricos. Portanto, torna-se imprescindível esse enfoque para uma avaliação mais acurada dos benefícios do crescimento sobre a pobreza. Além disso, os autores alertam que os resultados dos estudos podem ser bem diferentes caso o fenômeno *inflation inequality*¹⁰ seja ou não levado em consideração.

A distinção teórica entre os pensadores é importante, pois enriquece o entendimento de uma mesma questão sob vários prismas. Especificamente sobre crescimento pró-pobre, é importante ressaltar que a melhoria das condições de renda dos pobres pode ser considerada quando há uma variação meramente nominal ou então quando tais condições melhoram relativamente, se comparadas com as do resto da sociedade.

Algumas correntes teóricas avaliam a pobreza e sua evolução por meio da determinação de uma “linha de pobreza”, a qual classifica os indivíduos conforme sua condição de renda. O fato de considerar os indivíduos que se encontram acima da linha de pobreza como “não-pobres” deve ser visto com cuidado. Como já exposto, essa classificação

¹⁰ Desigualdade da inflação.

sempre será realizada de forma arbitrária, podendo gerar uma inconsistência real, já que esse valor poderá oscilar dependendo das condições gerais de um país ou região.

Também com precaução, ao se avaliar uma série histórica de dados, é importante levar em consideração a inflação e o nível de preços, já que, em última instância, a avaliação de um crescimento pró-pobre refere-se também ao poder de compra da população de mais baixa renda.

2.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, buscou-se situar o leitor ao tema. Para isso, foram apresentadas as conceituações usualmente utilizadas para determinar quando o crescimento pode ser considerado pró-pobre ou não, ou seja, para determinar quando a atividade econômica de um país ou região pode ajudar a população de baixa renda a melhorar sua condição de vida.

Esses conceitos mostram-se ainda mais importantes se considerarmos que o Brasil é mundialmente conhecido como um dos países mais desiguais e concentradores em termos de renda. Poderia-se buscar uma explicação para essa realidade na formação histórica do país, já que a distribuição de terras no período da colonização e em períodos subsequentes, por exemplo, promoveu uma notável concentração de riqueza e propriedades, o que pode ser percebido até os dias de hoje.

Em contrapartida, o capítulo trouxe distintas interpretações e opiniões de pensadores quanto à caracterização de como deve ser o crescimento para que os menos abastados saiam ganhando. Embora sutis, as diferenças teóricas são importantes para possibilitar o aumento do espectro de entendimento do leitor e demonstrar as diferentes interpretações que o tema pode ter, dependendo da linha de pensamento.

Mais uma vez, a singularidade do estudo apresenta-se como uma tentativa de buscar a alteração da situação de concentração de renda apontada anteriormente, mesmo porque, tanto tempo depois da formação original da base econômica e com um país bastante mais maduro, é necessário clamar por efeitos multiplicadores na economia de uma melhor distribuição na renda.

3 FATORES IMPORTANTES PARA A REDUÇÃO DA POBREZA: EXPERIÊNCIAS E INDICAÇÕES AO REDOR DO MUNDO

Os países ao redor do mundo, no decorrer da história se distanciaram uns dos outros com relação ao nível de desenvolvimento; o crescimento deles, ainda que regionalmente próximos, tem se mostrado disforme. Ressalta-se que países com taxas similares de crescimento vêm apresentando resultados distintos no que tange à evolução de renda nas diferentes faixas sociais.

Em contrapartida, a economia global apresenta um quadro de complexidade e dinamismo. Nesse contexto, o fato de um país ser pobre ou considerado de Terceiro Mundo, ou ainda em desenvolvimento ou emergente, não é sinônimo de que não possa mudar sua posição relativa. Exatamente isso ocorreu com determinados países — em destaque alguns asiáticos — de sorte que é crucial que se procure determinar o que aconteceu com eles, a fim de aprender algumas lições aproveitáveis para outras realidades e de conhecer os fatores que fizeram com que alguns países crescessem mais e melhor do que outros?

Além disso, para os casos de países com trajetórias de sucesso no desenvolvimento e mais precisamente na conquista do *pro-poor growth*, pode-se questionar se fatores determinantes estavam presentes em suas realidades, sejam eles de ordem política, institucional, ou geográfica; e se há algum indício de uma situação de *path dependent*¹ que gere um diferencial de crescimento, incluindo ainda o fato de serem áreas rurais ou urbanas.

Dessa forma, no presente capítulo, serão apresentadas algumas das experiências de crescimento pró-pobre ao redor do mundo, analisando-se o que ocorreu em determinados países, incluindo o Brasil, consoante a esse tipo de crescimento.

3.1 O CRESCIMENTO, O MUNDO E A POBREZA

As experiências ao redor do mundo têm mostrado que o desempenho econômico dos países não segue um padrão único e uniforme. As regiões do planeta mostram que uma

¹ Entenda-se, por este termo, os processos que são “dependentes da trajetória”, ou seja, algum fator que ocorra/exista de tal modo que determine o resultado de determinada região no futuro, seja ele positivo ou negativo.

mesma taxa de crescimento pode não determinar uma redução idêntica na desigualdade de renda e conseqüente redução da pobreza. Em contrapartida, é importante trazer à tona as experiências dos países, observando de que maneira elas podem acrescentar no entendimento de como se deve buscar um crescimento com inclusão social, em especial, as experiências de países que sabidamente obtiveram um crescimento pró-pobre.

A pobreza é uma realidade presente em todo e qualquer país, seja em maior ou menor grau. Não escapam dela nem mesmo os países mais ricos que, apesar de possuírem um nível geral de vida bastante elevado, não podem se esquecer ou desconsiderar a parcela de indivíduos que vivem sob condições de pobreza. Mais grave ainda é avaliar e perceber a situação dos países ditos “em desenvolvimento”, nos quais a realidade de desigualdade social é drástica. Muitas vezes, a ela é endereçada a falta de dinamismo das economias devido ao baixo grau do efeito multiplicador na circulação da renda. Exatamente por isso é de fundamental importância poder entender as experiências bem-sucedidas de regiões no mundo que serviram como vetores para a redução da pobreza.

3.1.1 Globalização e Desenvolvimento

Quando se fala de experiências ao redor do mundo com relação a crescimento econômico e seus efeitos sobre a pobreza, a reboque vêm o conceito globalização e os questionamentos referentes aos efeitos da abertura econômica sobre o crescimento e o bem-estar dos países². Além disso, é importante perceber as conseqüências que a interligação dos países pode e tem causado sobre o desenvolvimento e a redução da pobreza nos países envolvidos.

De acordo com Dollar e Kraay (2002b) a **globalização**, iniciada por volta de 1980, embora tenha trazido maiores benefícios para os ricos, a princípio através dos investimentos internacionais, tem se mostrado completamente **a favor dos pobres**. Nos últimos 200 anos, o

² No entanto, com relação à globalização, entendida como movimento “recente” de abertura das economias mundiais e inserção dos países no mercado internacional, já não cabe mais questionamentos como os levantados no início dos anos 1990, se “devemos participar ou não” da mesma. De maneira menos categórica, outros tipos de enfoques, já não tão contemporâneos ou efetivos, mas pertinentes àquela época, foram ressaltados, tais como a “melhor maneira” de nos inserirmos nesse processo. Atualmente, a globalização é um dado, um fato, pois já estamos inseridos em um contexto global e sentimos perfeitamente a presença e o reflexo de outras economias/países no nosso país, bem como estamos sendo percebidos em outras regiões e temos condições/possibilidades de participar de outras economias.

crescimento e a globalização, até então, têm “*promoted economic equality and reduced poverty*”³ (DOLLAR; KRAAY, 2002b, p. 120).

Em primeiro lugar, o fator responsável por isso teria sido o rápido crescimento demonstrado por dois países inicialmente pobres: Índia e China. Em segundo lugar, a experiência mundial mostrou uma forte correlação entre investimentos internacionais e desenvolvimento, fazendo com que os participantes efetivos do mercado internacional (“globalizantes”) crescessem consideravelmente, inclusive acima dos países desenvolvidos; enquanto os “não-globalizantes” teriam ficado em níveis inclusive menores do que os de duas décadas atrás. Em terceiro lugar, esses autores mostraram que a globalização não resultou em maior desigualdade entre os países. Esses resultados estariam muito mais ligados a idiosincrasias (políticas sociais, educação, tributação) do que a outras questões. Mais do que isso, os resultados mostraram que os países em desenvolvimento que estiveram envolvidos com a globalização, além de crescerem, melhoraram em geral o nível de renda dos pobres.

A inserção dos países no mercado global e a obtenção de resultados ótimos por parte dos *policy makers*, de acordo com Dollar e Kraay (2002b), deve levar em consideração o crescente movimento de protecionismo⁴ por parte dos países desenvolvidos, a ênfase em instituições e políticas, bem como a migração. Ressaltam ainda que os avanços em transporte e comunicações permitiram um movimento mais amplo de capitais e integração (mais de viagens do que permanentes). Trazem também dados sobre o crescimento mundial, os quais mostram um ponto de inflexão da desigualdade mundial em 1975 e a redução, desde 1980, no número de pobres em mais de 200 milhões. Essa tendência mundial pode ser explicada em parte pelo rápido crescimento de países pobres e China e Índia, além de mudança de estratégias nas economias em função do pós-guerra 1915 e crises do petróleo.

Tendo isso em vista, não se pode dizer que a exposição dos países a uma economia, produção e comércio em níveis globais tenha sido causadora de uma piora nas condições de pobreza dos mesmos. Conforme os casos apontados anteriormente, o movimento de integração das economias e o avanço tecnológico experimentado têm trazido aos países melhores condições de enfrentamento da pobreza.

³ “promovido a igualdade econômica e reduzido pobreza”.

⁴ Exemplo real disso são os diversos casos que têm envolvido o Brasil, como o suco de laranja *versus* EUA, Embraer *versus* Canadá, produtos agrícolas *versus* UE.

3.1.2 Resultados Empíricos

O ramo do Desenvolvimento Econômico, no qual poderia estar enquadrado o crescimento pró-pobre, apresentou uma retomada nos últimos anos, de sorte que a literatura a seu respeito vem obtendo importantes contribuições. Entre estas, cabe ressaltar estudos realizados por economistas do *Asian Development Bank* e publicações do Banco Mundial. Como exemplo no combate à pobreza, dos primeiros podemos incluir Pernia (2003), que trata do papel da política econômica, receitando para a redução da pobreza tão simplesmente a **promoção de rápido crescimento econômico**, posição embasada na recente experiência asiática. A realização de estudo sobre países asiáticos e sua utilização para análise advém de experiências de bom crescimento vividas por aqueles países, como, por exemplo, Coréia do Sul.

Alguns estudos empíricos têm sido realizados no sentido de captar a qualidade do crescimento no mundo. Nesse sentido, Dollar e Kraay (2000b) apontam que o crescimento tem sido bom para os pobres e que a relação é de um-para-um (crescimento geral *versus* crescimento dos pobres). Em seu estudo para 80 países e para o período de quatro décadas, os autores mostraram que o crescimento não alterou a desigualdade, de modo que os ricos apropriaram-se do crescimento nas mesmas proporções que os pobres. Contudo, questiona-se ainda se qualquer crescimento é bom para os pobres e se esse crescimento com inclusão ocorre da mesma forma em todas as regiões do mundo.

Dollar e Kraay (2002b) demonstraram em seus estudos que a globalização (e a integração entre países mais e menos desenvolvidos) foi positiva para os pobres, trazendo mais oportunidades para países e indivíduos. Ao contrário das críticas, a globalização recente teria diminuído a distância entre ricos e pobres. Indicaram ainda que quanto mais intenso o comércio internacional e maiores os investimentos, maior será o crescimento. Mais que isso, comprovaram, tendo como exemplo o Vietnã, que quanto maior a abertura ao comércio internacional, melhores os benefícios aos pobres. Para esse país, a abertura e o conseqüente rápido crescimento, embora não tenha alterado a distribuição/desigualdade de renda, melhorou sensivelmente a qualidade de vida dos pobres. O número absoluto de pobres, de 75%, em 1988, para 37% em 1998, demonstrando também que em todos os países analisados o crescimento na renda dos pobres está na mesma razão do crescimento do PIB, ou seja, os pobres não saíram perdendo com o crescimento econômico.

Ravallion e Datt (1999) analisaram os estados da Índia e perceberam que as medidas absolutas de pobreza (via consumo) naquele país tendem a cair com o crescimento econômico. Essa constatação corrobora a corrente que defende que “qualquer crescimento é bom”. Adicionalmente, os autores indicam que as análises empíricas mostraram que a pobreza respondeu melhor em zonas rurais do que urbanas, além de que as condições iniciais relacionadas ao desenvolvimento rural e recursos humanos fizeram diferença para os resultados de longo prazo. Nesse sentido, mais fatores importam além do simples crescimento econômico, de tal sorte que regiões com um dado nível de pobreza, contemplavam melhores desempenhos na redução de pobreza sempre que possuíssem condições iniciais favoráveis de recursos humanos e infra-estrutura.

Para os estudos sobre a região de Burkina Faso, de 1994 a 2003 (GÜNTHER; GRIMM, 2007), constatou-se que a distribuição de renda tanto nacional, quanto regional, melhorou substancialmente, mas não na área urbana. Em contrapartida, quando os pesquisadores utilizaram um índice de preços ao consumidor percentil-específico, os resultados se alteraram. Já nessa avaliação, o benefício dos pobres decorrentes do crescimento foi menor (o que reflete o fato de que os não-pobres estão muito mais próximos do padrão de consumo medido pelo índice de preços ao consumidor).

Em suma, sobre as medidas adequadas de análise da incidência de Crescimento Pró-Pobre, os autores citam o seguinte:

[...] intend to measure the real and not nominal change of purchasing power of the poor relative to the non-poor, PPG measurements have to use appropriate and distinctive temporal price deflators for the poor and non-poor (GÜNTHER; GRIMM, 2007, p. 11)⁵.

Reafirmando essa tese, ao tratar dos casos da Ásia, Pernia (2003) aponta que outros fatores além do próprio crescimento econômico (e aqui entram as condições iniciais – e as instituições) auxiliam na redução da pobreza. Ravallion e Datt (1999) adicionalmente indicam que, além dessas dotações iniciais, a desigualdade econômica tem se mostrado prejudicial para o crescimento econômico. Uma das explicações é que, pelas falhas de mercado, os pobres teriam menores chances de acesso a crédito, ficando excluídos do progresso

⁵ “Pretendem medir as mudanças reais e não nominais no poder de compra dos pobres em relação aos não-pobres, as medidas de Crescimento Pró-Pobre devem utilizar deflatores de preço apropriados e distintos para pobres e não pobres”.

econômico. Nesse sentido, estudos apontaram que países com maiores desigualdades iniciais de renda mostraram menor elasticidade-crescimento na redução da pobreza.

Kakwani e Pernia (2000) avaliaram o crescimento da Tailândia pós-crise asiática, o qual foi surpreendente, pois reduziu a pobreza. No entanto, a redução da pobreza teria sido muito mais rápida se a distribuição de renda tivesse melhorado ou ao menos não piorado. Além disso, mostraram que a referida crise afetou mais os pobres do que os ricos. Sobre esse mesmo país, Son (2004) mostra heterogeneidades na qualidade do crescimento entre períodos, embora o período entre 1990 e 1992 não tenha sido pró-pobre (assim como na crise 1996-1998), indiscutivelmente o período entre 1992 e 1994 o foi.

Ao tratar da experiência da Ásia, Timmer (2004) indica esse continente como o pioneiro em propiciar um rápido crescimento pró-pobre, tendo como principal expoente a Indonésia. Uma vez que a relação crescimento econômico e redução de pobreza está bastante clara para essa região, intensificar os estudos sobre a distribuição de renda torna-se relevante basicamente por duas razões: primeiro, devido a um aspecto político, porque para a economia comportamental a desigualdade afeta o comportamento dos agentes, atingindo o crescimento econômico e os mercados financeiros; segundo, porque sociedades muito desiguais usualmente enfrentam dificuldades em manter o rápido crescimento da renda.

Um dado interessante com relação às rendas mundiais é que em 1820 elas eram muito parecidas e baixas (US\$500 na China e no sul da Ásia e US\$1.000 a US\$1.500 nos países mais ricos da Europa). Nos dois séculos seguintes essas rendas *per capita*, em termos reais, mais que duplicaram nos países da Europa, multiplicaram em quatro vezes na China e triplicaram no sul da Ásia.

Ao tratar de estudos empíricos sobre os Estados Unidos e enfoques sobre pesquisas e resultados de outros historiadores, Freeman (2003) aponta que, diferentemente de outros estudos com dados nacionais, o uso de dados regionais mostrou que a pobreza é sensível a variações na renda e no desemprego para a década de 1980 e 1990. Traduzindo em números, um aumento em 1% no desemprego aumentou em média 0,5% a pobreza, enquanto os aumentos em 1% na renda reduziram-na de 0,25 a 0,33%.

Quanto às políticas macroeconômicas, Freeman (2003) aponta que condições de emprego e aumentos na renda importam e sempre importaram, e que uma taxa de desemprego da ordem de 4,5% reduz significativamente a pobreza, embora isso ainda não possa ser considerado uma solução definitiva para essa questão da pobreza.

Três indicadores, quais sejam, pobreza, desigualdade e crescimento, estão intimamente ligados. Justamente sobre essa relação, Klasen (2003) apresentou um resumo bastante prático

e que vale a pena analisar. Segundo ele, um crescimento econômico sustentado tende a reduzir a pobreza (embora casos específicos não confirmem isso, ou apresentem até mesmo efeitos negativos na redução da pobreza). Além disso, os países têm se mostrado estáveis com relação à incidência da pobreza, indicando que nem todo crescimento no período foi pró-pobre. Mais do que isso, o autor aponta que em países emergentes, como Reino Unido e EUA, a desigualdade aumentou.

Diz ainda que o impacto do crescimento sobre a pobreza é minimizado em ambientes com alta desigualdade, e que quanto menor a desigualdade inicial, incluindo a de terras, maiores serão os resultados do crescimento.

A redução da desigualdade entre gêneros pode ser considerada uma forma de crescimento pró-pobre. Nesse sentido, Klassen (2003), evidencia que a inexistência de desigualdade entre sexos reduz gastos sociais, como gastos em educação, alimentação, entre outros, já que geralmente é a mulher a responsável por tais contas. Além disso, a existência de desigualdade em educação, acesso à tecnologia, empregos, acaba por subutilizar a capacidade produtiva feminina, promovendo uma redução do crescimento econômico.

Um país cujas características, ao menos em parte, em nível de desenvolvimento econômico e de mercado ao qual o Brasil pode ser comparado é o México. Bourguignon (2001) atribui o aumento da desigualdade de renda mexicana a mudanças na estrutura de rendimentos em função do nível educacional e área de moradia. A abertura econômica processada por esse país teria aumentado os retornos à mão-de-obra mais qualificada e a desigualdade, sendo que as mudanças na área agrícola também contribuíram para aumentar a lacuna da desigualdade entre rural e urbano.

A maioria das experiências apresentadas denota que os indivíduos com maior restrição de renda em geral têm ganhado com o crescimento econômico e com a internacionalização dos mercados. No entanto, a maneira como a inserção desse grupo tem ocorrido é distinta e específica em cada país.

3.1.3 Pobreza, Resultados e a Experiência Brasileira

No tocante à experiência nacional, Tochetto et al. (2004) fizeram proposições sobre a característica de crescimento recente no Brasil, o qual seria, em regra geral, pró-pobre para a década de 1990. Para eles,

Os resultados são inequívocos. Em termos gerais, **o crescimento foi pró-pobre durante a década de 1990** para todas as regiões do país e praticamente todos os Estados com pequenas diferenças ano a ano entre alguns Estados – ao contrário da década de oitenta, onde o crescimento nitidamente beneficiou os mais ricos. (TOCHETTO et al., 2004, p. 14, grifo nosso).

De acordo com Kageyama e Hoffmann (2006), o Brasil tinha 62 milhões de pobres em 2004, número superior ao conhecido em 1992 e 1993, ou seja, houve uma redução da pobreza para o período indicado, embora essa tendência tenha sido decrescente até 1998, invertendo-se até 2003 e voltando a cair. Segundo os autores, a proporção de pobres foi de 46,1% em 1992, 37,1% em 2002 e 35,7% em 2004.

Os autores indicam que as melhorias em infra-estrutura auxiliaram na redução da pobreza, mas que a variação desta em função da renda foi cíclica, exceto na região Sul cuja tendência foi de visível melhoria. Essa parte do país foi a que mais reduziu a pobreza e, ao lado de São Paulo, em 2003 foram as únicas regiões a não mais apresentarem casos de pobreza extrema (KAGEYAMA; HOFFMANN, 2006). Em síntese, de 1993 a 2004, o Brasil teria apresentado crescimento pró-pobre tanto nas áreas urbanas, quanto rurais.

A redução de pobreza no Brasil está fortemente associada ao crescimento (KAKWANI, NERI; SON, 2006b). Conforme esses autores, a desigualdade brasileira - considerada uma das maiores do mundo – manteve-se estável entre 1970 e 2000 e pode ter sido responsável por segurar o crescimento do país. Entretanto, esses resultados não são inequívocos e são questionados por outros trabalhos.

Em seus estudos para o período de 1995 a 2004, compararam a renda *per capita* real⁶ e a medida de bem-estar social, cujos resultados indicam uma redução da desigualdade do país no decorrer do tempo. Segundo Kakwani, Neri e Son (2006b, não paginado).

No primeiro período de 1995 a 2001, a tendência na taxa de crescimento pró-pobre, apesar de positiva, foi de apenas 0,10%, o que não pode ser considerado um bom desempenho. Já no segundo período 2001 2004, a tendência da taxa de crescimento aumentou 3,07%[...].

⁶ Que é a renda *per capita* nominal ajustada a preços pelo tempo e regiões (dividindo-se a renda *per capita* pela linha de pobreza *per capita* em porcentagem).

Nesse período, os pobres teriam se beneficiado do crescimento proporcionalmente mais que os ricos. Apesar de o crescimento da renda ter sido negativo de 1995 a 2004, ainda assim foi pró-pobre.

Ao avaliarem a relação custo-benefício fiscais adicionais entre o crescimento pró-pobre e os gastos públicos com os programas de transferência de renda, Kakwani, Neri e Son (2006b) apontam que no começo do governo Lula e com o lançamento do Programa Fome Zero⁷, aliado a desajustes das políticas sociais e ao custo social de ajustes macroeconômicos, os resultados foram de estagnação e aumento de pobreza. Já com o lançamento do programa Bolsa-Família, em outubro de 2003, e o PIB crescendo 4,5% em 2004, a pobreza caiu.

Apesar de o mercado de trabalho não ter apresentado ganhos nesse período, os autores enfatizam que o aumento de 3,02% em bem estar social se deve à redução da pobreza, configurando-se em melhores condições nesse mercado de trabalho para os mais pobres.

Em específico sobre programas sociais, o trabalho apresentado por Kakwani, Neri e Son (2006b) indicou que embora a seguridade social tenha contribuído para o aumento da desigualdade, outros fatores, como as rendas não provenientes do trabalho e não-sociais, deram a contrapartida, tornando o resultado final positivo para a redução da desigualdade. Sob esse prisma, argumentam que a seguridade social é o principal componente da renda social do Brasil, atrás apenas dos rendimentos trabalhistas. As fontes de renda não-provenientes do trabalho teriam contribuído na redução de 24,17% da desigualdade, já que esse montante é direcionado para os setores com menor renda. No entanto dividindo-se o período todo, percebe-se que o período de 2001 a 2004 foi menos pró-pobre, com 21,95% de redução, contra 24,77% de 1995 a 2001.

As outras fontes de renda não-provenientes do trabalho, de acordo com eles, pesam mais do que outros componentes de renda para a redução das desigualdades no Brasil⁸. Outro dado preocupante apontado pelos autores foi a maior probabilidade de se encontrar uma criança nas classes de renda mais baixa do que em outras classes.

A desigualdade brasileira também foi analisada em Bourguignon (2001), cujas informações são de que entre 1976 e 1996 nem a renda média, nem a desigualdade se alteraram muito no país, embora a situação dos pobres tenha decaído. De acordo com o estudo, a informalidade e desemprego, aliados ao declínio nos retornos do mercado de

⁷ Programa de transferência de renda do Governo Federal.

⁸ Cabe um questionamento. Poderia ser considerado bastante artificial que, dada a economia de mercado e o Estado Democrático de Direito em que se insere o Brasil, as rendas não provenientes do trabalho sejam as mais importantes para a redução da desigualdade. Mais do que isso, um programa de assistência social é, sim, por demais importante. No entanto, a ele não cabe nenhum papel assistencialista, já que aos indivíduos devem ser dadas condições, capacitação para que criem riqueza (inclusive à sociedade) e gerem renda.

trabalho, à educação e à experiência teriam sido os responsáveis pela exclusão de parte da população dos benefícios de renda. O autor complementa com a indicação aos brasileiros, citando o seguinte:

They had to gain on average of two extra years of schooling (which still leaves them undereducated for the country's per capita income level), and substantially reduce fertility, in order to counteract falling absolute and relative returns in both the formal labour market and in self-employment⁹ (KAKWANI; NERI; SON, 2006b, p. 12).

A realidade do Brasil também foi comentada em Klasen (2003), quando trata da importância dos setores econômicos (rural e urbano) e adiciona a isso a questão regional. O autor indica o Oeste da China e o Nordeste Brasileiro como bolsões de pobreza, áreas periféricas nas quais há uma grande concentração populacional e “armadilhas da pobreza” persistentes, gerando efeitos multiplicadores negativos na renda, no crédito, na qualidade das instituições etc.

3.1.4 Crescimento Pró-Pobre e os Países em Desenvolvimento

Segundo Janvry e Sadoulet (1996), devido aos altos níveis de desigualdade dos países em desenvolvimento, resultado de suas “políticas insustentáveis” e choques externos, crescer para estes países significa, em última análise, reduzir os níveis de desigualdade de renda. Os autores indicam ainda que, principalmente de acordo com as contribuições da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), a desigualdade e a pobreza acompanham os ciclos econômicos, aumentando em períodos de recessão e diminuindo, minimizando na recuperação.

Conforme Janvry e Sadoulet (1996), as análises podem ser consideradas incipientes por quatro motivos: i) ausência de dados comparáveis, completada por insuficiência de estudos econométricos; ii) uso de períodos muito grandes de análise, cuja avaliação é prejudicada por ciclos menores e características idiossincráticas de cada país; iii) além disso,

⁹ “Eles teriam que aumentar em média dois anos de escolaridade (o que ainda os deixa em condição de subeducação para o nível de renda *per capita*) e reduzir substancialmente a fertilidade, a fim de contrapor a queda nos retornos absolutos e relativos em ambos mercado formal de trabalho e auto-empregabilidade”.

se não forem separados os períodos entre recessão e recuperação, as causas de alteração na pobreza podem ficar confusas; iv) deve-se avaliar a grande diferença entre antes e depois da crise de pagamentos enfrentada pelos países latino-americanos.

Contudo, em suas medições, comprovaram também o pessimismo sobre a relação entre crescimento e desigualdade na América Latina, onde a crise acelera a desigualdade, concluem. Entre os principais fatores que aumentam a desigualdade está a migração, que apesar de reduzir o número absoluto de pobreza rural, atrai mais não-pobres que pobres, aumentando o nível de desigualdade. Além disso, o crescimento aumenta o retorno das terras, favorecendo grandes propriedades e, por conseguinte, concentra renda. São citados também outros fatores, como a hiperinflação, a taxação regressiva dos impostos e a desvalorização cambial.

Certamente, a alta instabilidade enfrentada pela grande maioria dos países em desenvolvimento na década de 1980 – cujo expoente singular é o Brasil - adicionada à complexidade de se separar os efeitos das políticas econômicas, tornou mais difícil a avaliação do tipo de crescimento desses países.

De qualquer sorte, parece plausível aceitar que ambientes institucionais mais seguros e estáveis promovam uma melhor qualidade no crescimento econômico e amenizem o aumento da desigualdade nas fases de recessão.

3.2 RURAL E URBANO: ONDE ESTÁ O CRESCIMENTO PRÓ-POBRE

Alguns estudos têm procurado separar, para título de análise, os efeitos do crescimento sobre as áreas rurais e urbanas, já que, de acordo com a característica da economia e o estágio de desenvolvimento, o impacto pode ser diferentemente percebido nesses setores. Empiricamente o crescimento econômico tem determinado resultados mais ou menos favoráveis aos pobres.

Em países em desenvolvimento, pode haver desigualdade entre a renda dos indivíduos urbanos e rurais pelo fato de, em um modelo dual (rural-urbano), as pessoas tenderem a ter mais incentivos para migrarem para a cidade, que oferece melhores salários. A desigualdade apontada impede, na verdade, que o setor rural reduza a pobreza e torna aceitável que os pobres tenham menor acesso a mercados e infra-estrutura, tese apoiada pelo fato de que os

empreendimentos se dirigirão aos centros urbanos em busca de mão-de-obra qualificada, fornecedores e infra-estrutura.

Sob esta ótica, Ravallion e Datt (1999) apontam que pesquisas historicamente mostraram o crescimento de atividades rurais não vinculadas à agricultura realizadas no entorno das cidades. As conclusões dos autores para o estudo realizado para o período de 35 anos na Índia foram basicamente de que “[...] *higher average farm yields, higher state development spending, higher (urban and rural) non-farm output and lower inflation.*”¹⁰ (RAVALLION; DATT, 1999, p. 19) foram os principais redutores de pobreza. No entanto, esses resultados não foram idênticos para todas as regiões, de sorte que mesmo com dotações iniciais distintas houve elasticidade similar na redução de pobreza para alguns fatores, sendo esta explicada então pela diferença no crescimento da agricultura. Também apontaram que quanto maior a pobreza, menor a eficácia da redução da pobreza pelo crescimento econômico. Isso é explicado pelo fato de haver um custo para a redução de pobreza e para transitar de uma economia de baixos salários para outra de altos salários (caso da migração e educação apontado anteriormente), fazendo com que nem toda a redução de pobreza seja um ganho líquido¹¹.

É importante compreender, entretanto, a influência que proporcionam as variações no tamanho das áreas rurais ou urbanas sobre a desigualdade. De acordo com Ravallion e Datt (2002 apud KLASSEN, 2003), estudos na Índia mostraram que variações em áreas não rurais não tiveram impacto significativo, enquanto o crescimento em áreas rurais trouxe uma redução na pobreza. Mais do que isso, a desigualdade entre sexos também demonstrou grande influência, de maneira que regiões onde as mulheres tinham educação (além de haver grande urbanização e grande experiência inicial sobre cultivo) a elasticidade da pobreza era maior¹¹.

Outros autores também tratam sobre as fases de aquecimento econômico ou recessão, identificando que nas partes urbanas “[...] *poverty was rising with early growth, rose very sharply with recession, and rising inequality has neutralized the poverty reduction effect of late growth.*”¹² (JANVRY; SADOULET, 1996, p. 16). O efeito final, no entanto, demonstrou, tanto para zonas rurais como urbanas, uma relação negativa entre renda e pobreza, sendo os ciclos mais longos de crescimento mais salutares à redução de pobreza. Pouco se pode

¹⁰ Tradução nossa: “propriedades rurais em média maiores, maior gasto estatal em desenvolvimento, mais produtos não-agrícolas (urbanos e rurais) e inflação mais baixa”.

¹¹ Há custos envolvidos na redução de pobreza, o que reduz os ganhos.

¹¹ Ou seja, há a indicação de que quando a educação entre homens e mulheres é homogênea, a redução da pobreza é proporcionalmente maior do que o nível de crescimento na área rural. As mulheres são agentes fundamentais.

¹² Tradução nossa: “a pobreza era crescente com o crescimento inicial, aumentou muito severamente com a recessão, e o crescimento da desigualdade neutralizou o efeito de redução de pobreza do crescimento tardio”.

esperar, no entanto, do aumento de renda na redução de pobreza, relevando as características estruturais a um papel muito mais importante sobre a capacidade de redução de pobreza e desigualdade, como, por exemplo, migração e depreciação cambial. Demonstram ainda que a área urbana é mais sensível à desigualdade que a rural e que o efeito da desigualdade é muito prejudicial (enfraquecedor) ao crescimento mais perene, cabendo, portanto, à política pública tratar disso a fim de se obter um crescimento mais saudável. A redução de pobreza está principalmente ligada à recessão, mais que ao crescimento. Estratégias de redução de pobreza rural demandam a promoção de crescimento agrícola, bem como reformas agrárias a fim de distribuir os benefícios aos pobres.

Especificamente sobre o tema rural-urbano, foi realizado um estudo para o período 1981-1999, com dados do IBGE, avaliando a distribuição de renda no Rio Grande do Sul. Os resultados apresentados por Waquil e Mattos (2002) apontam que outras rendas não provenientes do trabalho não apresentaram grande impacto no espaço rural ou urbano. Perceberam ainda que “[...] a renda média auferida pela população rural é consideravelmente inferior à renda média auferida pela população urbana [...]” (WAQUIL; MATTOS, 2002, p. 11).

A característica conhecida da distribuição de renda no Brasil é de grandes disparidades. Waquil e Mattos (2002) confirmaram isso para o caso gaúcho, tanto para o setor rural quanto urbano, ou seja, em ambos a discrepância de renda é uma realidade. Apesar disso, no espaço rural a concentração de renda é menor se comparada à urbana, e a tendência apresentada pelos autores é de uma aproximação entre os dois setores no nível de concentração de renda.

De modo geral, tanto as áreas rurais como urbanas têm ganhado com o crescimento econômico; entretanto, indivíduos de áreas rurais tendem a ganhar mais com os estágios iniciais de crescimento, enquanto os de áreas urbanas sofrem mais com a desigualdade.

3.3 ELASTICIDADE DA POBREZA

Usualmente acredita-se que crescimento econômico traga redução de pobreza. Em contrapartida, medir como essa relação se revela é fundamental para se avaliar e implementar políticas públicas, além de melhor interpretar os movimentos de determinada economia.

De acordo com Ravallion e Chen (1997 *apud* SON; KAKWANI, 2004), um estudo com uma amostra de 62 países em desenvolvimento mostrou que 1% de aumento da renda *per capita* levou à redução de 3,1% na proporção de pessoas abaixo da linha de pobreza (US\$1,00/dia). Concluindo-se assim que a elasticidade do crescimento é tanto maior, quanto maior a pobreza.

A desigualdade cumpre um papel determinante na relação pobreza x crescimento. Isso porque o crescimento poderá vir acompanhado de aumento ou redução na pobreza. Dentro dessa ótica, os autores defendem que os benefícios do crescimento com qualidade são maiores para as fatias da população com rendas menores. Ou seja, se os benefícios de um crescimento proposital é bom para os pobres “*is even much better for the ultra-poor*”¹³ (SON; KAKWANI, 2004, p. 4).

O oposto também é válido, ou seja, a desigualdade prejudica muito mais os ultrapobres que os menos pobres; o mesmo ocorreu no Brasil em épocas de inflação alta, ou seja, as classes de menor renda viam seu poder de compra ser corroído com maior intensidade do que as de maior renda, as quais, entre outras coisas, conseguiam melhores mecanismos para se preservarem da inflação.

Os autores apontam ainda que, quanto maior o nível de desigualdade, maior será o crescimento da pobreza. Isto é, dependendo de como a desigualdade aumenta em determinada amostra/país, um crescimento rápido poderá levar a uma redução lenta da pobreza, ou até aumentá-la. Em vista disso, um crescimento pró-pobre poderia ser considerado como aquele que, mesmo com baixas taxas de crescimento, reduz a pobreza em altas proporções.

Ao se analisar ainda o conceito de elasticidade do crescimento, Son e Kakwani (2004) apontam os níveis iniciais de desigualdade como prejudiciais à redução de pobreza. Assim, quanto maior o nível inicial de desigualdade, menor será a elasticidade pobreza do crescimento e *vice-versa*. Adicionalmente, para uma política pró-pobre, um nível inicial de desenvolvimento econômico maior trará uma elasticidade/redução da pobreza maior, ou seja, mesmo que dois países tenham mesma taxa de crescimento ou redução e desigualdade, os mais ricos reduzirão a pobreza, via crescimento, em uma proporção maior.

Um resultado fundamental obtido pelos autores com relação aos países asiáticos, estudados, é que, em muitos deles, embora tenham experimentado taxas razoáveis de crescimento, a desigualdade persistiu. Isso justamente porque o crescimento não se mostra neutro à distribuição de renda (SON; KAKWANI, 2004)¹⁴.

¹³ “é muito melhor para os ultra-pobres”.

¹⁴ A média é válida, mas países em específico podem ter resultados bem distintos.

Kraay (2006), ao estudar 80 países em desenvolvimento, com 285 questionários para a década de 1990, abrindo mão da medida de pobreza de “*dollar-a-day*”¹⁵, detectou que o crescimento na renda média afeta determinadamente tanto a pobreza relativa, quanto a absoluta. Há uma alta correlação negativa entre alterações na pobreza e na renda média, ou seja, aumentos na renda média reduzem a pobreza. O autor estimou também que as rendas dos efetivamente mais pobres em média não crescem menos que a renda média e que em casos de crescimentos neutros (em que não se altere a distribuição de renda), o crescimento parece ser menos pró-pobre.

Todavia, Kraay (2006) salienta ainda ser difícil, através dos dados utilizados na análise, precisar os determinantes causais de mudanças na renda relativa.

Como não poderia ser diferente, espera-se que os resultados do crescimento sejam maiores em economias nas quais a igualdade de renda é maior. Ou seja, é provável que em sociedades em que haja uma distribuição mais uniforme da renda os efeitos do crescimento sejam percebidos pela maioria da população, o que conseqüentemente trará um efeito multiplicador da renda mais forte que acabará beneficiando também os pobres.

3.4 CRESCIMENTO E REDUÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

Outro tema bastante importante e intimamente relacionado com a qualidade do crescimento econômico é o trabalho infantil. Mais especificamente pode-se tratar da redução do trabalho infantil como uma forma de crescimento pró-pobre e, portanto, o crescimento pode ser um agente redutor da utilização das crianças como mão-de-obra.

De acordo com Kambhampati e Rajan (2006), o trabalho infantil, em uma análise inicial, teria diminuído entre 1950 e 2000. Ao se analisarem dados mais específicos e regionais, no entanto, o resultado teria se mostrado o inverso, a exemplo do período inicial da industrialização no Reino Unido.

Esses autores defendem ainda o argumento de que as fases iniciais do crescimento, por meio da abertura de novas oportunidades de trabalho, tendem a absorver mais mão-de-obra no meio rural, caracterizada por trabalhadores de baixa qualificação, incluindo-se aqui crianças¹⁶.

¹⁵ US\$1/dia. O autor utilizou uma medida absoluta diferente das relativas utilizadas por Dollar e Kraay (2002a).

¹⁶ Deve-se atentar, entretanto, para o conceito “mão-de-obra infantil” nos casos em que as crianças estão na propriedade familiar. É o caso típico da maioria dos minifúndios e de agricultura familiar no RS, em que jovens

Defendem ainda a existência de uma relação entre crescimento e mão-de-obra infantil na forma de “U” invertido. A explicação para isso se deve ao fato de que no início, tanto para jovens como para adultos, o mercado de trabalho se amplia apenas para mão-de-obra não-especializada. Mas, conforme a continuação desse crescimento, a demanda passa a se direcionar a trabalhadores qualificados, tanto nas cidades quanto no meio rural.

Contudo, há outros autores, como Deininger e Squire (1996 *apud* KAKWANI; KHANDKER, 2004), por exemplo, que realizaram testes econométricos e não confirmaram a tese de uma curva de “U” invertido para países individualmente na relação entre crescimento e desigualdade e trabalho infantil.

Um aumento de crescimento na economia, de acordo com Kambhampati e Rajan (2006), poderia levar a um aumento de retorno para os mais educados, incentivando os pais a enviarem seus filhos para a escola, preparando ainda uma geração futura mais capacitada. Em contrapartida, esses trabalhadores podem optar por aproveitar as oportunidades de trabalho do momento e trocarem uma renda maior no futuro pela presente.

No sentido de preparar melhor uma economia para o longo prazo, os autores defendem regras contra o trabalho infantil, um ambiente de proteção às crianças e ênfase na qualificação infantil, além uma boa infra-estrutura de escolas e um ambiente sociocultural em que a assiduidade às aulas seja mais uma norma, do que uma mera opção dos pais.

Os estudos citados por Kambhampati e Rajan (2006) mostram que, na era industrial, a Grã-Bretanha utilizou muito mais crianças nas fases iniciais, do que nas fases subseqüentes, entre outros motivos, pelo sucesso em regulamentações posteriores, aumento da renda e estudo compulsório. Avanços tecnológicos também podem ser apresentados como redutores da utilização da mão-de-obra infantil. Alguns trabalhos no passado, como a limpeza de chaminés e passar por túneis em minas sequer poderiam ser realizados por um adulto.

Além de uma mão-de-obra adicional, crianças que trabalhavam no campo auxiliando suas famílias também permitiam que sobrasse tempo para que os adultos procurassem outras ocupações (KAK, 2004 *apud* KAMBHAMPATI; RAJAN, 2006).

O trabalho infantil pode ainda ter razões sociais, como no caso da Índia, marcado pela presença de castas sociais. Segundo Weiner (1991 *apud* KAMBHAMPATI; RAJAN, 2006, p. 429),

auxiliam nas atividades da propriedade familiar, podendo não ser considerado trabalho infantil no sentido estrito do termo, muito embora a educação não possa ser deixada de lado.

[...] *set of beliefs, that are widely shared by educators, social activists, trade unionists, academic researchers and more broadly, members of the Indian middle class [nosso grifo], that education is a mean of maintaining differentiation among the social classes and excessive and inappropriate education for the poor would disrupt existing social arrangements.*¹⁷.

Pode-se dizer que, na Índia, por um lado, não é provida educação, para que se mantenha o *status quo* e se deixe que as diferenças sociais persistam. Por outro lado, conforme o emprego e a renda aumentam, não há mais necessidade de famílias pobres encaminharem seus filhos ao trabalho e, dada à demanda de trabalho a profissionais especializados, há incentivo para que essas crianças sejam encaminhadas à escola (WEINER, 1991 *apud* KAMBHAMPATI; RAJAN, 2006).

O que foi exposto no parágrafo anterior poderia ensejar a criação na sociedade de um ambiente, um *animal spirit*¹⁸, em que a demanda por mão-de-obra seja evidenciada por trabalho qualificado, bem preparado, de sorte que os pais irão se preocupar ainda mais com a educação de seus filhos. Mais do que isso, os governos passarão a ser demandados nesse sentido, determinando que sejam criadas melhores condições de acesso à educação no país.

A pesquisa de Kambhampati e Rajan (2006) demonstrou em seus resultados que as características pessoais e familiares influenciam na capacidade do indivíduo de ofertar mão-de-obra. Além disso, jovens que pertençam a determinadas castas ou tribos têm melhores condições de serem empregados. O grau de instrução dos pais e mães, o que é previsto, além de aumentos nos salários dos mesmos reduzem a probabilidade de os filhos estarem trabalhando.

Apontam ainda que, sob o prisma de prosperidade macroeconômica, os estágios mais avançados de desenvolvimento estão associados a uma melhor infra-estrutura de educação, ensino compulsório e a um ambiente sociocultural mais desenvolvido, de maneira que estudar torne-se uma norma. Esse quadro, por sua vez, faz com que países com um PIB maior tenham menor nível de trabalho infantil. Enfatizando a tese de que as áreas rurais fornecem maiores oportunidades para crianças, os estudos mostraram que as crianças têm uma probabilidade maior de serem empregados em estados cuja atividade predominante seja a agricultura e, enfatizando o conservadorismo, meninos têm maior probabilidade de emprego nessas regiões

¹⁷ “conjunto de crenças que são amplamente compartilhadas por educadores, ativistas sociais, entidades empresariais, pesquisadores acadêmicos e, mais amplamente, membros da classe média indiana, de que a educação é sinônimo de manutenção da diferenciação entre as classes sociais, e que a excessiva e inapropriada educação para os pobres iria destruir os arranjos sociais existentes”.

¹⁸ Entenda-se por *animal spirit* “estado de ânimo”. Termo utilizado por John M. Keynes (1973 *apud* SACHS; LARRAIN, 1998).

(KAMBHAMPATI; RAJAN, 2006). Um crescimento pró-pobre, no entanto, influencia tanto as crianças do sexo masculino, quanto às do feminino, visto que, segundo os autores, esse tipo de crescimento faz com que as oportunidades sejam igualmente distribuídas, aumentando o emprego de meninas.

Posto isso, cabe salientar que nas fases iniciais de crescimento e em sociedades repletas de atividades que não exijam qualificação, o trabalho infantil pode crescer e, por isso, deve ser fortemente combatido. Resta, entretanto, que os governos criem condições e obrigações para que as crianças frequentem as escolas e não o mercado de trabalho, principalmente porque só assim um país poderá qualificar corretamente seu mercado de trabalho, dando chance a um desenvolvimento com valor agregado e sustentado.

3.5 O PASSADO IMPORTA PARA O CRESCIMENTO

As regiões e os países são distintos um dos outros, e a realidade de cada um pode descrever diferentes resultados frente a um mesmo crescimento. Nesse sentido, Son e Kakwani (2004, p. 3) apresentaram uma solução para o *trade-off* desigualdade e crescimento sob o enfoque das condições iniciais. Segundo eles,

*[...] the higher is the initial level of economic development, the larger will be the poverty reduction with a given growth rate provided that the growth process does not change inequality. This also means that it is easier to reduce poverty in a richer country than in a poorer country even if the two countries have the same growth rate of per capita income. More importantly, it tells us that economic growth with no change in inequality can lead to poverty reduction at an increasing rate because of the declining nature of growth elasticity.*¹⁹

Nesse sentido e considerando a realidade nacional, Bakof (2002, p. 82) define que “Para um país com as dimensões do Brasil, fatores locais são importantes e

¹⁹ “[...] quanto maior for o nível inicial de desenvolvimento econômico, maior será a redução de pobreza com uma determinada taxa de crescimento, dado que o processo de crescimento não altera a desigualdade. Isso também significa que é mais fácil reduzir pobreza em um país mais rico, do que em um país pobre, mesmo que os dois países tenham a mesma taxa de crescimento da renda *per capita*. Mais importante, isso nos diz que crescimento econômico com nenhuma mudança na desigualdade pode levar a redução de pobreza a uma taxa crescente devido à natureza decrescente da elasticidade do crescimento.”

conseqüentemente as vantagens naturais ou criadas sempre estiveram presentes na formação histórica e na determinação da instalação industrial do país.”

Isto é, dentro de um país, o crescimento de determinada região poderá estar intimamente ligado a condições iniciais preexistentes e que acabam funcionando como um atrativo para investimentos. Além disso, as condições de desenvolvimento de uma região dependem em grande parte de sua atividade econômica, portanto das empresas nela situadas e, sobre este aspecto, Bakof (2002, p. 82) diz o seguinte:

Ainda que existam vantagens de localização e por mais que o apoio público seja importante, principalmente em áreas mais fragilizadas, devo apoiar uma noção que me parece fundamentalmente marcante para o sucesso, ou não, da atividade econômica: a empresa privada e, principalmente, o empresário dotado de certas capacidades, como o empreendedorismo e a inovatividade.

Percebe-se, dessa forma, a importância de um ambiente propício e convidativo ao desenvolvimento e que, dada uma determinada realidade, os reflexos na redução da pobreza serão tanto maiores, quanto menor for a desigualdade. Entenda-se por isso a fundamental importância de se estudar o crescimento pró-pobre, já que este se mostra uma ferramenta poderosa na disseminação dos efeitos econômicos.

3.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se avaliar os reflexos da globalização e da experiência histórica sobre os diferentes países, pode-se inferir que na maioria dos casos os mais pobres saíram ganhando. O crescimento mundial tem sido favorável aos pobres, de modo que a desigualdade não tem aumentado, ou os mais ricos tenham se apropriado da maior parte dos resultados desse processo. Uma ressalva relevante é o desempenho dos países africanos, principalmente os países da África subsaariana, onde o efeito da globalização foi ou ausente, ou amplamente negativo.

Com relação a ambiente institucional e macroeconômico, as colocações anteriores demonstraram que o crescimento e os efeitos benéficos deste respondem positivamente a níveis menores de desigualdade e a melhores condições iniciais. Corroborando essa tese, as

regiões que possuem condições mais apropriadas de recursos humanos e infra-estrutura têm se aproveitado de melhor forma dos impactos do crescimento.

Principalmente nos estágios iniciais de crescimento (e nas regiões onde o trabalho qualificado não seja requerido – o que, na verdade, é o que ocorre em países precariamente desenvolvidos), a mão-de-obra infantil substitui a dos trabalhadores adultos. Caberia a criação de regras, incentivos e um ambiente institucional de apoio e promoção à qualificação dos jovens, em vez de seu uso como mão-de-obra barata. Isso é o que dará, no longo prazo, condições para que o país se torne competitivo e se desenvolva adequadamente.

4 POLÍTICAS PÚBLICAS E SEU IMPACTO NA QUALIDADE DO CRESCIMENTO

O tema “crescimento pró-pobre” está intimamente relacionado à Teoria de Desenvolvimento Econômico e, portanto, as políticas públicas pertinentes a ele também o estão. Sabe-se que a ação governamental não é neutra, e os incentivos propostos por seus programas fazem com que os agentes econômicos reajam de alguma maneira. Além disso, pode-se tentar determinar que tipo de política pública pode contribuir positivamente para um crescimento pró-pobre. Apresentam-se válidas, mas apenas a título de menção, diversas proposições teóricas para a geração de desenvolvimento, como, por exemplo, a lógica de *linkages*¹ e o *Big Push*².

De qualquer forma, salientar com precisão quais seriam as políticas mais adequadas para a promoção de um crescimento a favor dos pobres, tampouco é uma tarefa fácil e determinada. É o que defende, por exemplo, Klasen (2003). Enfatiza ele que as políticas de ajustamento implementadas na África nos anos 1980 e 1990 não foram bem-sucedidas, principalmente por focarem apenas o curto prazo, deixando de lado políticas que se preocupassem com o longo prazo e, portanto, prejudicando uma política mais social.

Segundo Kakwani e Pernia (2000), políticas pró-pobre estariam apoiadas na execução de políticas e medidas deliberadas a favor dos pobres e na retirada daquelas contra eles. Entre as políticas diretas e a favor dos pobres poderiam ser citadas: gastos adequados em educação, saúde, melhor acesso a crédito, promoção de pequenas e médias empresas, taxaçaõ progressiva (e direta - discussão bastante em voga no Brasil que busca mecanismos para se taxarem as altas rendas) em vez de taxaçaõ indireta (que é regressiva), entre outras.

Já para Pernia (2003), uma das políticas necessárias para o crescimento pró-pobre estaria embasada em geração de eficiência do trabalho (que é o principal recurso dos pobres), incluindo investimentos em saúde e educação.

Segundo Dollar e Kraay (2000a), bastaria às autoridades manter a inflação sob controle e a disciplina fiscal. Esse argumento é apoiador à teoria de *trickle-down*, o que pode

¹ Defende investimentos estratégicos em elos da cadeia produtiva que resultem em potenciais e maiores efeitos “para frente” e “para trás”. Sobre esse tema, ver Ray (1998, p. 138).

² Teoria introduzida por Rosenstein-Rodan, a qual apregoava investimentos coordenados em diversos setores da economia simultaneamente.

não se sustentar, visto que entre os países isso não é regra, podendo valer na média, mas não como generalidade.

Assim como os autores acima, Pernia (2003) também aponta para ações macroeconômicas de prudência fiscal e bom gerenciamento de tributos, de sorte a promover um déficit público sustentável, facilitando investimentos sociais e físicos que atingiriam os pobres na forma de benefícios. Além disso, traz a ortodoxia em sua proposta, por meio de abertura econômica, além de apoio a exportações e investimento externo direto, promoção de preços baixos e criação de um ambiente favorável a investimentos e intermediação financeira eficiente (reduzindo custos de capital). Também é adepto da adoção de políticas diretas pró-pobres, entre elas:

[...] adequado gasto público para educação básica, serviços de plano de saúde e familiar, acesso facilitado ao crédito, promoção de pequenas e médias empresas e investimentos em infra-estrutura em áreas rurais atrasadas. Investimentos em capital humano e físico para os pobres irá promover sua produtividade e contribuição para a economia. Além disso, a liberdade econômica melhorada e governança, incluindo a provisão de direitos de propriedade aos pobres irão contribuir ao crescimento e redução da pobreza. (PERNIA, 2003, p. 5, tradução nossa)³.

O autor defende ainda a forte parceria público-privada, o que redundaria no projeto aprovado no Brasil das PPP's (Parceria Público Privadas).

Para Pernia (2003), do ponto de vista de política econômica, a redução da pobreza passaria tão simplesmente pela promoção de rápido crescimento econômico, posição embasada na experiência asiática. A simples promoção de um rápido crescimento traria de arrasto as condições necessárias para a redução da pobreza.

Em específico sobre política pública, Timmer (2004) aponta, com exceção dos setores rurais em que há um *trade-off* severo entre crescimento e crescimento pró-pobre, que políticas microeconômicas e setoriais proporcionaram crescimento mais lento que a existência de um ambiente de política macro⁴. Outro *trade-off* encontra-se nos investimentos públicos, já que para os pobres investimentos em infra-estrutura são mais visíveis e aproveitáveis no curto

³ Original: “[...] adequate public spending for basic education, health and family planning services, easier access to microcredit, promotion of small and medium enterprises, and infrastructure investments in bypassed rural areas. Human and physical capital investments for the poor will improve their productivity and contribution to the economy. Further, improved economic freedom and governance, including provision of property rights to the poor, will contribute to growth and poverty reduction”.

⁴ Segundo o autor, legislação sobre salário mínimo e proteção para um setor específico pode ser tão prejudicial para os pobres quanto o próprio crescimento.

prazo do que investimentos em capital humano. Ainda no que se refere a benefícios de curto ou longo prazo, a estabilidade política pode não apresentar o melhor resultado no curto prazo, mas é seguramente a melhor alternativa quando se pensa em gerações futuras.

Ao período a partir da metade de 1960, poderiam ser dadas três justificativas principais para o crescimento: i) a recuperação do estoque de capital e infra-estrutura; ii) o rápido crescimento da produtividade agrícola gerada por investimentos e tecnologia; e iii) o surgimento de um setor principal de manufaturas (auxiliado por investimentos estrangeiros). O ponto principal que o autor relewa é o rápido crescimento em nível macro, simultâneo a atividades trabalho-intensivas em nível micro, tendo a agricultura papel fundamental enquanto absorvedora de mão-de-obra em propriedades trabalho-intensivas e produtivas. Outras áreas de maior abundância de terras aumentaram a renda de pequenos produtores e trabalhadores. Quando essa proporção se inverteu, ou seja, as produções se tornaram mais capital intensivas, a redução de pobreza foi considerável. É o que o autor chama de modelo de aceleração.

Timmer (2004) indica uma interação entre políticas macroeconômicas e redução de pobreza como importante particularmente para Indonésia, tornando o setor de não-tradeables (essencialmente produtos ligados ao setor rural) como propulsores a curto prazo da redução de desemprego. Nesse particular, os investimentos em infra-estrutura, tornando a tecnologia disponível e lucrativa, asseguraram um incremento em crescimento pró-pobre, além disso tais projetos baseavam-se em técnicas mão-de-obra intensivas (nas quais estão os baixos salários). O indicativo é de que políticas de proteção são necessárias para reincluir a população que não se beneficia do crescimento (vide os preços agrícolas internacionais deprimidos), pois do contrário este não seria tão pró-pobre.

Amartya Sen (1987) também faz proposições para políticas econômicas, cabendo ao governo realizar ações que aumentem de maneira significativa as funcionalidades e capacidades das pessoas, ou, em resumo, fazer com que a população consiga mecanismos de efetivo aumento das liberdades.

A redução da pobreza pode ser facilitada por meio de políticas pró-pobre. Uma condição inicial de melhor desenvolvimento econômico, por exemplo, fará com que a redução da desigualdade seja maior. Isso é lógico e verdadeiro, pois, de acordo com Sen e Kakwani (2004) conforme a renda média aumenta, a elasticidade da desigualdade aumenta a taxas maiores que a elasticidade do crescimento. Demonstam ainda que as políticas de redução de desigualdade terão melhores resultados, quanto maior for o nível de desigualdades; e que políticas, como abertura comercial, política fiscal bem gerenciada e distribuição igualitária de

terras são importantes não apenas para o crescimento, mas também para a redução da desigualdade.

Ao se tratar de políticas públicas, deve-se ter em mente as questões fiscais de um governo e o fato de que, deliberadamente ou não, as decisões tomadas e as políticas implementadas poderão não ser neutras e favoráveis a pobres ou não pobres. Sob este aspecto, o trabalho *On Pro-Poor Government Fiscal Policies*, de Kakwani e Son (2001), indica que as Filipinas possuem um sistema fiscal centralizado e baseado em três taxas: as de importação, as de valor adicionado e taxas seletivas. Traz também a contribuição de Kakwani (2000) sobre as diferentes necessidades nas residências e o conceito de bem-estar como o “[...] *percentage of excess income a household has over its basic needs* [...]” (KAKWANI, 2000 apud KAKWANI; SON, 2001, p.12). Isto é, o quanto o indivíduo possui para superar suas necessidades básicas.

As políticas fiscais do governo, por sua vez, foram avaliadas sob a ótica de linha de pobreza (e a soma dos componentes individuais de renda menos os impostos). O resultado dos cálculos empíricos demonstrou que os gastos governamentais tiveram muito mais impacto nas áreas rurais, do que nas urbanas (dever-se-ia promover as áreas rurais que dão melhor resultado). No mesmo estudo, foi demonstrado que aumento de salários não melhoraram as condições dos pobres, diferente do usualmente esperado. Já com dados desagregados, percebe-se que o resultado é positivo em áreas rurais (até porque, regra geral, os indivíduos são mais pobres).

Outro resultado interessante (e usualmente não esperado) da pesquisa de Kakwani e Son (2001) é que benefícios sociais e de previdência auxiliaram mais os não pobres. Adicionalmente, transferências de estrangeiros vão mais para um resultado não pró-pobre do que o contrário, enquanto transferências domésticas ajudam mais os pobres.

Ainda sobre o estudo indicado anteriormente, impostos corporativos sobre a renda mostraram-se pró-pobre e aumentos de preços (o que corrói o poder real de compra) vai contra os pobres. Por esse motivo, taxar insumos básicos dos menos abastados não é bem vindo e promover subsídios a tais itens pode ser bem-vindo. Apresentou-se também que subsídios em educação e saúde ajudaram mais os ricos do que os pobres, mostrando a necessidade para os pobres de gastos nessas áreas (KAKWANI; SON, 2001).

Políticas visando ao aumento da renda média são benéficas. É isso que propõe Kraay (2006), quando define a proteção aos direitos de propriedade, políticas macroeconômicas e abertura ao mercado internacional, como as principais atitudes governamentais para o crescimento pró-pobre.

Esse autor propõe um estudo realmente interessante e direto para determinar a relação de certas políticas com a variação na renda relativa da população. A existência, ou não, dessas políticas foram definidas através de uma série de *proxys*⁵, que se resumem da seguinte maneira:

- i) qualidade institucional e o indicador *World Bank's Country Policy and Institutional Assessment (CPIA)*, como indicadores de proteção aos direitos de propriedade;
- ii) razão das exportações mais importações com relação ao PIB, como indicador de abertura ao mercado internacional;
- iii) inflação, como indicador de política monetária estável;
- iv) participação dos gastos governamentais no PIB em moeda local, como indicador do tamanho do Governo e
- v) razão do M2 em relação ao PIB em unidades correntes locais, como indicador de desenvolvimento financeiro.

Para essa avaliação com dados de 80 países em desenvolvimento, Kraay (2006) fez uso de outras variáveis, embora não tão fortemente relacionadas ao crescimento como as acima. Elas são as seguintes:

- a) democracia (o indicador “*voice and accountability*” de Kaufmann, Kraay e Mastruzzi (2004));
- b) produção relativa na agricultura (medida como a razão do valor adicionado por trabalhador na agricultura em relação ao valor total adicionado por trabalhador);
- c) frequência à educação primária.

Os resultados das regressões são significativas na maior parte e negativamente correlacionadas.

A qualidade institucional tendeu a ser positivamente relacionada com o crescimento, mas também com mudanças na distribuição de renda, indicando que mudanças na distribuição de renda em países com boa qualidade nas instituições aumentam a pobreza. O indicador referente à democracia segue a mesma direção.

A abertura ao mercado internacional também fez países crescerem mais, mas não se mostrou amistosa à pobreza.

⁵ Entenda-se como *proxys* os “procuradores”, ou seja, os dados que dão representatividade e demonstram uma determinada situação.

A inflação e o desenvolvimento financeiro mostraram-se pouco correlacionados com o crescimento e a distribuição de renda.

O consumo do governo, na pesquisa, mostrou-se negativamente relacionado com o crescimento, mas associado com reduções na desigualdade na maioria dos testes.

A produção relativa na agricultura, por sua vez, não esteve correlacionada com o crescimento; no entanto, indicou correlação positiva com a distribuição de renda.

Um resultado inesperado foi o de que a educação primária também não esteve relacionada com o crescimento e assim o é na maioria das medidas de desigualdade.

Em síntese, o trabalho de Kraay (2006) concluiu que estão intimamente ligadas ao crescimento pró-pobre as altas taxas de crescimento nas rendas médias. Adicionalmente, o autor indica a necessidade de se levar em consideração dados específicos dos países.

Chenery (1974 apud ESSAMA-NSSAH, 2005) indica que a escolha de programas sociais e políticas de desenvolvimento devem ter objetivos explícitos, devendo inclusive indicar os benefícios que aqueles trarão a determinados grupos. Nesse mesmo sentido, Günther e Grimm (2007) apontam que, sob o ponto de vista de políticas públicas, apenas se poderá fazer uma boa avaliação se levadas em consideração as mudanças que foram provocadas no custo de vida, bem como se deve dar atenção ao seu impacto na mudança de preços relativos.

Poderiam ser citadas duas maneiras de se reduzir a desigualdade e a pobreza. A primeira, com o crescimento econômico afetando os mais pobres de maneira direta, de sorte que os benefícios vão diretamente a eles, podendo trazer, no entanto, um maior impacto sob oscilações. A segunda, de maneira indireta, podendo ocorrer através de políticas públicas de redistribuição, principalmente via transferências, impostos e taxas. A inclusão dos mais pobres poderia ser feita via direcionamento dos gastos públicos para eles, além do resultado de políticas de taxação progressiva. (KLASSEN, 2003).

Dentro da maneira direta de redução de pobreza citada anteriormente, as áreas beneficiadas, segundo o autor, devem ser aquelas com grande presença daquela parcela da população e, visto que esta em geral detém apenas sua força de trabalho, ou terras, ou eventualmente capital humano, um dos focos deve ser o apoio à área rural (fonte das baixas rendas). Deve-se ter em mente ligações referentes a essa mão-de-obra, que, no longo prazo, pode migrar para atender a demandas de serviços e manufaturas no setor não rural, principalmente não treinada. A política pública, no entanto, pode desenvolver a estratégia de preparar uma mão-de-obra qualificada.

Outra constatação, apresentada por Klasen (2003), é de que haja incentivos governamentais, diferentemente de medidas artificiais de aumento de salários, por exemplo, que aumentem a produtividade e o retorno do que é devido pelos pobres. Exemplo disso poderia ser a produtividade da terra e da mão-de-obra. Vinculado a esta, o autor cita que em países com alta desigualdade de renda, um dos principais fatores presentes é a combinação de altos retornos à educação e desigualdade na educação. Isso demonstra que ensino poderia ser um dos objetivos dos governos.

O governo pode ser a ponte responsável pela condução da distribuição daquilo que é gerado pelo crescimento. Dessa forma, os recursos advindos da geração de riqueza pode ser direcionado para a educação dos pobres ou programas sociais. Klasen (2003) alerta, no entanto, que se deve ter cuidado com tais programas de promoção do bem-estar, a fim de que não sejam geradores de dependência por parte dos beneficiados de tais⁶.

Apesar de não haver um consenso precisamente sobre que políticas são adequadas para a promoção de crescimento pró-pobre, já há, conforme evidenciado, um avanço bastante grande com relação a pesquisas e proposições sobre esse tema. Em contrapartida, há algumas descobertas através das pesquisas que acabaram por indicar algumas uniformidades a respeito das implicações de determinadas políticas, além de resultar em algumas áreas a serem mais exploradas. Nesse sentido, apresenta-se no Apêndice o quadro Debate e Políticas Econômicas Pró-Pobre.

4.1 REDUÇÃO DA POBREZA: UMA CARTILHA

Alguns países têm sido hábeis em se aproveitar de maneira mais eficiente dos frutos do crescimento, ou seja, têm logrado êxito no crescimento pró-pobre. Os países asiáticos são casos expoentes nesse sentido e, justamente em função disso, o Banco de Desenvolvimento Asiático tem fornecido uma ampla gama de estudos sobre a qualidade de crescimento dos países daquela região.

⁶ Cabe aqui, sem adentrar em profundos detalhes, um alerta para os programas sociais do então presidente Luís Inácio Lula da Silva, como o Bolsa Família, por exemplo.

O Bank's Poverty Reduction Strategy⁷, por sua vez, constitui-se em um programa aprovado em 1999 pelo *Asian Development Bank* para Estratégias Operacionais dos Países, prevendo reformas nas políticas e ênfase setorial (DUNCAN; POLLARD, 2001).

O grande questionamento do banco, traduzido pelos autores, foi se o Banco de Desenvolvimento Asiático (BDA) deveria financiar infra-estrutura, como aeroportos, rodovias, navegação, ou se deveria investir em clínicas médicas, escolas, dentre outras formas de desenvolvimento humano, ou se deveria financiar o setor rural e de recursos naturais, além de esquemas de micro-crédito para aumentar a renda dos pobres. De acordo com Stiglitz (1998 *apud* DUNCAN; POLLARD, 2001), as soluções técnicas não são suficientes, necessitando a economia de uma infra-estrutura institucional.

O estudo trazido por esses autores demonstrou que 75% dos projetos custeados por agências internacionais ou doações deram errado e muito poucos conseguiam se sustentar quando acabava o aporte de fundos.

Duncan e Pollard (2001) afirmam que muitas entidades já criaram manuais, guias, estratégias e folhetos sobre assistência à pobreza, e as análises feitas sempre levam em consideração a descrição dos pobres na sociedade por meio de dados como localização, gênero, idade, acesso a bens, mercados e serviços públicos. No entanto pouco se trata sobre “por que” são pobres. O foco, segundo eles, deveria situar-se em entender quais as restrições existentes para que essas pessoas não estejam participando do crescimento econômico, até porque é inútil questionar se é necessário promover o crescimento, ou reduzir pobreza, se uma parcela tão grande dos recursos humanos (os pobres, que são uma grande massa) está sendo subutilizada.

Durante grande parte do final do século XX, agências de desenvolvimento e teóricos trataram a pobreza dos países predominantemente sob o prisma da falta de capital e da necessidade de transferência de capital dos países mais ricos para os pobres, mas apenas recentemente se tem visto mais essa questão sob o aspecto de que se não há capital, é porque tais países não são “amistosos” ao capital.

De acordo com os autores, o *mainstream* ocidental teve uma importante contribuição sobre o crescimento com o conhecido modelo neoclássico de Solow-Swan, que em síntese levava em consideração o progresso técnico como fator externo, além de considerar a tese de convergência dos países como um crescimento semelhante no longo prazo. O que não se conseguia explicar era dado como resíduo. Funcionou (e teve apoio no Plano Marshall de

⁷ Estratégia de Redução de Pobreza do Banco de Desenvolvimento Asiático.

rápida reconstrução da Europa ocidental no pós II Guerra), pois os países tinham abundante mão-de-obra, mas não capital. O papel era direcionar o capital para os países mais pobres.

Posteriormente, Becker (1964) inseriu o conceito de que a mão-de-obra não é padrão e que a diferenciação vinha através da educação, treinamento e melhorias na saúde, tirando a importância do “resíduo” do modelo neoclássico, abrindo espaço para incluir o capital humano. Trouxe na carona projetos de educação e saúde por parte de agências de assistência ao desenvolvimento.

Os anos 1970, conforme Duncan e Pollard (2001) foram divididos, de um lado por Krueger e Bhagwati (KRUEGER, 1978), que relevavam a importância dada à abertura ao mercado internacional e ao investimento e o rápido crescimento dos Tigres Asiáticos; porém, o rápido aumento da renda nos estágios iniciais da substituição de importações não era acompanhado no longo prazo. De outro lado, o pensamento do Banco Mundial traduzia em seus trabalhos que a maioria dos projetos apresentavam resultados falhos, a exemplo dos países pobres da África ao sul do Saara. Detectaram que o problema estava no ambiente de políticas desfavorável. Assim vieram os planos de ajustes que pressupunham abertura ao mercado internacional, investimentos internos e externos, bem como políticas macroeconômicas⁸, além de políticas microeconômicas (através de bancos regionais e do Banco Mundial).

Surgem então os modelos endógenos de crescimento dos anos 1980, prevendo que a mudança técnica é endógena, explicando assim a possibilidade de os países continuarem a crescer a taxas altas por longos períodos (diferente do *steady state*⁹ de Solow). Traz-se a noção do *learning by doing*¹⁰ de Romer (1990) e Grossman e Helpman (1991), em que o crescimento pode ser tão rápido quanto a escala do setor de Pesquisa e Desenvolvimento. Desse modo, o governo e sua intervenção (política) podem ter uma influência decisiva na rota do crescimento.

Enquanto o foco nas décadas de 1980 e 1990 era o ambiente de políticas, a partir de North e Thomas (1973 *apud* DUNCAN; POLLARD, 2001, p. 6) e North (1990 *apud* DUNCAN; POLLARD, 2001, p. 6) o enfoque passa a ser as instituições e sua importância no crescimento econômico.

Sob esse tema Haggard (1999, *apud* DUNCAN; POLLARD, 2001, p. 6) faz uma distinção entre instituições e organizações quando descreve que:

⁸ Leia-se Fundo Monetário Internacional e o Consenso de Washington.

⁹ “estado estacionário”.

¹⁰ “aprender fazendo”, ou seja, melhorias no processo através da curva de aprendizagem. (ROMER, 1986; LUCAS JÚNIOR, 1988).

Institutions refer to the formal and informal rules and enforcement mechanisms that influence the behavior of organizations and individuals in society. They include constitutions, laws and regulations, and contracts, as well as trust, informal rules and social norms. Organizations are collective social actors, usually characterized by hierarchical patterns of internal authority, that pursue common interests. Organizations operating in the public sphere include government bureaucracies, legislatures, political parties, unions, interest groups, NGOs, and even firms in their political capacities¹¹.

Os programas de ajuste estrutural, ou os famosos “deveres de casa”, são, conforme Ducan e Pollard (2001) ineficazes sem a presença de instituições. Estas, por sua vez, reduzem os custos de transação, uma vez que aumentam a confiança entre os indivíduos e os grupos. Direitos de propriedade bem definidos e seguros, além de contratos que se façam valer são a base de uma economia de mercado. Caso não haja esse ambiente de segurança, o país traria apenas investimentos fáceis de irem embora.

A ausência de instituições básicas, mais que a falta de capital, adicionado a alguma deficiência na ética para o trabalho ou algum comportamento culturalmente determinado, seria a causa das falhas de crescimento segundo Olson Júnior (1996) e Soto (2000, *apud* DUNCAN; POLLARD, 2001). A atividade econômica torna-se muito inibida onde há uma falta, por exemplo, de um efetivo sistema de propriedade de terras, com facilidade de compra e venda e securitização. Nesses casos, as propriedades não têm uma força de geração de renda adequada, o que poderia ser feito através de arrendamentos e investimentos em capital. A ótica deveria ser diferente do que há nos países de “Terceiro Mundo”, ou seja, de existência de títulos em vez de casas; de estatutos de incorporação em vez de empresas; podendo citar, por exemplo, os Estados Unidos, onde a maior fonte de recursos das novas empresas é a hipoteca casa do empreendedor.

Sempre que não há um ambiente de instituições, não há condições para que se criem relacionamentos de longo prazo, fazendo com que não se gere especialização, nem economias de escala.

Ainda segundo Duncan e Pollard (2001), em países como o Japão, Coréia e China, que experimentaram revoluções na agricultura por meio da ampliação dos direitos de propriedade individual (ao invés da coletiva) e da abertura dos mercados, as instituições desempenharam

¹¹ “Instituições se referem às regras formais e não formais e aos mecanismos de obrigatoriedade que influenciam no comportamento das organizações e dos indivíduos na sociedade. Elas incluem constituições, leis, regulamentos e contratos, bem como confiança, regras informais e normas sociais. As organizações são atores sociais coletivos, geralmente caracterizados por padrões hierárquicos de autoridade interna, que perseguem interesses comuns. Organizações operando na esfera pública incluem burocracias governamentais, legislaturas, partidos políticos, sindicatos, grupos de interesse, ONG’s e mesmo firmas nas suas capacidades políticas”.

um grande papel. Nessa mesma linha, a governança tem tomado espaço importante a partir dos anos 1990, traduzindo a transparência e a contabilização das ações e da eficiência dos governos¹².

Caso não haja instituições — o que já começa a ser defendido pelas agências de desenvolvimento e é condição para a criação de capital — e não haja participação da sociedade na economia de forma mais plena, outros fatores não ocorrerão. Acabará não havendo incentivo para investimentos, criação e melhoria de infra-estrutura e saúde pública e reformas econômicas, de maneira que os únicos beneficiados continuarão sendo as rendas mais altas.

Uma contribuição importantíssima é trazida pelos autores, mostrando a diferença e os benefícios da existência de fortes instituições em uma economia, o que certamente é condição para o desenvolvimento econômico. Definem eles o seguinte:

*[...] building roads and bridges or undertaking agricultural research will not increase incomes as much as they could if people do not have secure property rights to farm land; education and health improvement projects will not promote income growth for the poor unless there is the generation of capital with which the healthier and better educated labor force can work; privatization of public enterprises will be less than fully effective if there are not secure property rights to land and enforcement of contracts*¹³ (DUNCAN; POLLARD, 2001, p. 12).

[...]

*[...] laying off public officials with redundancy packages could see them become the new entrepreneurial class but won't if they cannot gain secure access to land and raise additional capital through securitization of their assets; and trade and investment policy reform will see disappointing results in the form of supply responses unless there is security of property rights and contracts and capital markets are developed so that traders can raise capital and hedge their commodity and currency risks*¹⁴ (DUNCAN; POLLARD, 2001, p. 12).

¹² Inclusive de empresas privadas. No Brasil este conceito está impregnado na Bovespa via Níveis de Governança Corporativa, traduzindo-se em maior confiança nas ações e nos dados apresentados pelas empresas negociadas na bolsa de valores.

¹³ “a construção de rodovias e pontes ou a realização de pesquisa agrícola não aumentará a renda tanto quanto poderia se as pessoas não tiverem direitos de propriedade assegurados à plantação agrícola; projetos de melhoria em educação e saúde não irão promover crescimento de renda aos pobres, a não ser que haja geração de capital com o qual a força de trabalho mais saudável e melhor educada possa trabalhar; a privatização de empresas públicas serão menos que completamente efetivas, caso não haja segurança aos direitos de propriedade da terra e execução dos contratos”.

¹⁴ “aposentar funcionários públicos com benefícios redundantes poderia representar a criação de uma nova classe empresária, mas não se eles não tiverem acesso seguro a terras e levantarem capital adicional através da securitização de seus bens; e as políticas de reforma de mercado e investimento terão resultados desapontadores em termos de resposta do lado da oferta, a menos que haja segurança nos direitos de propriedade e contratos, bem como mercado de capitais bem desenvolvido a fim de que os negociadores possam levantar capital e proteger suas *commodities* e riscos monetários”.

Em situações de países que não tenham bom crescimento, a principal ferramenta é a mão-de-obra, a qual não consegue gerar muita renda. Conseqüentemente, os resultados vão para poucos, os efeitos para frente e para trás na economia não são dinâmicos, e eventualmente proteções tarifárias servem para a manutenção na renda de determinadas parcelas da população. O principal desafio é descobrir onde, na ordem civil e social, encontram-se os entraves para o crescimento pró-pobre (DUNCAN; POLLARD, 2001).

A Figura 1 é fundamental para a análise referente ao ambiente institucional e para o seu papel no crescimento pró-pobre, dada sua maneira clara e adequada com que trata essa relação.

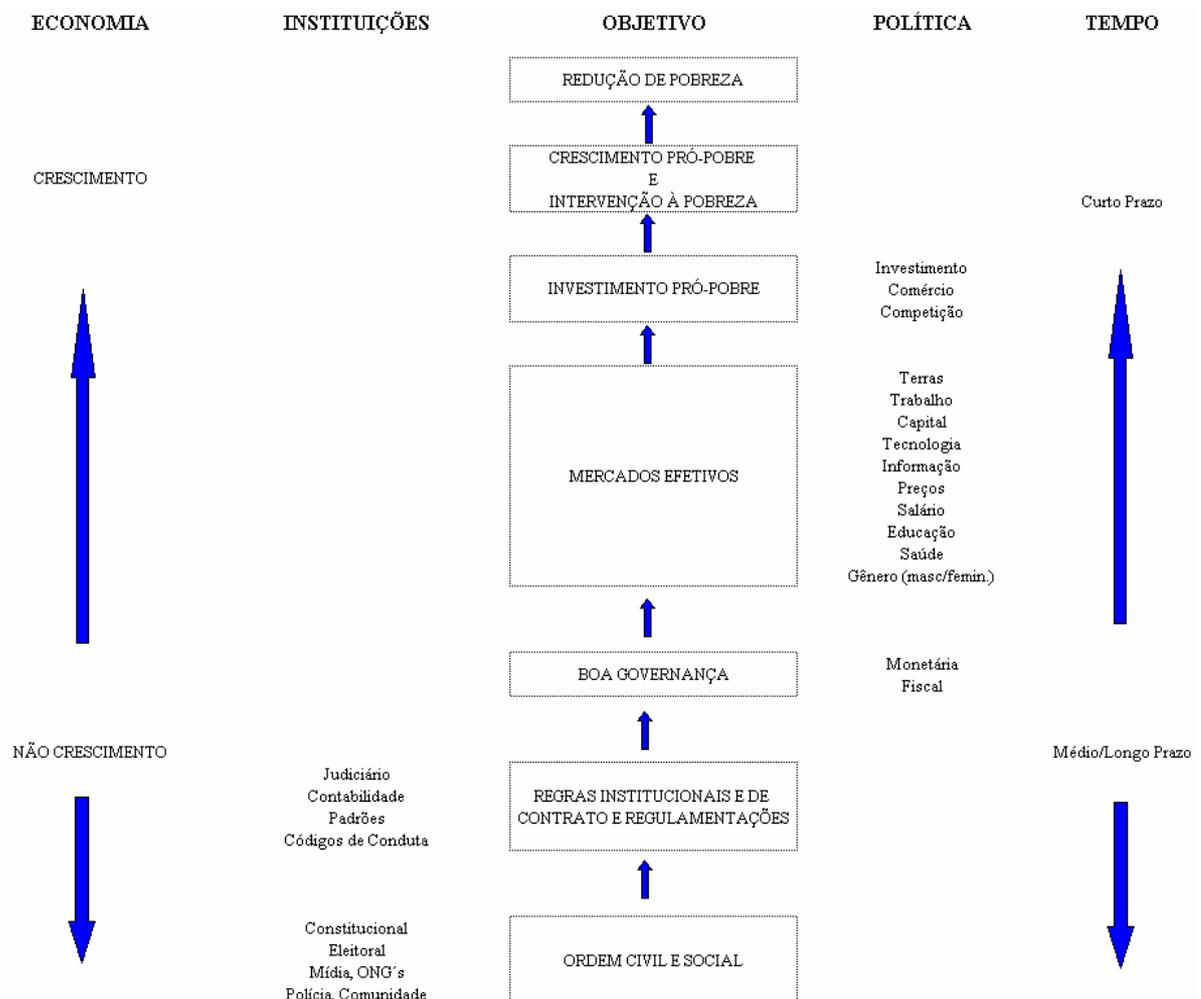


Figura 1 – Ambiente Institucional e Crescimento Pró-Pobre

Fonte: DUNCAN; POLLARD, 2001, p. 24, tradução nossa.

Segundo esses autores, sem uma ordem civil não há condições de haver desenvolvimento econômico. A confiança também é um fator importante para que funcionem contratos e leis a favor dos pobres.

Para propor uma política pró-pobre, é necessário tratar das questões possíveis a curto e médio prazo, além de procurar entender de forma detalhada as informações sobre a realidade social, cultural e política de determinada economia.

A posição dos autores é a de que deve haver segurança jurídica e cumprimento de contratos, promovendo liberdade de entrada de competidores, evitar preços anti-competitivos, bem como proporcionar a promoção de serviços públicos de qualidade.

Caso não haja segurança em relação aos direitos sobre a propriedade/terra, garantias governamentais, nada mais se pode esperar além de indústrias não fixas e atividades meramente exploradoras. Títulos de propriedade de terra também são importantes para o desenvolvimento de um setor financeiro e de empréstimos.

A educação é apresentada por Duncan e Pollard (2001) como uma maneira mais fácil, se comparada a outras políticas, de aumento de renda, mesmo porque a educação e o conhecimento são a principal fonte de aumento de renda dos indivíduos nos dias de hoje.

Sob o aspecto público, dever-se-ia ter cuidado para que o setor público não seja superior, em termos de salário, se comparado ao setor privado. Sobre isso, os autores afirmam o seguinte:

*[...] experience has shown that policies that place few restrictions on domestic and foreign investors and on trade within and between countries are favorable to growth. Moreover, openness to trade and investment will serve as an effective means of preventing monopolistic behavior by firms*¹⁵ (DUNCAN; POLLARD, 2001, p. 17).

Os principais resultados apresentados pelos autores mostraram que, diferentemente da idéia de que o que falta é capital para o desenvolvimento dos países, o que de fato falta é um ambiente apropriado e amistoso ao capital e aos investimentos. Adicionalmente, tem-se descoberto, a um alto custo, que o setor público raramente é mais adequado que o privado no desenvolvimento de atividades econômicas. Nesse mesmo sentido, para o desenvolvimento de um setor produtivo é necessária a existência de instituições básicas que assegurem direitos de

¹⁵ “A experiência tem mostrado que políticas que tenham poucas restrições aos investidores domésticos e estrangeiros e aos negócios dentro e entre países são favoráveis ao crescimento”.

propriedade e cumprimento de contratos. Isto em específico, permite igualdade de oportunidades.

A liberdade de investimento e a segurança de contratos, conforme os autores, acabam aumentando o valor implícito dos aluguéis e o valor do trabalho.

Mudanças em instituições podem se mostrar mais fáceis de ocorrerem do que alterações nos direitos de uso da terra. No entanto, acesso à terra pode se tornar menos importante para a melhoria do padrão de vida das pessoas.

Ainda que as restrições que evitam os pobres de participarem do resultado sejam retiradas, os benefícios não serão uniformes. Nesse caso, entra o governo através de sua política fiscal, no intuito de assegurar acesso igual aos serviços básicos, além de o mesmo possuir a possibilidade discricionária de determinar onde investir, que deve ser nas regiões menos providas em termos de transporte público, infra-estrutura, educação e saúde.

4.2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Políticas com foco no curto prazo, leiam-se imediatistas, historicamente não têm gerado bons resultados.

Uma política pró-pobre, se não diretamente a favor dos pobres, poderia ser aquela que ao menos não o seja contra eles. Entre as políticas que estão a favor deles, estariam as vinculadas ao seu bem mais precioso, a força de trabalho, atreladas ainda a investimentos em educação, acesso a crédito e taxaço regressiva.

Em contrapartida, pôde-se confirmar que uma ótima saída para políticas de apoio aos pobres está na manutenção de um ambiente macroeconômico favorável, com inflação sob controle e prudência fiscal, cujo resultado permitiria outros investimentos sociais. Atenção neste particular sobre os incentivos de curto e longo prazo, já que geralmente os indivíduos têm uma preferência por investimentos em infra-estrutura, visíveis, a melhorias em sua condição de capital humano, mais lenta, mas necessária para a suficiência em estágios de desenvolvimento.

A utilização de atividades de mão-de-obra intensivas e da tecnologia a favor dos pobres fez com que o setor rural em países asiáticos fosse extremamente pró-pobre. Neste sentido, as ações para áreas rurais mostraram melhores resultados, se comparados às urbanas (eventualmente porque é de se esperar que naqueles setores a pobreza geralmente seja mais

profunda) e, portanto, a ela poderiam ser direcionados mais investimentos. Deve-se atentar que o ensino e o foco na preparação e qualificação dessa mão-de-obra pode ser uma política pública indicada, visto que adiante os trabalhadores serão requisitados no mercado de trabalho urbano - e mais qualificado. Para alguns, dentre as alternativas políticas para promoção de crescimento pró-pobre, a educação seria uma das mais fáceis.

Mais do que o próprio capital, os autores defendem a necessidade de instituições que gerem garantia de investimentos, incentivos à iniciativa privada e segurança jurídica, em suma um cenário que dê condições a contratos e relacionamentos de longo prazo.

5 O CRESCIMENTO PRÓ-POBRE E O CASO DO RIO GRANDE DO SUL

A partir do embasamento apresentado até esta parte, será efetuada a mensuração do perfil de crescimento no estado do Rio Grande do Sul para a década de 1990, com o objetivo de se avaliar como se configurou o impacto do crescimento sobre o padrão de distribuição da renda nos municípios e sobre a pobreza.

Os dados estatísticos para o referido estudo foram retirados do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, advindos do IBGE. Esses dados referem-se ao ano de 1991 e 2000 e correspondem às rendas médias do primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto quintos da população dos municípios do Rio Grande do Sul (RS). Isto é, o primeiro quinto reflete a renda média de 20% das pessoas mais pobres da região referida; o segundo quinto, a renda das pessoas encontradas entre os 20% e 40% mais pobres e assim sucessivamente, até o quinto mais rico da população.

Realizou-se um rearranjo nos números para efeitos de análise. O primeiro quinto corresponde a ele mesmo. O segundo quinto arrumado corresponde à média simples da soma do primeiro e segundo quintos e assim sucessivamente, até o quinto quinto que resulta da média simples da soma de todos os quintos.

Então, a fim de se avaliar o crescimento no RS, introduziu-se um índice de desenvolvimento chamado índice G (*Growth*), o qual reflete a taxa de variação da renda média de cada quinto arrumado entre os dois períodos (2000 em relação a 1991).

Para fins de facilitar a avaliação dos resultados e pressupondo que Municípios de uma mesma região tenham realidades similares, os dados foram agrupados conforme as microrregiões do Estado¹, englobando uma série de cidades num mesmo grupo. Para elas, fez-se a média dentro de cada quintil para a renda daquela região.

O resultado da medição dos dados basicamente procura avaliar se há efeito apoiado no *trickle-down*, ou o contrário. Busca-se, assim, analisar se houve um aumento relativamente maior na renda dos pobres do que na dos não pobres. Essa metodologia está alinhada com a ótica de Kakwani e Pernia (2000). Sempre que o G do quinto mais pobre apresentar um valor relativo maior que o G do quinto mais rico, tem-se um crescimento Pró-Pobre, ou seja, a

¹ Os Municípios foram classificados em Microrregiões, conforme divisão do IBGE.

renda da população mais pobre cresceu proporcionalmente mais do que a renda média do Município naquele período.

5.1 RESULTADOS: O PERFIL DE CRESCIMENTO DO RS DE 1991 A 2000

Abaixo serão apresentados os gráficos e tabelas sintetizando o resultado do índice G para a série de microrregiões do RS.

No Gráfico 1, percebe-se que a microrregião da Campanha Meridional e de Cachoeira tiveram crescimento pró-pobre; Carazinho e Campanha Central levemente pró-rico, enquanto Campanha Ocidental e Camaquã mais fortemente pró-rico (naquela, os mais pobres não alteraram sua condição).

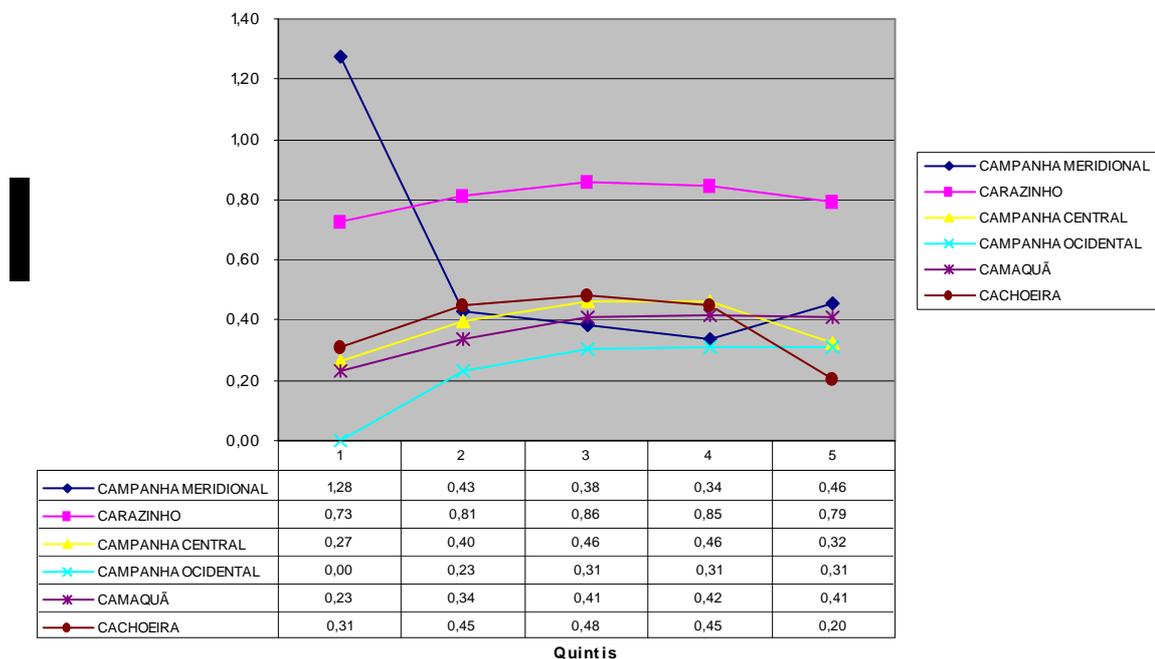


Gráfico 1 – Crescimento Pró-Pobre RS 1991-2000

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE.

No Gráfico 2, Caxias do Sul, Cerro Largo, Cruz Alta, Erechim, Frederico Westphalen e Gramado-Canela tiveram crescimento pró-pobre. Mais acentuadamente os dois últimos.

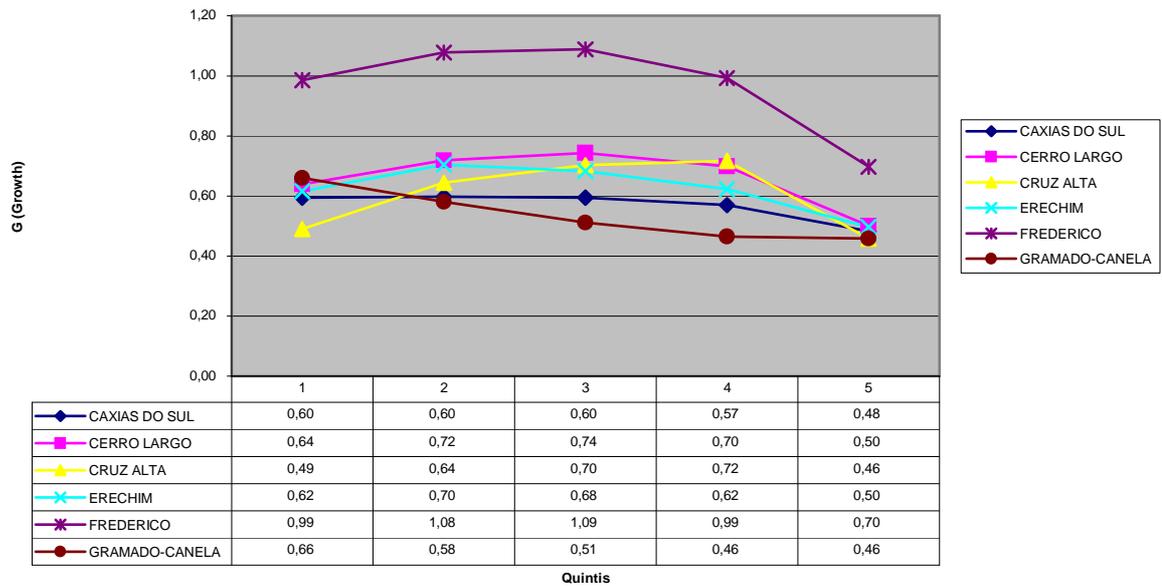


Gráfico 2 – Crescimento Pró-Pobre RS 1991-2000

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE.

Para o grupo apresentado no Gráfico 3, o crescimento dos municípios enquadrados em Guaporé, Montenegro e Lajeado-Estrela foi pró-pobre, sendo nos dois primeiros de maneira mais contundente. Litoral Lagunar e Ijuí foi pró-rico.

O destaque aqui se dá para a região Jaguarão, onde o crescimento foi empobrecedor, ou seja, de 1991 a 2000 os pobres ficaram ainda mais pobres.

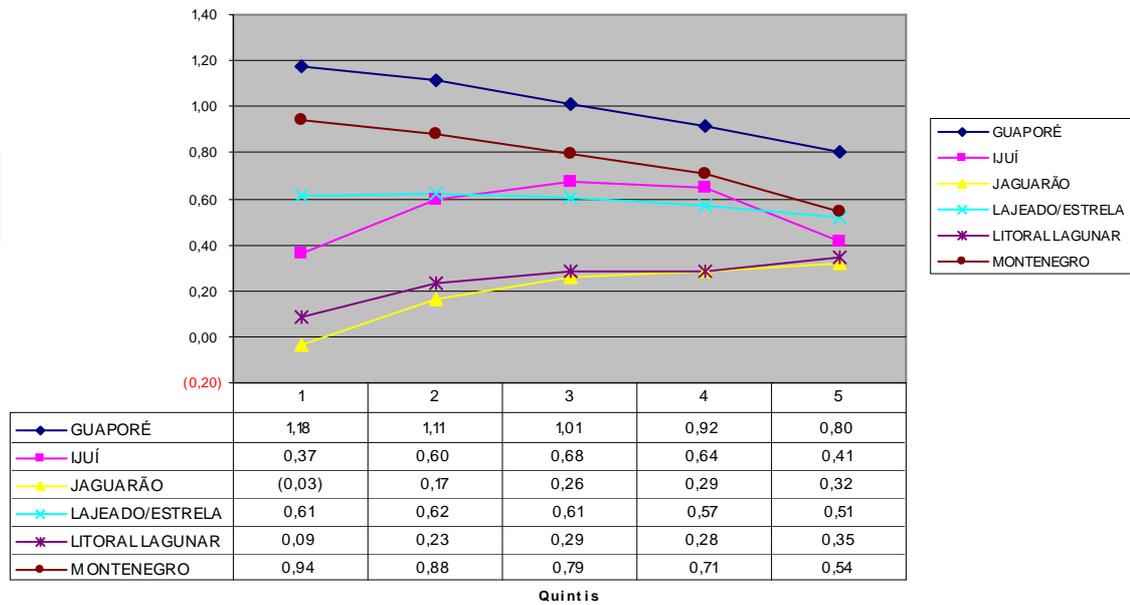


Gráfico 3 – Crescimento Pró-Pobre RS 1991-2000

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE.

Nas regiões de Passo Fundo e Restinga Seca, houve indiscutível crescimento pró-pobre entre 1991 e 2000. Para Osório, Pelotas e Porto Alegre, os mais ricos se beneficiaram do crescimento proporcionalmente em maior parte do que os de menor renda. Na região de Não-Me-Toque, ricos e pobres se apropriaram de maneira equânime do aumento de renda. O Gráfico 4 apresenta esses resultados.

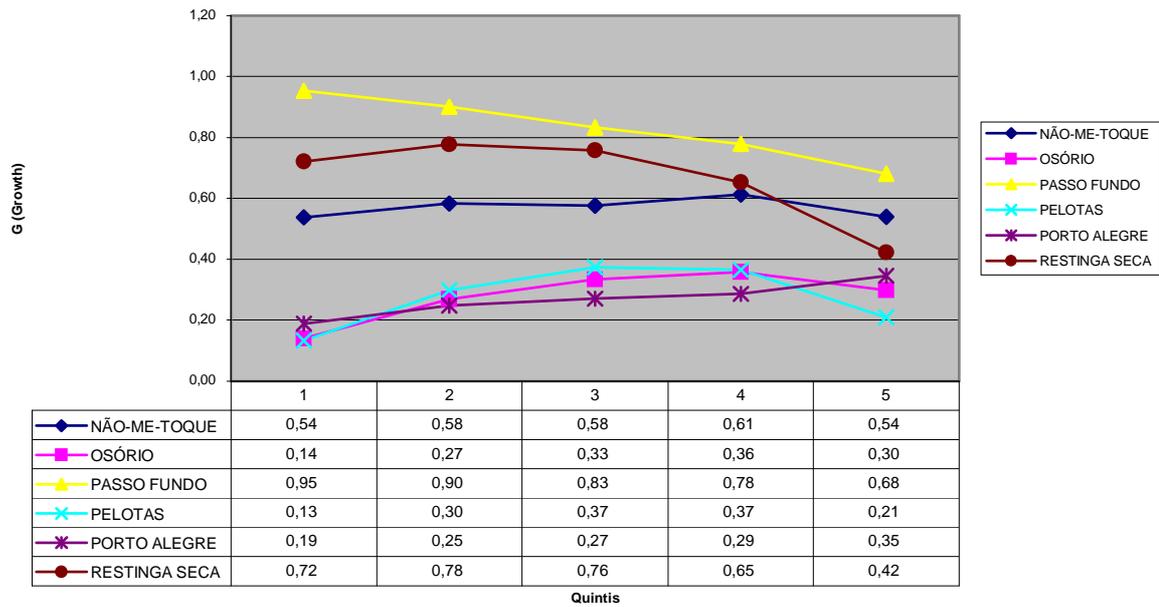


Gráfico 4 – Crescimento Pró-Pobre RS 1991-2000

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE.

Das microrregiões a seguir, Sananduva mostrou crescimento pró-pobre, ao contrário das demais, Santiago, São Gerônimo, Serras do Sudeste, Soledade e Santa Cruz, nas quais o crescimento favoreceu os ricos. Pode-se observar esses resultados no Gráfico 5.

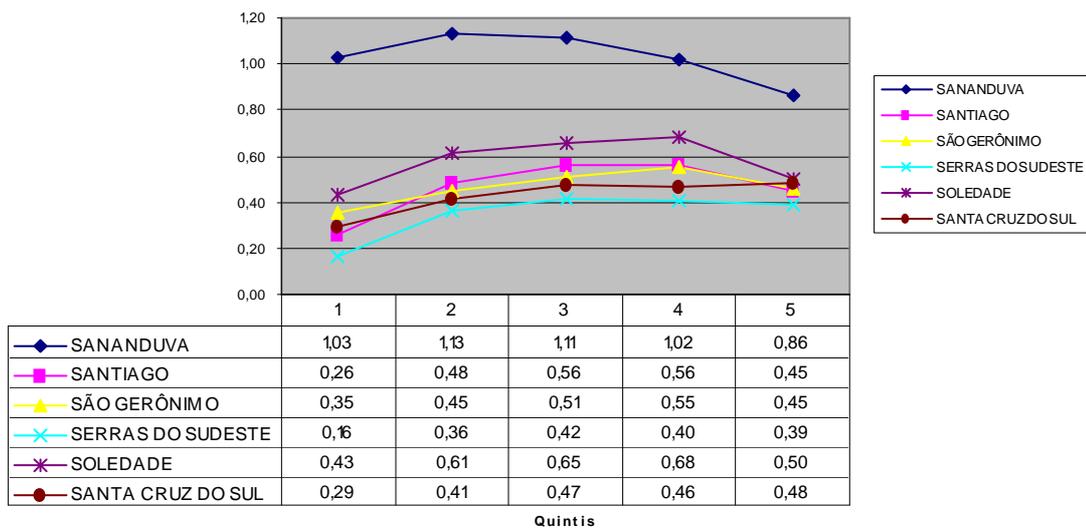


Gráfico 5 – Crescimento Pró-Pobre RS 1991-2000

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE.

Entre as microrregiões a seguir, em Santa Rosa e Vacaria os mais pobres se beneficiaram proporcionalmente mais do que os mais ricos. Em Santa Maria, assim como em Três Passos, ocorreu crescimento levemente pró-rico, mas quase inexpressivo. Em Santo Ângelo, o crescimento foi fortemente pró-rico. Interessante que, de maneira menos ou mais significativa, em todos eles os quintis do meio (2º ao 4º quintil) se beneficiaram com a alteração na distribuição de renda. Pode-se observar esses resultados no Gráfico 6.

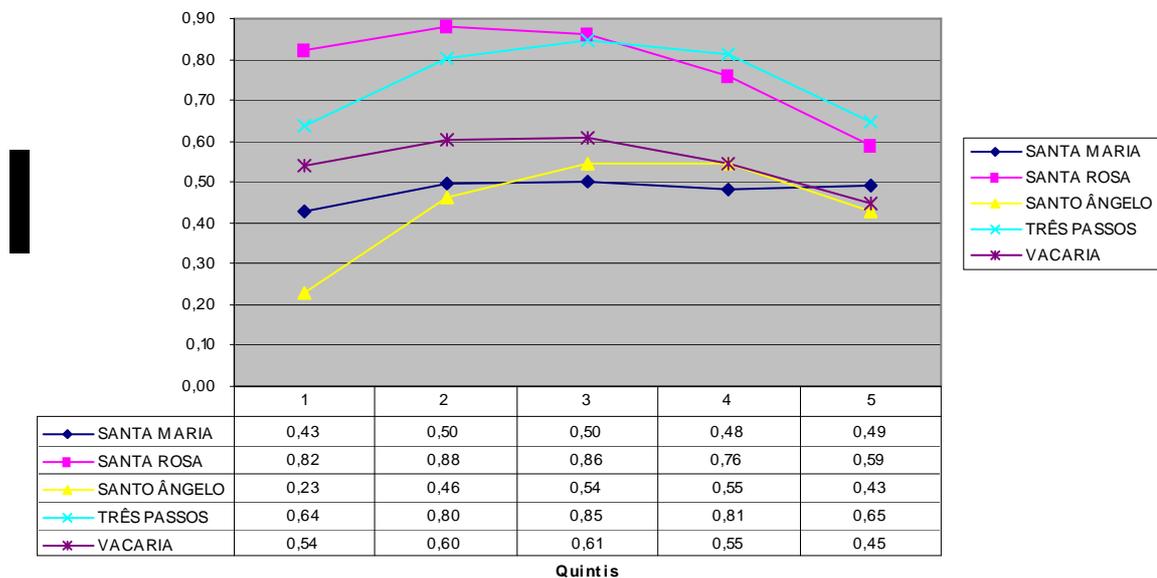


Gráfico 6 – Crescimento Pró-Pobre RS 1991-2000

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE.

Para a renda *per capita* média dos Municípios do Rio Grande do Sul, os dados apontam para um crescimento pró-rico na década de 1990. Além disso, os de renda mediana (3º quintil) tiveram relativamente o melhor resultado. Em vista disso, pode-se dizer que de 1991 a 2000 a população gaúcha de maior renda se beneficiou proporcionalmente mais do crescimento econômico que a população mais pobre. Esses resultados podem ser observados no Gráfico 7.

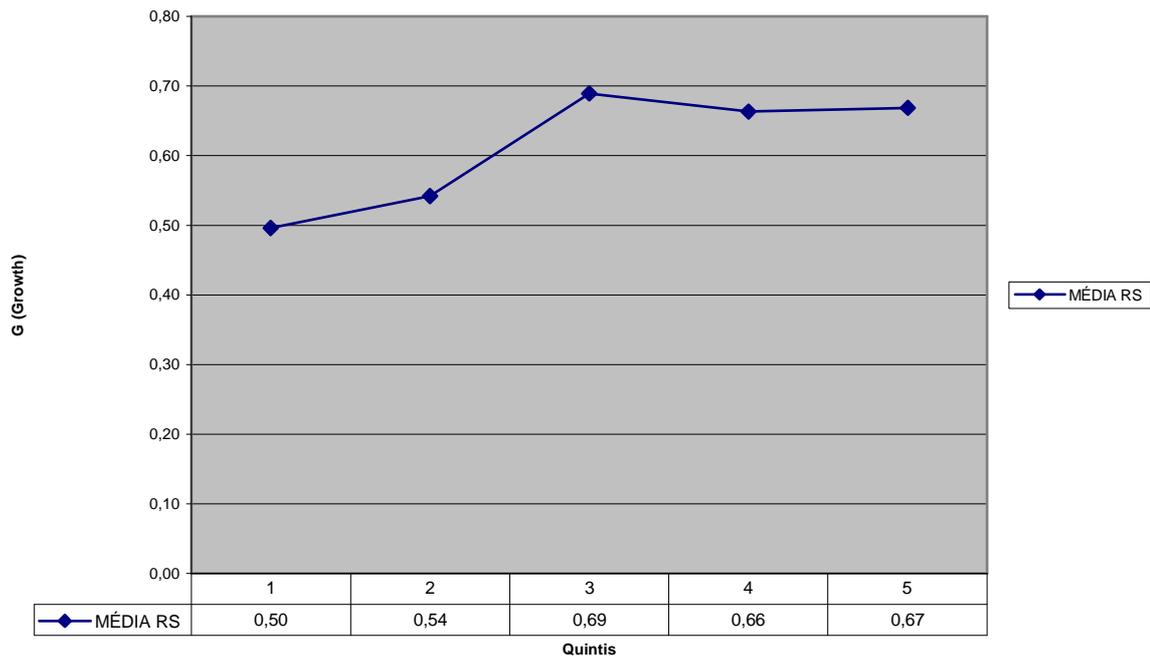


Gráfico 7 – Crescimento Pró-Pobre RS 1991-2000

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE.

5.2 OUTRAS QUESTÕES SOBRE DESENVOLVIMENTO

Poderiam ser citados outros indicativos referentes ao desenvolvimento de regiões e que também influenciam na qualidade de vida da população e na qualidade do crescimento. Nogueroíl, Shikida e Monastério (2005), por exemplo, realizaram um estudo levando em consideração a altura dos indivíduos e sua relação com a desigualdade. Segundo esses autores, a altura seria um bom indicativo das condições físicas dos indivíduos; eles comprovaram que os seis centímetros na diferença de altura foram significativos para determinar os indivíduos, na Pesquisa de Orçamentos Familiares de 2002 e 2003 que se encontravam nos quintis mais ricos. Não que a altura em si seja determinística, mas ela demonstra o acesso da população à renda e a serviços de saúde e higiene, gerando aos mais pobres uma carga de desigualdade mais intensa e uma chance maior de sofrerem com a privação aos serviços básicos.

Nesse sentido, a mobilidade dentro de uma sociedade pode ser considerada fator fundamental na redução da desigualdade. Sob essa ótica, Pero e Szerman (2005) demonstraram em seu estudo que o Brasil é um dos países com menor mobilidade intergeracional, fazendo com que essa rigidez na mobilidade se apresentasse como um dos

mais significativos conceitos de renda. Seus estudos explicaram, através da desigualdade em relação a oportunidades, aproximadamente 65% da desigualdade analisada.

O Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas, em seu estudo *Miséria, Desigualdade e Estabilidade: O Segundo Real* (2006), indica a tendência de redução da desigualdade no Brasil. A Meta do Milênio, de reduzir a pobreza² pela metade entre 1990 e 2015, pode ser considerada como atingida na metade do tempo previamente estipulado. De acordo com o Gráfico 8, o Brasil atingiu em 2005 o nível de 5,2% da população vivendo abaixo da linha de pobreza extrema (indicada anteriormente) apontando uma linha de tendência de queda, um dado importante e enaltecendor.

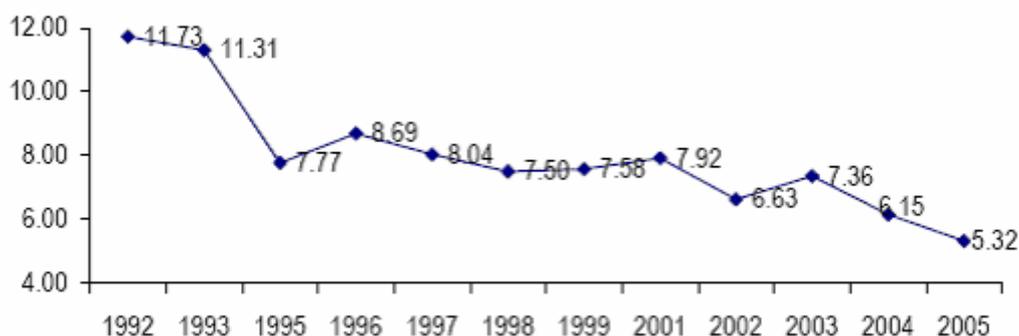


Gráfico 8 – Pobreza Extrema no Brasil - US\$1 PPP

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE.

Ainda sob esse enfoque, os pesquisadores apresentaram dados sobre o percentual da população brasileira vivendo na miséria³. Esses dados apresentaram uma tendência de queda, tanto no período de estudo para o caso do Rio Grande do Sul (1991-2000), quanto para o novo milênio (a partir de 2000). Pode-se observar esses resultados no Gráfico 9.

² Esta medida pela linha de US\$1/dia, ajustada por diferenças de custo de vida entre países e no interior do Brasil e deflacionado.

³ Neste caso, definida como a parcela da população com renda *per capita* inferior a R\$121,00 a preços da Grande São Paulo, equivalentes a uma cesta de alimentos que garante o consumo diário de 2.288 calorias, recomendado pela OMS (Organização Mundial da Saúde).

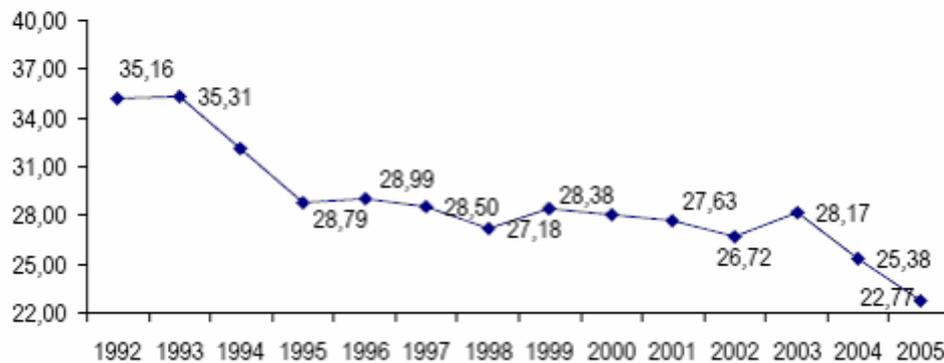


Gráfico 9 – Miséria % da População Brasileira

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE.

O mesmo estudo faz uma avaliação por períodos administrativos de governo: o primeiro e o segundo mandatos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e o primeiro de Luís Inácio (Lula) da Silva. Nos dois primeiros governos de FHC, a miséria caiu 21,8% (ou 3,2% anuais), enquanto nos três primeiros anos do governo Lula ela caiu 15,16% (ou 5,2% anuais).

Embora haja uma tendência de queda da miséria e da pobreza no Brasil, o estudo demonstra a mundialmente conhecida desigualdade inercial brasileira, denotando a tendência de manutenção nacional da desigualdade. Pode ser perfeitamente percebido no Gráfico 10, apresentado no estudo, que os 10% mais ricos detêm a maior parte da renda (e está basicamente constante) e que os 50% mais pobres cresceram sutilmente sua participação, ocupando o espaço dos 40% intermediários.

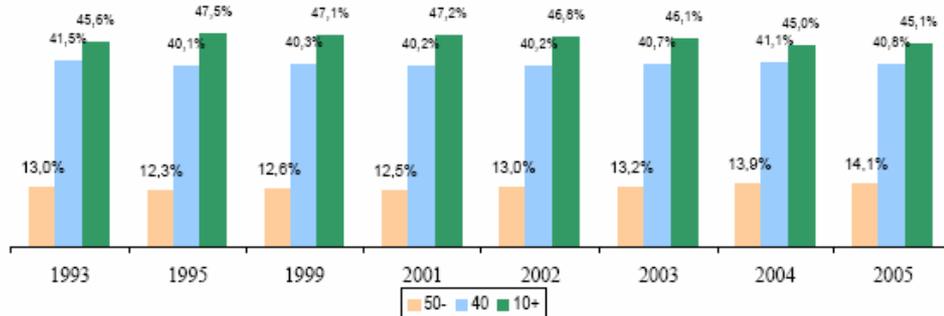


Gráfico 10 – Distribuição de Renda no Brasil

Fonte: CPS/FGV a partir de microdados da PNAD/IBGE.

5.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sempre que se trata de intervenção pública, posicionamentos distintos são manifestados. Historicamente os Economistas têm debatido em torno de dilemas do tipo crescimento *versus* desenvolvimento, crescimento *versus* inflação, eficiência alocativa *versus* igualdade distributiva. Alternativamente à noção de eficiência pura, pode-se propor uma visão um pouco distinta desta, mais abrangente do que os paradigmas postos em questão acima. Isso, no entanto, com certeza deverá suscitar questionamentos e negações por uma parcela bastante significativa da sociedade, principalmente dos ramos não “mais”, mas “estritamente” racionais e maximizadores de lucro. Essa visão alternativa pode propor que políticas públicas possibilitem tanto equidade quanto eficiência, ao mesmo tempo e de forma harmônica, quando possível.

Em contrapartida, muitos podem questionar o fato de que as políticas pró-pobre gerariam distorções de modo que os ganhos fossem superados pelas perdas ocasionadas por aquela política, via prejuízos no crescimento e ineficiência. Essa visão entraria no paradigma eficiência *versus* igualdade, que não mais pode ser encarado como um *trade off* discutível.

A sociedade poderia estar disposta, na pior das hipóteses, a aceitar via um pacto social certas doses de ineficiência em troca de aumentos de bem-estar coletivo. A maximização estrita de eficiência, desvinculada ao crescimento inclusivo seria não substituída, mas complementada por uma política mais ampla de maximização: a maximização de bem-estar. Este, no entanto, pode vir acompanhado com uma perda de eficiência.

É exatamente essa ótica defendida pelo conceito de *trickle-down*. A sociedade ganhará, mas os “pobres” poderão não ganhar proporcionalmente mais do que o conjunto da sociedade. Os empresários poderão estar interessados em fazer crescer as condições de compra da população e, por conseqüência, a massa de consumo global. Nesse particular, Ray (1998), aliando o papel da história ao desenrolar das políticas, traz a ótica de que a maioria das políticas terá perdedores e ganhadores, bem como as políticas compensatórias aos perdedores poderão não ser críveis, de forma que grupos possam tentar manter a situação vigente.

Em contrapartida, o mesmo autor mostra ser simples ao governo (ou à população) resolver esse impasse: sempre que o ganho final (ganhos menos perdas) for positivo, a política deve ser levada a cabo.

Ao apoiar iniciativas dessa ordem, há indícios empíricos apontados por Pernia (2003) de que políticas de promoção de igualdade podem ser benéficas ao crescimento. Ou seja, tornar as pessoas mais iguais pode se mostrar uma forte ferramenta para o crescimento econômico⁴. Não é tão simples assim, contudo, sabe-se que excesso de igualdade também prejudica o crescimento, como aconteceu em países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), por exemplo.

O tema eficiência é remetido ainda a uma particularidade presente de forma marcante em políticas que envolvam bens públicos: a mensuração dos resultados. Sem muita necessidade de argumentação, constata-se fortemente a presença de externalidades⁵ em bens públicos que são caracterizadas pela conseqüência positiva ou negativa que a ação de um indivíduo provoca em outros, de forma não controlada, o que constitui uma falha de mercado. Ou seja, particularmente sobre o que está sendo tratado aqui, as externalidades positivas são um fator preponderante nas políticas de desenvolvimento, de sorte que se torna muito complicado determinar de maneira numérica os benefícios para a sociedade de determinada ação.

Se por um lado sabe-se que isso ocorre e que, provavelmente, os benefícios de uma política que beneficie a população vão muito além dos resultados perceptíveis num primeiro plano, por outro lado, podem ser propostas alternativas para a mensuração destes efeitos. Então, distintamente do que foi exposto anteriormente, poder-se-ia lançar mão, novamente e como uma maneira possível, de artifícios ditos ortodoxos, quer sejam de medidas de eficiência ou não⁶.

Tratar de desenvolvimento e de uma alteração no mapa de distribuição de renda, certamente é um tema delicado, fundamental e necessário. Tendo em vista a etapa de maturidade econômica e democrática que o país felizmente atravessa, cogitar políticas e propostas populistas, exclusivas ou protecionistas é inadmissível. Aceitar ações clientelistas ou de criação de uma massa de assistidos, para os quais não se dêem condições de evolução,

⁴ A relação entre desigualdade e crescimento pode ser estudada com maior profundidade nos trabalhos de Alesina e Rodrik (1994), Persson e Tabellini (1994), Bertola (1993), Perotti (1992), Somanathan (1995).

⁵ Maiores detalhamentos sobre a definição de externalidades podem ser obtidos em Ray (1998) e em livros-texto de Teoria Microeconômica e de Setor Público.

⁶ Isto é o que propôs o governo gaúcho (leia-se gestão Germano Rigotto) ao buscar implementar um método de avaliação largamente difundido no espaço corporativo, o *Balanced Scorecard* (BSC). Seria uma ferramenta para “medir ações e resultados de um planejamento estratégico que busca estimular os setores mais competitivos da economia gaúcha” (AMANHÃ, 2004), além de monitorar projetos que envolvem áreas bastante abrangentes. Isso denota o espírito de “eficiência” e de busca de proximidade dos métodos da administração pública à iniciativa privada. Casos como esse possuem indícios de sucesso no exterior (como na cidade de Charlotte, EUA, que levou o BSC ao espaço público como forma de atrair investimentos e melhorar a qualidade de vida) e mesmo no Brasil e no Rio Grande do Sul (vide PGQP – Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade).

tampouco. Pactos sociais a favor do trabalho, da produção conjunta de riqueza e de uma multiplicação dos efeitos benéficos do crescimento através de uma base de consumo mais vívida e via uma melhor distribuição de renda é urgente.

6 CONCLUSÃO

Ao se tentar formular algumas conclusões, um dos pontos fundamentais a ser destacado é o fato de que a desigualdade econômica tem se mostrado prejudicial para o desenvolvimento. A redução da pobreza depende diretamente do não aumento da concentração de renda e, mais do que isso, assim como para Pernia (2003), o crescimento econômico deve ser visto como condição *sine qua non* para a redução da pobreza. Ou seja, crescer é imprescindível para o aumento do nível de renda da economia e deve ser acompanhado de uma distribuição mais uniforme da renda.

Na tentativa de serem sintetizadas as exposições realizadas anteriormente, deve-se indicar que o simples fato de haver crescimento, por si só não bastaria. Ainda que haja (e isso é um fato importante), deve ser criteriosamente avaliado e distinguido. Nem todo crescimento pode ser considerado bom, já que o crescimento pode ser exclusivo, beneficiando uma parcela da população, mas não ela como um todo. Ou pior, prejudicando ainda mais a situação relativa de riqueza de parcela da população (no caso de países subdesenvolvidos, geralmente grande parcela dela)¹.

De acordo com Son e Kakwani (2004), mesmo com taxas moderadas de crescimento, alguns países reduziram a pobreza. Isto é, respondendo ao questionamento inicial deste trabalho sobre se qualquer crescimento é bom, o crescimento pró-pobre, mesmo que baixo, pode ser melhor que um alto crescimento pró-rico. Além disso, países com alta desigualdade inicial podem não conseguir obter uma redução rápida na pobreza, mesmo com políticas pró-pobre.

Mostrou-se que as condições apresentadas por uma região são determinantes para o resultado do crescimento e do proveito deste. Estudos apontaram que países com maiores desigualdades iniciais de renda mostraram menor elasticidade na redução da pobreza. Condições iniciais de maior desenvolvimento econômico, portanto, resultarão em uma melhor condição de se reduzir a pobreza. Assim, é de se esperar que mesmo que dois países possuam uma mesma taxa de crescimento, aquele que inicialmente possuir uma menor desigualdade de renda irá reduzir proporcionalmente mais a pobreza. Mais que isso, um crescimento econômico que não modifique a desigualdade pode também reduzir a pobreza a taxas crescentes, tendo em vista o perfil decrescente da elasticidade do crescimento.

¹ Caso como este ocorreu no RS no período analisado.

Retomando-se a posição de Ravallion e Datt (1999), condições iniciais favoráveis de recursos humanos e infra-estrutura ajudam no crescimento pró-pobre. Desse modo, provocar condições iniciais ou criá-las poderia ser uma alternativa plausível. O conceito de *path dependent* deve ser trazido a primeiro plano. Todo e qualquer apoio fornecido pelo Estado nesse intuito é visto positivamente, já que buscará criar condições propícias para a realização de investimentos e desenvolvimento econômico.

A pobreza e a falta de dinamismo (ou mais baixo se comparado a países com maiores e mais iguais rendas) em determinadas economias podem ser destacadas como fatores do baixo efeito multiplicador de renda. Se não escapam da pobreza nem mesmo os países mais ricos, o papel de produção de riqueza e de uma distribuição da mesma de forma mais equânime certamente deve ser um objetivo comum para o Brasil.

Diversas nações têm mostrado que uma base ampla para consumo é identificada como um dos principais quesitos para o sucesso e riqueza da população e do país. Parece conclusivo que um país com menores desigualdades responde melhor a estímulos de crescimento. Isso é um grande indicativo de que a população, os agentes e os formuladores de políticas econômicas devem estar voltados à busca de um crescimento inclusivo. Contudo, a relação entre crescimento e desigualdade tende a ser não-linear, pois igualdade excessiva também é ruim para o crescimento.

Experiências no mundo mostraram que países que tiveram rápido crescimento (expoentes são a China e a Índia) têm logrado êxito no aumento de renda, e os estudos apresentados sobre a Índia apoiaram a tese de que crescer é melhor do que não crescer, de modo que naquele país os dados de pobreza absoluta caíram com o crescimento econômico.

Além disso, investimentos internacionais e desenvolvimento têm mostrado uma forte correlação e, regra geral, abertura ao mercado internacional e global fizeram com que os países aumentassem suas rendas e reduzissem seu nível de desigualdade.

Pode-se dizer que as experiências da década de 1970 no Brasil trouxeram, na carona do crescimento, um aumento das desigualdades crônicas. O tão difundido “crescer para depois repartir o bolo”, da década de 1970, parece não ter, na prática, surtido exatamente esse efeito. Tal situação pode ilustrar que estratégias de *trickle down* não são as mais apropriadas quando se quer uma redução de pobreza.

A desigualdade na América Latina é vista com pessimismo e o que foi apontado previamente denotou que crises têm aumentado a desigualdade em virtude, por exemplo, das migrações para as cidades. Nesse particular, as fases iniciais aumentariam a pobreza – o crescimento seria melhor para a redução de pobreza – e a recessão pioraria a situação dos

mais pobres, pois uma desigualdade crescente reduziria os efeitos do crescimento, fatos comuns nas experiências da década de 1970 e 1980. Contudo, a década de 1990, apesar do moderado crescimento, apresentou significativa melhora e uma pequena queda no Índice de Gini, porém consistente.

Deve-se admitir também que ambientes institucionais mais críveis possam promover melhor crescimento econômico e que amenizem os efeitos negativos de eventuais recessões. É isso que se pode indicar a respeito do Brasil (e outros países latino-americanos que enfrentaram problemas gravíssimos de inflação na década de 1980) que pôde, a partir da estabilização experimentada, gerar o início de condições para acesso aos benefícios da economia e fazer com que uma parcela maior da população participasse da riqueza do país. Sobre os mais pobres, principalmente, recaem os efeitos devassos de uma economia instável e inflacionária, já que o aumento generalizado dos preços mostrou-se um imposto para os mais pobres, justamente os que menos tinham condições de proteger seus recursos.

Os programas de ajuste estrutural também trariam melhores resultados com a presença sólida de instituições, as quais reduzem os custos de transação, aumentando o grau de confiança entre os indivíduos, criando relações mais duradouras e atraindo investimentos igualmente mais interessados em permanecer nos locais.

Um posicionamento existente, do qual participam os autores Dollar e Kraay (2000a) em seu estudo para o Banco Mundial, no que tange a políticas públicas, é que bastariam políticas para manter a inflação sob controle e a disciplina fiscal para que se tenha crescimento pró-pobre. Certamente tais políticas não devem, jamais, ser deixadas de lado, já que sua negação certamente eliminaria os ganhos que todos os indivíduos têm com a responsabilidade fiscal e segurança econômica. Todavia, parece mais próprio que apenas isso não seja suficiente, abrindo possibilidades para uma atuação mais ampla das políticas públicas na busca de crescimento. Mais do que isso, de crescimento pró-pobre.

Nesse particular, a presença do Estado parece ser imprescindível para a obtenção dos objetivos de desenvolvimento e redução de pobreza. Surgem então, basicamente, duas alternativas igualmente possíveis. A primeira contempla o Estado como ator e interventor direto na economia. A segunda, o Estado pode cumprir seu papel via sinalizador e incentivador, através da coordenação de ações e políticas econômicas e fiscais claras, de forma a dar segurança às ações privadas, quer sejam de ordem de Investimento ou não.

Corroborando a proposição anterior, que também é apontada por diversos autores, um sistema de instituições bem desenvolvido, igualmente é um coadjuvante crucial para criar ambiente a um bom desenvolvimento.

Na relação educação e desenvolvimento, de acordo com o que foi destacado neste trabalho, uma vez que a renda aumente e o emprego se desenvolva, há incentivos para que os pais encaminhem seus filhos à escola, já que em uma realidade como essa há demanda de profissionais mais qualificados. Devido a isso, os incentivos para que os pais enviem seus filhos à escola aumentam, podendo-se assim ensejar a criação na sociedade de um ambiente no qual a procura seja por mão-de-obra qualificada e bem preparada, de tal maneira que pais e jovens priorizem a educação, e os governos sejam compelidos nesse mesmo sentido.

A utilização de uma linha de pobreza estipulada em US\$1 ou US\$2/dia, como costumeiramente feito, pode não ser conveniente e deve ser avaliada com cuidado, pois pode não levar em consideração aspectos relativos ou as distintas realidades e preços relativos dos países. Caso essa linha seja escolhida para a avaliação da pobreza, deve-se ter essa ressalva em mente, além de indicar que essa linha seja ajustada à realidade da população avaliada em questão, levando em conta as condições de vida, acessos a serviços públicos, nível e custo de vida.

No tocante à análise empírica, pode-se dizer que o Rio Grande do Sul, do período de 1991-2000 teve o seu crescimento heterogeneamente distribuído. Algumas das microrregiões demonstraram um crescimento pró-pobre, enquanto outras demonstraram que os mais ricos foram os maiores beneficiados.

Além disso, ocorreu um caso peculiar de crescimento empobrecedor na microrregião de Jaguarão. Nesse caso, a população de menor renda não apenas se beneficiou proporcionalmente menos do crescimento do que os mais ricos, mas efetivamente ficou mais pobre ainda. Este poderia ser um indício para os questionamentos iniciais de que nem todo crescimento é bom. Nessa situação, uma camada social saiu da década de 1990 pior do que entrou nela. De qualquer sorte, embora um resultado de *trickle-down* possa não ser o ótimo, um crescimento destes certamente é melhor que o empobrecedor.

Verificou-se também que o crescimento não possui efeitos homogêneos entre regiões e que ele é afetado por fatores vinculados às características originais das mesmas. Não entrando em maiores relações de causalidade, tal heterogeneidade aflorou nos dados de crescimento dos Municípios do RS.

Na média de renda *per capita* dos Municípios do RS, no entanto, o crescimento na década de 1990 demonstrou-se pró-rico. Esse resultado confirma o dado que, das 35 microrregiões analisadas, menos da metade (16) apresentaram crescimento pró-pobre.

A História tem mostrado quão veloz e profundamente a atividade econômica evoluiu, no sentido de dar melhores condições de vida à população mundial e de resolver os impasses

que eventualmente possam ou estejam entrvando a possibilidade de se usufruir desses benefícios. A desigualdade de renda, entretanto, é uma clara maneira de privação de determinadas parcelas da população de acessarem os bons frutos do desenvolvimento econômico.

Através deste trabalho, procurou-se dar melhores condições de se avaliar o tema crescimento, pobreza e concentração de renda e, mesmo não esgotando esse assunto, espera-se ter dado uma contribuição para a evolução desse ramo de estudo, podendo auxiliar outros trabalhos para que o tema continue sendo explorado. Para o avanço da pesquisa empírica, poderiam ser estimados modelos econométricos para o Rio Grande do Sul, nos quais fossem incluídas e testadas as condições iniciais, a fim de se poder avaliar melhor a qualidade do crescimento regional.

REFERÊNCIAS

ADELMAN, I.; MORRIS, C. **Economic growth and social equity in developing countries**. Stanford: Stanford University Press, 1973.

AHLUWALIA, M. S. Inequality, poverty and development. **Journal of Development Economics**, New Haven, v. 3, n. 4, p. 307-342, Dec. 1976.

AHLUWALIAN, M. S.; CARTER, N. G.; CHENERY, H. B. Growth and poverty in developing countries. **Journal of Development Economics**, New Haven, v. 6, n. 3, p. 299-341, Aug. 1979.

AMANHÃ. Porto Alegre: Plural Comunicação, n. 206, dez. 2004. Disponível em: <<http://amanha.terra.com.br/edicoes/206/index.asp>>. Acesso em: 22 fev. 2006.

ATKINSON, A. B. On the measurement of inequality. **Journal of Economic Theory**, New York, n. 2, p. 244-263, 1970.

BAKOF, A. K. **Clusters**: o caso dos sistemas locais de produção no Rio Grande do Sul. 2002. Trabalho de Conclusão (Graduação em Ciências Econômicas) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

BECKER, G.S. **Human capital**. Chicago: University of Chicago Press, 1964.

BOURGUIGNON, F. The distributional effects of growth: micro vs. macro approaches. In: ECONOMIC COMMISSION FOR LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN, 21., 2001, Santiago de Chile. **Anais eletrônicos...** Santiago de Chile: ECLAC, 2001. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/prebisch/pdfs/20.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2006.

DOLLAR D.; KRAAY, A. Growth is good for the poor. **Policy Research Working Paper**, v. 1, n. WPS2587, Washington, DC: The World Bank, 2000.

_____. Growth is good for the poor. **Journal of Economic Growth**, Connecticut, v. 7, n. 3, p. 195-225, Sept. 2002a.

_____. Spreading the wealth. **Foreign Affairs**, New York, v. 81, n. 1, p. 120-133, Jan./Feb. 2002b.

DUNCAN, R.; POLLARD, S. J. A conceptual framework for designing a country poverty reduction strategy. In: THE ASIA AND PACIFIC FORUM ON POVERTY, 2001, Manila. **Anais eletrônicos**... Manila: Asian Development Bank, 2001. Disponível em: <http://www.adb.org/Poverty/Forum/frame_duncan.htm>. Acesso em: 22 fev. 2006.

ESSAMA-NSSAH, B. A unified framework for pro-poor growth analysis. **Economics Letters**, Princeton, v. 89, n. 2, p. 216-221, Feb. 2005.

FOSTER, J. E.; SZÉKELY, M. Is economic growth good for the poor? Tracking Low Incomes Using General Means. In: THE ASIA AND PACIFIC FORUM ON POVERTY, 2001, Manila. **Anais eletrônicos**... Manila: Asian Development Bank, 2001. Disponível em: <http://www.adb.org/Poverty/Forum/frame_foster.htm>. Acesso em: 1 dez. 2006.

FREEMAN, D. G. Poverty and the macroeconomy: estimates from U.S. regional data. **Contemporary Economic Policy**, Oxford, v. 21, n. 3, p. 358-371, July 2003.

GROSSMAN, G. M.; HELPMAN, E. **Innovation and growth in the global economy**. Cambridge: MIT Press, 1991.

GÜNTHER, I.; GRIMM, M. Measuring pro-poor growth when relative prices shift. **Journal of Development Economics**, New Have, v. 82, n. 1, p.245-256, Jan. 2007.

JANVRY, A.; SADOULET, E. Growth, inequality, and poverty in Latin América: a casual analysis, 1970-94. **CUDARE Working Paper Series**: California Agricultural Experiment Station, Berkley, n. 784, p. 1-30, 1996.

KAGEYAMA, A.; HOFFMANN, R. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 15, n. 1, p. 79-112, 2006.

KAKWANI, N. Economic growth, poverty and income support programmes in Australia. **Journal of the Asia Pacific Economy**, Sydney, v. 5, n. 1 & 2, p. 14-37, Feb. 2000.

_____. A note on growth and poverty reduction. In: THE ASIA AND PACIFIC FORUM ON POVERTY, 2001, Manila. **Anais eletrônicos**... Manila: Asian Development Bank, 2001. Disponível em: <http://www.adb.org/Poverty/Forum/frame_kakwani3.htm>. Acesso em: 22 fev. 2006.

KAKWANI, N.; KHANDKER, S.; SON, H. H. Pro-poor growth: concepts and measurement with country case studies. **Working Paper**: International Poverty Centre, Brasília, n. 1, p. 1-

28, Aug. 2004. Disponível em: <<http://www.undp-povertycentre.org/newsletters/WorkingPaper1.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2006.

KAKWANI, N.; NERI, M.; SON, H. H. Estagnação econômica e crescimento pró-pobre. **Conjuntura Econômica**, Rio de Janeiro, p. 70-71, jun 2006a. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cps/artigos/Conjuntura/2006/ic189.pdf>>. Acesso em: 1 dez. 2006.

_____. **Ligações entre o crescimento pró-pobre, programas sociais e mercado de trabalho**: a recente experiência brasileira. Rio de Janeiro: FGV: International Poverty Center, 2006b. Pesquisa “Crescimento pró-pobre: o paradoxo brasileiro”. Disponível em: <http://www.fgv.br/cps/pesquisas/propobre/PP_texto.pdf>. Acesso em: 1 dez. 2006.

KAKWANI, N.; PERNIA, E. M. What is pro-poor growth? **Asian Development Review**, Manila, v. 18, n. 1. p. 1-16, 2000. Disponível em: <http://www.adb.org/Documents/Periodicals/ADR/ADR_Vol_18_1.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2006.

KAKWANI, N. SON, H. On pro-poor government fiscal policies: with application to the Philipines. In: THE ASIA AND PACIFIC FORUM ON POVERTY, 2001, Manila. **Anais eletrônicos**... Manila: Asian Development Bank, 2001. Disponível em: <http://www.adb.org/Poverty/Forum/frame_kakwani4.htm>. Acesso em: 22 fev. 2006.

KAMBHAMPATI, U. S.; RAJAN, R. Economic growth: a panacea for child labor. **World Development**, Montreal, v. 34, n. 3, p.426-445, Mar. 2006.

KAUFMANN, D.; KRAAY, A.; MASTRUZZI, M. Governance matters III: governance indicators for 1996, 1998, 2000 and 2002. **The World Bank Policy Research Working Paper**, Washington, DC, n. 3106, p. 1-116, 30 June 2003. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/wbi/governance/pdf/govmatters3.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2006.

KLASEN, S. In search of the holy grail: how to achieve pro-poor growth? In: ANNUAL WORLD BANK CONFERENCE OF DEVELOPMENT ECONOMICS, 2003, Bangalore. **Anais**... Bangalore: World Bank, 2003. p. 63-93

KRAAY, A. When is growth pro-poor? Evidence from a panel of countries. **Journal of Development Economics**, New Haven, v.80, n.1, p. 198-227, 2006.

KRUEGER, A. O. Foreign trade mechanics of economic growth: liberalization attempts and consequences. **National Bureau of Economic Research**, New York, 1978.

KRUGMAN, P. R. **Economia internacional**: teoria e política. São Paulo: Makron, 2001.

LUCAS JÚNIOR, R. On the mechanics of economic development. **Journal of Monetary Economics**, Boston, v. 22, n. 1, p. 3-42, July 1988.

MORLEY, S. **La distribución del ingreso en América Latina y el Caribe**. Santiago de Chile: CEPAL/Fondo de Cultura Económica, 2000.

NERI, M.C. (Coord.). **Miséria, desigualdade e estabilidade**: o segundo Real. Rio de Janeiro: FGV, 2006. Disponível em: <http://www.fgv.br/cps/pesquisa/site_ret_port/>. Acesso em: 1 dez. 2006.

NOGUERÓL, L. P.; SHIKIDA, C. D.; MONASTERIO, L. M. Seis centímetros: uma análise antropométrica da POF 2002-2003. In: ENCONTRO DE ECONOMIA DA REGIÃO SUL, 8., 2005, Porto Alegre. **Anais eletrônicos...** Porto Alegre: ANPEC/SUL, 2005. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2005/artigos/A05A159.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2006.

OLSON JÚNIOR, M. Distinguished lecture economics in government: big bills left on the sidewalk: why some nations are rich and others are poor. **Journal of Economic Perspectives**, New York, v.10, n. 2, p. 3-24, 1996. Disponível em: <http://www.fbird.com/assets/MancurOlson_on_Transition_Econ__732003152238.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2006.

PERNIA, E. M. Pro-poor growth: what is it and how is it important? **ERD Policy Brief**, Manila, n. 17, p. 1-11, 2003. Disponível em: <http://www.asiandevbank.org/Documents/EDRC/Policy_Briefs/PB017.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2006.

PERO, V.; SZERMAN, D. Mobilidade intergeracional de renda no Brasil. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPEC, 33., 2005, Natal. **Anais eletrônicos...** Natal: ANPEC, 2005. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2005/artigos/A05A146.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2006.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Atlas do desenvolvimento humano no Brasil. 2003. Software para instalação. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/instalacao/index.php>>. Acesso em: 22 fev. 2006.

RAVALLION, M. Growth and poverty: making sense of the current debate. **Mimeo**, Washington, DC: The World Bank, 2000

RAVALLION, M.; CHEN, S. What can new survey data tell us about recent changes in poverty and distribution? **World Bank Economic Review**, Washington, DC, v. 11, n. 2, p. 357-382, May 1997.

RAVALLION, M.; DATT, G. When is growth pro-poor? Evidence from the diverse experiences of India's States. **Journal of Economic Literature**, Pittsburg, v. 42, n. 1, p. 1-34 1999.

RAY, D. **Development economics**. Princeton: Princeton University Press, 1998.

ROMER, P. M. Endogenous technical change. **The Journal of Political Economy**, Chicago, v. 98, n. 5, Part 2, p. S71-S102, Oct. 1990.

_____. Increasing returns and long-run growth. **The Journal of Political Economy**, Chicago, v. 94, n. 5, p. 1002-1037, Oct. 1986.

SACHS, J. D.; LARRAIN B. F. **Macroeconomia**. São Paulo: Makron Books, 1998.

SEN, A. **The standard of living**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

SMOLENSKY, E. et al. Growth, inequality and poverty: a cautionary note. **Review of Income and Wealth**, Cambridge, Eng., v. 40, n. 2, p. 217-222, June 1994.

SON, H. H. A note on pro-poor growth. **Economics Letters**, Sydney, n. 82, p. 37-314, 2004. Disponível em: <<http://132.203.59.36:83/features/files/son1.pdf>>. Disponível em: 22 fev. 2006.

SON, H; KAKWANI, N. Economic growth and poverty reduction: initial conditions matter. **Working Paper**: International Poverty Centre, Brasília, n. 2, p. 1-26, Aug. 2004. Disponível em: <<http://www.undp-povertycentre.org/newsletters/WorkingPaper2.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2004.

TIMMER, C. P. How well do the poor connect to the growth process? **CAER II Discussion Paper**: HIID, Harvard, n. 178, p. 1-35, 1997.

_____. The road to pro-poor growth: the Indonesian experience in regional perspective. **Bulletin of Indonesian Economic Studies**, London, v. 40, n. 2, p. 177-207, Aug. 2004.

TOCHETTO, D. G. et al. Crescimento pró-pobre no Brasil: uma análise exploratória, 2004. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 32., 2004, João Pessoa. **Anais eletrônicos...** João Pessoa: ANPEC, 2004. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2004/artigos/A04A047.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2006.

WAQUIL, P. D.; MATTOS, E. J. Distribuição de renda no Rio Grande do Sul: um comparativo entre o rural e o urbano. **Revista Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 23, p. 621-644, 2002. Disponível em: <www.fee.rs.gov.br/sitefee/download/eeg/1/mesa_6_waquil_mattos.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2006.

APÊNDICE – DEBATE E POLÍTICAS ECONÔMICAS PRÓ-POBRE

Questões da política	Descobertas das Pesquisas	Desdobramentos da política acordada	Áreas de debate
Estabilidade Macroeconômica	A estabilidade Macroeconômica é uma situação crítica (se não insuficiente) para o crescimento pró-pobre. Os pobres são altamente prejudicados particularmente pela alta inflação e alta volatilidade macroeconômica.	A política de taxa de câmbio e monetária deveriam prezar por manter baixa inflação e taxas de câmbio competitivas. A política Fiscal deveria prezar baixos déficits orçamentários.	A política de taxa de câmbio deveria ser usada para combater a inflação?
Política Monetária e de taxa de câmbio	Prêmios de taxa de câmbio sobrevalorizada e mercado negro prejudicam ao crescimento econômico e tendem a ser anti-pobre.	Uma taxa de câmbio competitiva e possivelmente desvalorizada são ingredientes críticos para assegurar a estabilidade macroeconômica. A intervenção econômica é necessária para gerenciar a entrada de capitais.	Taxa de câmbio fixo ou flutuante? Qual o papel do controle de capitais para gerenciar entrada e saída de capitais durante as crises? Desvalorização deveria ser um objetivo?
Instância Fiscal	Grandes déficits no orçamento prejudicam o crescimento e são insustentáveis. Cortes abruptos nos gastos geralmente minam a qualidade de serviços críticos como saúde e educação e prejudicam os pobres	Os governos devem buscar moderar o déficit orçamentário através do aumento da base tributária e se necessário refocar os gastos (tirando subsídios a estatais e setores improdutivos).	Mix de aumento nos impostos, aumento tributário ou corte nos gastos?
Privatização	Empresas estatais e ineficientes minam a estabilidade fiscal, gerando efeitos negativos aos pobres. Algumas privatizações foram capturadas por elites e não proveram melhores serviços aos pobres.	A reforma das estatais, ineficientes e paraestatais é crítica. O processo de privatização deve ser transparente e competitivo.	Como assegurar e financiar os serviços para os pobres? O uso de subsídios cruzados é vital para os serviços aos pobres?
Setor Financeiro	Repressão severa aos capitais prejudica a poupança e espanta os capitais.	Reformas no setor financeiro e das contas de capital devem ser paulatinas. Devem ser implementadas apenas se a estabilidade macroeconômica tenha sido atingida; devem ser acompanhadas por regulação apertada políticas de competitividade e políticas que promovam o acesso aos pobres.	O estado deve alocar crédito a setores prioritários? O estado deve estar envolvido em fornecer crédito aos pobres? Que políticas deveriam ser implementadas para mobilizar a poupança doméstica?
Política de Comércio	Uma ótica anti-exportação prejudica os pobres e o crescimento, enquanto que a liberalização das importações podem ser anti-pobres e insuficientes para gerar uma resposta de fornecimento. Diversificação é essencial para o crescimento de longo prazo.	Foco na remoção de barreiras e no fornecimento de infra-estrutura para assistir as exportações, especialmente para diversificação de exportações.	A intervenção mais ativa do estado (como subsídios à exportação e crédito a exportadores) é necessária para expandir as exportações não tradicionais?

Agricultura	O aumento da produtividade na agricultura é crítico para o crescimento pró-pobre. É necessária a remoção de distorções de preço, mas insuficiente na presença de outras falhas de mercado. Proteção e subsídios no Norte prejudicam os pobres no Sul.	Uma ênfase renovada na extensão e pesquisa agrícola, infra-estrutura rural e marketing competitivo são necessários.	Como as exportações de agricultura não tradicional podem ser estimuladas? Qual o papel dos subsídios para promover novos usos de sementes e fertilizantes?
Política Industrial	A remoção de distorções é necessária, mas não suficiente para um setor industrial vibrante, especialmente pequenas e médias empresas	Foco na promoção de infra-estrutura de serviços ao setor industrial.	Política industrial ativa? Crédito estadual ou subsídios? Iniciativas de <i>cluster</i> ?
Capital humano	A falta de capital humano pelos pobres prejudica o crescimento e a redução da pobreza. Os serviços de saúde e educação sofreram muito nos períodos de crise e programas de ajuste estrutural. Restrição do crédito e altos custos da educação são mantenedores da pobreza.	Aumentar os investimentos na educação e saúde, principalmente educação básica e saúde de base; colocar mais ênfase na qualidade e direcionar gastos para os pobres baixando os custos de saúde básica e educação por meio de maiores subsídios.	Como financiar a expansão da educação primária e cuidado de saúde. As taxas para a saúde básica e educação (primária e secundária) devem ser extintas?
Desigualdade de bens	Desigualdade de bens, principalmente terra, reduzem o crescimento econômico e os impactos do crescimento sobre a redução de pobreza.	Em relação à desigualdade de terra, remover subsídios aos latifundiários. Em relação a outras desigualdades de bens, prover microcrédito e subsídios para infra-estrutura para os pobres.	Em relação à desigualdade de terras: reformas baseadas no mercado e subsídios <i>versus</i> rápida reforma agrária confiscatória. Papel dos impostos para agilizar a reforma agrária. Em relação a outras desigualdades de bens, qual o papel da terra e taxas de herança na redução da desigualdade de bens?
Desigualdade de renda	Alta desigualdade de renda está associada a mais alta pobreza e baixos efeitos do crescimento.	Resultados líquidos, fundos sociais e transferências aos pobres.	Aumentar a taxa progressiva. Aumento de programas de transferência de renda?
Desigualdade entre sexos	A desigualdade entre sexos reduz o crescimento e torna-o menos pró-pobre.	Maior oferta de educação para meninas, remoção de restrições ao controle feminino e reforço político às mulheres.	Como a educação feminina deve ser custeada? Qual o papel de políticas afirmativas no mercado de trabalho?

Desigualdade regional	A desigualdade regional reduz o impacto do crescimento sobre a pobreza.	Objetivo nos programas de transferência de renda, melhoria na infra-estrutura.	Como o crescimento econômico pode ser promovido em regiões retrógradas? Qual o objetivo das políticas industriais focadas regionalmente? Qual o papel dos incentivos para mover pessoas ou indústrias.
Política populacional	Alta fertilidade entre os pobres retrai o crescimento. A redução da desigualdade em geral é um resultado do declínio da fertilidade.	Ênfase na educação feminina e emprego e acesso a serviços de saúde sobre reprodução.	Qual o papel das políticas de planejamento familiar? Como deveriam ser alterados os incentivos a famílias grandes?
Segurança	Segurança social e física é essencial para o crescimento pró-pobre.	Ganhos líquidos e maior segurança são medidas essenciais para a promoção de crescimento pró-pobre.	Qual o papel do setor privado e do público na provisão de ganhos líquidos, como crédito e segurança?
Governança	Governança pobre, corrupção e instabilidade política são empecilhos para o investimento, crescimento e redução de pobreza. Os pobres sobem mais que os demais sob uma governança pobre.	Reduzir incentivos à corrupção, simplificando regras e regulamentos e incentivar comportamentos <i>rent-seeking</i> ; adotar critérios de recrutamento e pagamento embasados no mérito; aumentar contabilidade pública e transparência; descentralização	Qual o papel da privatização na melhoria da governança? Como a governança pode ser melhorada quando o setor público está contratando? Os países deveriam propor controle público parlamentar ou extra-parlamentar? Como os países podem assegurar que a descentralização reduza a corrupção?
Setor privado	Um setor privado endógeno é crítico para o crescimento do emprego e uma economia dinâmica.	Prover assistência estatal com capacidade construtiva e financeira e aproximar o diálogo entre o governo e empresas.	Qual o papel das empresas nacionais <i>versus</i> as multinacionais? Deve haver preferência pelas nacionais?
Reforma na política econômica	A economia política doméstica é crucial. Coalisões pró-pobre são necessárias para a implementação das reformas.	Dar poder aos pobres e analisar a capacidade local são críticos para a implementação.	Qual o papel da ajuda financeira e da condicionalidade sob algumas circunstâncias? Dar poder externo é possível ou desejável?
Políticas de doação	Doações podem ajudar com o crescimento pró-pobre aos países mais pobres e com o maior impacto das políticas sobre a pobreza.	O auxílio deve ser direcionado aos países mais pobres que promovam crescimento pró-pobre; deve utilizar os processos nacionais e respeitar as lideranças.	O que deve ser feito em países pobres com políticas fracas? Como é a interação entre doações e sociedade civil? Como a contabilidade dos recursos deve ser assegurada?

Fonte: Adaptado e traduzido pelo autor de KLASSEN, 2003, p. 73.

ANEXO A – RENDA EM QUINTIS DOS MUNICÍPIOS DO RS (1991-2000)

Código/Microrregião	Município	Renda per capita média do 1º quinto mais pobre, 1991	Renda per capita média do 2º quinto mais pobre, 1991	Renda per capita média do 1+2º quinto mais pobre, 1991	Renda per capita média do 3º quinto mais pobre, 1991	Renda per capita média do 1+2+3º quinto mais pobre, 1991	Renda per capita média do 4º quinto mais pobre, 1991	Renda per capita média do 1+2+3+4º quinto mais pobre, 1991	Renda per capita média do quinto mais rico, 1991	Renda per capita média do 1+2+3+4º quinto mais rico, 1991
---------------------	-----------	--	--	--	--	--	--	--	--	---

Renda per capita média do 1º quinto mais pobre, 2000	Renda per capita média do 2º quinto mais pobre, 2000	Renda per capita média do 1+2º quinto mais pobre, 2000	Renda per capita média do 3º quinto mais pobre, 2000	Renda per capita média do 1+2+3º quinto mais pobre, 2000	Renda per capita média do 4º quinto mais pobre, 2000	Renda per capita média do 1+2+3+4º quinto mais pobre, 2000	Renda per capita média do quinto mais rico, 2000	Renda per capita média do 1+2+3+4º quinto mais rico, 2000
--	--	--	--	--	--	--	--	---

CAMPANHA MERIDIONAL

430160 Bagé (RS)	30,06	67,24	48,65	113,91	70,40	200,53	102,94	733,03	228,95
430660 Dom Pedrito (RS)	28,36	55,95	42,16	87,42	57,24	156,33	82,02	588,45	183,30
430965 Hulha Negra (RS)	1,63	32,19	16,91	65,52	33,11	131,16	57,63	336,98	113,50
431150 Lavras do Sul (RS)	28,89	54,44	41,67	82,10	55,14	141,13	76,64	688,98	199,11
MÉDIA CAMPANHA MERIDIONAL	22,24	52,46	37,35	87,24	53,98	157,29	79,80	586,86	181,22

36,42	90,89	63,66	151,23	92,85	265,14	135,92	932,32	295,20
36,07	82,07	59,07	128,63	82,26	209,02	113,95	936,88	278,53
8,69	46,87	27,78	77,98	44,51	144,36	69,48	770,25	209,63
37,22	75,87	56,55	122,70	78,60	202,91	109,68	724,68	232,68
29,60	73,93	51,76	120,14	74,55	205,36	107,25	841,03	254,01

CARAZINHO

430195 Barra Funda (RS)	32,73	59,72	46,23	86,72	59,72	122,76	75,48	369,86	134,36
430215 Boa Vista das Missões (RS)	18,65	36,13	27,39	52,09	35,62	81,39	47,07	274,20	92,49
430470 Carazinho (RS)	38,60	79,66	59,13	123,77	80,68	217,25	114,82	725,17	236,89
430515 Cerro Grande (RS)	16,19	32,25	24,22	43,67	30,70	75,43	41,89	241,62	81,83
430530 Chapada (RS)	27,71	53,96	40,84	86,55	56,07	146,90	78,78	561,32	175,29
430585 Coqueiros do Sul (RS)	33,74	56,88	45,31	87,76	59,46	128,18	76,64	281,65	117,64
431085 Jaboticaba (RS)	13,20	28,96	21,08	46,84	29,67	84,97	43,49	307,28	96,25
431142 Lajeado do Bugre (RS)	9,83	22,61	16,22	33,71	22,05	53,94	30,02	108,84	45,79
431295 Nova Boa Vista (RS)	44,45	73,63	59,04	116,44	78,17	190,78	106,33	408,94	166,85
431349 Novo Barreiro (RS)	17,24	28,84	23,04	44,28	30,12	83,18	43,39	167,05	68,12
431370 Palmeira das Missões (RS)	20,28	45,88	33,08	75,52	47,23	139,47	70,29	643,14	184,86
431445 Pinhal (RS)	14,58	36,16	25,37	59,55	36,76	108,40	54,67	308,46	105,43
431642 Sagrada Família (RS)	11,48	31,00	21,24	48,10	30,19	68,98	39,89	176,55	67,22

54,54	109,70	82,12	162,54	108,93	235,94	140,68	556,14	223,77
24,94	75,94	50,44	120,14	73,67	190,44	102,87	752,15	232,72
50,20	109,25	79,73	177,71	112,39	284,72	155,47	953,47	315,07
25,23	60,34	42,79	109,05	64,87	156,50	87,78	368,75	143,97
45,34	100,46	72,90	148,59	98,13	228,29	130,67	721,98	248,93
47,50	84,53	66,02	110,06	80,70	219,23	115,33	534,36	199,14
21,46	54,63	38,05	94,98	57,02	163,21	83,57	445,89	156,03
37,35	65,33	51,34	95,02	65,90	132,18	82,47	332,46	132,47
70,76	117,33	94,05	175,95	121,35	231,97	149,00	461,87	211,58
24,12	64,17	44,15	117,03	68,44	182,05	96,84	380,49	153,57
26,01	66,78	46,40	117,44	70,08	208,88	104,78	909,39	265,70
15,03	38,23	26,63	67,60	40,29	107,04	56,98	759,99	197,58
21,75	51,09	36,42	84,88	52,57	144,30	75,51	368,34	134,07

431775 Santo Antônio do Planalto (RS)	15,27	37,10	26,19	64,81	39,06	106,97	56,04	635,61	171,95
31845 São José das Missões (RS)	11,31	22,72	17,02	39,96	24,66	64,23	34,56	294,32	86,51
432010 Sarandi (RS)	29,97	62,98	46,48	105,10	66,02	180,78	94,71	524,54	180,67
MÉDIA CARAZINHO	22,20	44,28	33,24	69,68	45,39	115,85	63,00	376,78	125,76

45,13	100,29	72,71	155,09	100,17	247,01	136,88	668,41	243,19
19,86	50,22	35,04	85,48	51,85	149,32	76,22	508,94	162,76
41,54	96,93	69,24	154,99	97,82	280,60	143,52	888,02	292,42
35,67	77,83	56,75	123,53	79,01	197,61	108,66	600,67	207,06

CAMPANHA CENTRAL

431640 Rosário do Sul (RS)	25,65	50,53	38,09	80,46	52,21	134,61	72,81	519,51	162,15
431710 Santana do Livramento (RS)	29,76	65,60	47,68	106,53	67,30	187,10	97,25	733,66	224,53
431830 São Gabriel (RS)	27,47	50,50	38,99	79,69	52,55	145,24	75,73	724,29	205,44
MÉDIA CAMPANHA CENTRAL	27,63	55,54	41,59	88,89	57,35	155,65	81,93	659,15	197,37

37,32	81,16	59,24	128,93	82,47	203,98	112,85	655,87	221,45
37,65	89,66	63,66	150,24	92,52	258,82	134,09	999,65	307,20
29,60	72,40	51,00	122,30	74,77	216,86	110,29	825,34	253,30
34,86	81,07	57,97	133,82	83,25	226,55	119,08	826,95	260,65

CAMPANHA OCIDENTAL

430040 Alegrete (RS)	32,86	65,99	49,43	107,77	68,87	190,74	99,34	767,62	233,00
430187 Barra do Quaraí (RS)	31,80	55,57	43,69	84,83	57,40	128,59	75,20	723,68	204,89
430865 Garruchos (RS)	22,42	32,50	27,46	46,23	33,72	85,40	46,64	229,77	83,26
431060 Itaqui (RS)	26,26	50,59	38,43	80,94	52,60	135,54	73,33	590,94	176,85
431175 Manoel Viana (RS)	27,64	48,38	38,01	71,21	49,08	121,43	67,17	376,65	129,06
431171 Maçambará (RS)	18,01	33,17	25,59	55,73	35,64	98,14	51,26	402,09	121,43
431530 Quaraí (RS)	26,84	54,16	40,50	90,57	57,19	158,87	82,61	637,78	193,64
431800 São Borja (RS)	26,81	55,49	41,15	92,37	58,22	165,46	85,03	728,70	213,77
431810 São Francisco de Assis (RS)	20,68	45,32	33,00	71,75	45,92	119,84	64,40	399,85	131,49
432240 Uruguaiana (RS)	36,69	74,80	55,75	120,96	77,48	212,46	111,23	748,24	238,63
MÉDIA CAMPANHA OCIDENTAL	27,00	51,60	39,30	82,24	53,61	141,65	75,62	560,53	172,60

31,70	79,39	55,55	135,65	82,25	237,52	121,07	867,93	270,44
30,88	73,68	52,28	106,74	70,43	167,59	94,72	727,39	221,26
23,21	51,80	37,51	83,57	52,86	134,50	73,27	418,56	142,33
23,21	68,04	45,63	107,60	66,28	184,85	95,93	682,58	213,26
15,34	60,63	37,99	93,27	56,41	150,52	79,94	550,53	174,06
21,67	54,92	38,30	85,86	54,15	129,68	73,03	719,31	202,29
34,14	76,58	55,36	126,27	79,00	203,40	110,10	708,98	229,87
30,83	76,94	53,89	121,32	76,36	202,38	107,87	803,50	246,99
22,66	57,82	40,24	101,41	60,63	169,15	87,76	532,66	176,74
33,09	83,57	58,33	146,14	87,60	247,60	127,60	940,18	290,12
26,67	68,34	47,51	110,78	68,60	182,72	97,13	695,16	216,73

CAMAQUÃ

430085 Arambaré (RS)	36,94	65,86	51,40	88,78	63,86	133,15	81,18	311,59	127,26
430190 Barra do Ribeiro (RS)	38,88	77,10	57,99	116,67	77,55	183,56	104,05	626,11	208,46
430350 Camaquã (RS)	30,10	63,95	47,03	105,07	66,37	174,78	93,48	614,26	197,63
430517 Cerro Grande do Sul (RS)	22,73	50,54	36,64	81,02	51,43	135,07	72,34	502,65	158,40
430544 Chuvisca (RS)	24,93	56,29	40,61	87,69	56,30	143,11	78,01	308,97	124,20
430650 Dom Feliciano (RS)	23,11	44,56	33,84	71,46	46,38	114,48	63,40	357,87	122,30

44,26	84,58	64,42	118,19	82,34	183,16	107,55	633,02	212,64
33,66	90,33	62,00	142,53	88,84	236,23	125,69	791,73	258,90
36,99	92,13	64,56	153,44	94,19	244,64	131,80	808,06	267,05
25,67	58,29	41,98	105,83	63,26	169,20	89,75	458,72	163,54
45,27	96,38	70,83	152,57	98,07	240,91	133,78	629,70	232,97
33,49	76,86	55,18	133,22	81,19	198,12	110,42	434,75	175,29

432035 Sentinela do Sul (RS)	22,68	45,86	34,27	73,27	47,27	122,02	65,96	367,39	126,24
432055 Serão Santana (RS)	38,41	72,83	55,62	118,49	76,58	174,60	101,08	434,06	167,68
432110 Tapes (RS)	35,67	70,70	53,19	105,21	70,53	179,03	97,65	741,49	226,42
MÉDIA CAMAQUÃ	30,38	60,85	45,62	94,18	61,81	151,09	84,13	473,82	162,07

29,20	68,53	48,87	126,65	74,79	192,91	104,32	473,99	178,26
44,71	95,13	69,92	155,98	98,61	224,61	130,11	672,95	238,68
34,58	85,26	59,92	136,01	85,28	224,70	120,14	910,00	278,11
36,43	83,05	59,74	136,05	85,18	212,72	117,06	645,88	222,83

CACHOEIRA

430300 Cachoeira do Sul (RS)	32,74	65,48	49,11	105,18	67,80	186,39	97,45	852,49	248,46
430513 Cerro Branco (RS)	19,37	36,96	28,17	60,65	38,99	118,60	58,90	379,03	122,92
431339 Novo Cabrais (RS)	29,78	48,83	39,31	91,36	56,66	145,87	78,96	408,51	144,87
431395 Pantano Grande (RS)	30,15	55,92	43,04	87,72	57,93	136,25	77,51	524,19	166,85
431402 Paraíso do Sul (RS)	28,87	61,04	44,96	95,41	61,77	148,63	83,49	549,44	176,68
431407 Passo do Sobrado (RS)	20,47	53,55	37,01	93,23	55,75	129,46	74,18	801,95	219,73
431570 Rio Pardo (RS)	26,30	56,09	41,20	88,20	56,86	151,90	80,62	560,56	176,61
MÉDIA CACHOEIRA	26,81	53,98	40,40	88,82	56,54	145,30	78,73	582,31	179,44

42,51	94,20	68,36	157,21	97,97	268,10	140,51	883,60	289,12
26,91	70,29	48,60	120,54	72,58	194,40	103,04	520,52	186,53
25,36	63,96	44,66	104,70	64,67	156,49	87,63	449,34	159,97
31,43	74,49	52,96	123,89	76,60	189,98	104,95	647,45	213,45
32,46	88,35	60,41	134,06	84,96	196,53	112,85	532,11	196,70
48,48	95,10	71,79	148,07	97,22	205,46	124,28	489,82	197,39
29,32	83,56	56,44	137,24	83,37	226,58	119,18	720,16	239,37
33,78	81,42	57,60	132,24	82,48	205,36	113,20	606,14	211,79

CAXIAS DO SUL

430080 Antônio Prado (RS)	48,66	99,51	74,09	160,48	102,88	257,06	141,43	1025,04	318,15
430210 Bento Gonçalves (RS)	76,28	147,54	111,91	220,36	148,06	335,30	194,87	951,85	346,27
430225 Boa Vista do Sul (RS)	37,73	63,20	50,47	96,91	65,95	165,71	90,89	602,11	193,13
430480 Carlos Barbosa (RS)	85,19	151,95	118,57	219,27	152,14	310,41	191,71	699,17	293,20
430510 Caxias do Sul (RS)	84,93	167,46	126,20	257,30	169,90	401,56	227,81	985,56	379,36
430595 Cotiporã (RS)	56,65	108,97	82,81	159,19	108,27	235,83	140,16	518,92	215,91
430786 Fagundes Varela (RS)	41,33	89,75	65,54	149,20	93,43	230,93	127,80	496,09	201,46
430790 Farroupilha (RS)	84,50	152,09	118,30	229,81	155,47	342,08	202,12	882,92	338,28
430820 Flores da Cunha (RS)	68,17	134,09	101,13	193,00	131,75	283,87	169,78	733,59	282,54
430860 Garibaldi (RS)	62,56	126,97	94,77	186,51	125,35	275,06	162,78	871,67	304,55
431238 Monte Belo do Sul (RS)	60,12	123,14	91,63	167,40	116,89	226,51	144,29	460,93	207,62
431308 Nova Pádua (RS)	64,95	113,67	89,31	167,31	115,31	268,84	153,69	485,35	220,02
431335 Nova Roma do Sul (RS)	46,09	83,63	64,86	124,37	84,70	208,33	115,61	537,29	199,94
431725 Santa Tereza (RS)	50,19	83,65	66,92	126,25	86,70	170,25	107,59	403,71	166,81
431900 São Marcos (RS)	67,44	136,50	101,97	210,83	138,26	301,20	178,99	901,17	323,43
432280 Veranópolis (RS)	68,17	125,24	96,71	179,58	124,33	272,99	161,50	738,45	276,89

87,86	173,49	130,68	269,13	176,83	405,61	234,02	1149,47	417,11
95,82	209,17	152,50	315,53	206,84	490,27	277,70	1223,43	466,84
86,72	161,85	124,29	255,35	167,97	389,48	223,35	1055,50	389,78
128,70	230,00	179,35	326,68	228,46	467,12	288,13	1078,61	446,22
88,24	192,96	140,60	305,80	195,67	496,94	270,99	1369,32	490,65
82,76	171,51	127,14	243,04	165,77	368,86	216,54	728,44	318,92
98,95	172,10	135,53	249,39	173,48	321,31	210,44	550,32	278,41
90,36	178,69	134,53	263,52	177,52	414,40	236,74	1081,56	405,71
112,91	216,21	164,56	328,75	219,29	481,52	284,85	1217,46	471,37
106,33	199,95	153,14	307,44	204,57	443,75	264,37	1219,94	455,48
84,74	172,69	128,72	269,68	175,70	398,67	231,45	746,59	334,47
82,27	158,62	120,45	261,99	167,63	365,66	217,14	903,73	354,45
101,42	181,89	141,66	246,51	176,61	359,02	222,21	797,61	337,29
68,52	154,98	111,75	234,98	152,83	309,64	192,03	672,33	288,09
82,11	165,87	123,99	248,62	165,53	382,14	219,69	1041,10	383,97
95,55	178,76	137,16	250,31	174,87	379,40	226,01	1280,15	436,83

432330 Vila Flores (RS)	43,63	92,45	68,04	136,82	90,97	207,82	120,18	630,06	222,16
MÉDIA CAXIAS DO SUL	61,56	117,64	89,60	175,56	118,25	264,34	154,78	701,40	264,10

90,39	146,26	118,33	190,74	142,46	269,50	174,22	535,96	246,57
93,16	180,29	136,73	268,67	180,71	396,66	234,70	979,50	383,66

CERRO LARGO

430330 Caibaté (RS)	17,39	36,42	26,91	60,32	38,04	107,36	55,37	456,62	135,62
430370 Campina das Missões (RS)	16,55	38,06	27,31	60,55	38,39	102,90	54,52	331,46	109,90
430520 Cerro Largo (RS)	23,96	54,99	39,48	89,43	56,13	164,59	83,24	423,29	151,25
430950 Guarani das Missões (RS)	23,76	50,07	36,92	81,07	51,63	130,51	71,35	389,73	135,03
431510 Porto Xavier (RS)	14,48	33,40	23,94	55,79	34,56	98,79	50,62	504,12	141,32
431630 Roque Gonzales (RS)	18,48	34,04	26,26	58,30	36,94	98,50	52,33	327,95	107,45
431647 Salvador das Missões (RS)	21,58	53,68	37,63	75,79	50,35	125,96	69,25	351,77	125,76
432057 Sete de Setembro (RS)	19,61	36,89	28,25	58,86	38,45	86,17	50,38	247,68	89,84
431930 São Paulo das Missões (RS)	10,71	36,10	23,41	59,94	35,58	100,91	51,92	271,65	95,86
431937 São Pedro do Butiá (RS)	39,11	71,35	55,23	101,17	70,54	181,87	98,38	543,33	187,37
MÉDIA CERRO LARGO	20,56	44,50	32,53	70,12	45,06	119,76	63,74	384,76	127,94

26,63	73,30	49,97	116,08	72,00	198,33	103,59	568,03	196,47
36,70	79,77	58,24	121,51	79,33	187,11	106,27	425,83	170,18
43,54	93,54	68,54	141,33	92,80	227,91	126,58	719,49	245,16
27,98	70,93	49,46	115,31	71,41	173,85	97,02	511,01	179,82
15,91	55,48	35,70	101,29	57,56	176,83	87,38	698,03	209,51
16,10	50,32	33,21	92,13	52,85	162,26	80,20	505,07	165,18
53,77	115,86	84,82	173,71	114,45	239,39	145,68	469,36	210,42
24,90	63,30	44,10	94,33	60,84	150,76	83,32	365,87	139,83
27,25	67,93	47,59	108,32	67,83	164,97	92,12	379,55	149,60
53,66	114,10	83,88	167,14	111,63	256,26	147,79	579,54	234,14
32,64	78,45	55,55	123,12	78,07	193,77	106,99	522,18	190,03

CRUZ ALTA

430055 Alto Alegre (RS)	23,37	45,14	34,26	77,62	48,71	103,87	62,50	493,94	148,79
430410 Campos Borges (RS)	23,68	41,19	32,44	61,88	42,25	113,66	60,10	347,66	117,61
430610 Cruz Alta (RS)	36,52	69,70	53,11	115,46	73,89	205,40	106,77	738,95	233,21
430750 Espumoso (RS)	21,41	48,56	34,99	76,00	48,66	115,88	65,46	819,79	216,33
430845 Fortaleza dos Valos (RS)	24,05	50,98	37,52	85,63	53,55	141,04	75,43	765,28	213,40
431000 Ibirubá (RS)	41,49	83,64	62,57	130,59	85,24	226,50	120,56	719,13	240,27
431115 Jóia (RS)	20,70	40,31	30,51	66,18	42,40	116,08	60,82	402,86	129,23
431535 Quinze de Novembro (RS)	41,67	80,06	60,87	109,99	77,24	181,76	103,37	679,40	218,58
431643 Saldanha Marinho (RS)	37,18	69,59	53,39	102,15	69,64	163,86	93,20	970,00	268,56
431645 Salto do Jacuí (RS)	23,13	46,13	34,63	81,16	50,14	142,19	73,15	543,94	167,31
431670 Santa Bárbara do Sul (RS)	29,95	56,34	43,15	85,49	57,26	165,44	84,31	723,04	212,05
MÉDIA CRUZ ALTA	29,38	57,42	43,40	90,20	59,00	152,33	82,33	654,91	196,85

54,84	116,45	85,65	180,15	117,15	281,97	158,35	624,79	251,64
28,82	71,59	50,21	122,73	74,38	206,97	107,53	642,63	214,55
44,15	103,85	74,00	169,78	105,93	302,18	154,99	1101,91	344,37
30,43	85,55	57,99	151,50	89,16	258,01	131,37	799,66	265,03
41,23	95,00	68,12	144,02	93,42	261,40	135,41	1429,31	394,19
56,28	126,24	91,26	197,32	126,61	318,45	174,57	1227,00	385,06
19,61	53,40	36,51	100,22	57,74	164,99	84,56	591,70	185,98
79,83	147,76	113,80	228,06	151,88	321,46	194,28	651,27	285,68
66,26	124,16	95,21	181,59	124,00	270,51	160,63	730,64	274,63
26,59	65,99	46,29	113,03	68,54	198,43	101,01	725,97	226,00
39,66	92,69	66,18	141,92	91,42	230,08	126,09	819,67	264,80
44,34	98,43	71,38	157,30	100,02	255,86	138,98	849,50	281,09

ERECHIM

430380 Campinas do Sul (RS)	25,62	54,99	40,31	90,23	56,95	160,57	82,85	534,92	173,27
-----------------------------	-------	-------	-------	-------	-------	--------	-------	--------	--------

40,70	103,15	71,93	158,22	100,69	254,69	139,19	724,27	256,21
-------	--------	-------	--------	--------	--------	--------	--------	--------

430090 Aratiba (RS)	25,41	55,09	40,25	93,93	58,14	146,59	80,26	428,99	150,00
430192 Barra do Rio Azul (RS)	20,81	43,54	32,18	79,87	48,07	127,58	67,95	408,49	136,06
430170 Barão de Cotegipe (RS)	19,86	46,55	33,21	78,17	48,19	128,92	68,38	421,72	139,04
430205 Benjamin Constant do Sul (RS)	11,46	25,59	18,53	40,83	25,96	72,19	37,52	244,09	78,83
430485 Carlos Gomes (RS)	36,62	78,41	57,52	117,72	77,58	185,95	104,68	458,62	175,46
430511 Centenário (RS)	13,06	25,70	19,38	45,00	27,92	76,67	40,11	458,91	123,87
430695 Entre Rios do Sul (RS)	12,34	31,70	22,02	52,86	32,30	111,32	52,06	431,47	127,94
430697 Erebangó (RS)	35,24	71,63	53,44	100,09	68,99	149,83	89,20	367,69	144,90
430700 Erechim (RS)	41,87	91,94	66,91	155,46	96,42	268,95	139,56	850,87	281,82
430720 Erval Grande (RS)	9,34	23,19	16,27	42,28	24,94	76,38	37,80	385,99	107,44
430755 Estação (RS)	37,05	66,66	51,86	100,19	67,97	160,10	91,00	495,86	171,97
430805 Faxinalzinho (RS)	12,31	28,21	20,26	54,22	31,58	89,59	46,08	290,57	94,98
430825 Floriano Peixoto (RS)	18,39	52,79	35,59	85,40	52,19	134,93	72,88	304,58	119,22
430870 Gaurama (RS)	26,15	57,03	41,59	94,19	59,12	141,36	79,68	434,20	150,59
430890 Getúlio Vargas (RS)	37,85	69,14	53,50	103,89	70,29	168,13	94,75	569,11	189,62
431046 Ipiranga do Sul (RS)	44,75	93,29	69,02	132,92	90,32	208,19	119,79	518,59	199,55
431070 Itatiba do Sul (RS)	14,12	30,00	22,06	51,63	31,92	82,24	44,50	263,27	88,25
431090 Jacutinga (RS)	22,03	50,23	36,13	85,95	52,74	151,86	77,52	459,81	153,98
431190 Marcelino Ramos (RS)	24,30	48,78	36,54	87,97	53,68	156,40	79,36	559,92	175,47
431200 Mariano Moro (RS)	26,65	57,17	41,91	93,77	59,20	149,31	81,73	540,87	173,55
431478 Ponte Preta (RS)	19,68	44,66	32,17	68,13	44,16	113,10	61,39	265,91	102,30
432060 Severiano de Almeida (RS)	18,16	50,08	34,12	88,66	52,30	131,71	72,15	289,88	115,70
431970 São Valentim (RS)	10,00	26,11	18,06	57,55	31,22	120,40	53,52	619,95	166,80
432163 Três Arroios (RS)	44,79	77,72	61,26	124,46	82,32	231,10	119,52	622,03	220,02
432290 Viadutos (RS)	28,66	62,19	45,43	97,52	62,79	163,52	87,97	485,14	167,41
430155 Áurea (RS)	21,40	40,34	30,87	64,81	42,18	110,31	59,22	357,39	118,85
MÉDIA ERECHIM	24,37	51,95	38,16	84,73	53,68	141,38	75,61	446,99	149,88

39,49	86,28	62,89	130,31	85,36	192,92	112,25	579,96	205,79
33,07	81,67	57,37	116,65	77,13	185,44	104,21	685,99	220,56
47,25	94,71	70,98	143,98	95,31	214,01	124,99	756,68	251,33
13,72	29,47	21,60	63,69	35,63	129,91	59,20	303,72	108,10
32,69	91,10	61,90	142,68	88,82	198,23	116,18	362,02	165,34
25,39	63,72	44,56	107,31	65,47	165,84	90,57	390,05	150,46
18,96	48,50	33,73	86,57	51,34	147,31	75,34	780,24	216,32
42,15	94,69	68,42	140,05	92,30	210,17	121,77	516,96	200,80
58,78	131,90	95,34	214,85	135,18	344,42	187,49	1008,15	351,62
16,55	44,82	30,69	84,84	48,74	136,62	70,71	565,05	169,58
56,46	109,80	83,13	167,61	111,29	248,24	145,53	685,17	253,46
20,38	62,34	41,36	100,11	60,94	159,64	85,62	587,68	186,03
26,06	59,55	42,81	97,03	60,88	158,45	85,27	440,67	156,35
46,57	99,03	72,80	151,70	99,10	257,11	138,60	772,65	265,41
41,88	100,48	71,18	163,22	101,86	260,43	141,50	754,10	264,02
50,49	124,59	87,54	196,37	123,82	306,42	169,47	875,16	310,61
27,48	64,08	45,78	105,61	65,72	175,33	93,13	465,47	167,59
32,66	89,76	61,21	143,56	88,66	223,44	122,36	652,77	228,44
36,11	87,30	61,71	137,19	86,87	210,14	117,69	728,02	239,75
51,20	94,51	72,86	128,43	91,38	199,44	118,40	916,20	277,96
41,06	94,83	67,95	139,56	91,82	214,65	122,53	337,35	165,49
52,36	113,00	82,68	173,29	112,88	255,45	148,53	650,87	248,99
15,43	67,43	41,43	123,26	68,71	194,51	100,16	557,69	191,66
61,44	119,14	90,29	169,22	116,60	244,69	148,62	601,05	239,11
44,57	94,09	69,33	171,47	103,38	268,21	144,59	661,80	248,03
36,26	78,00	57,13	121,47	78,58	166,67	100,60	452,01	170,88
37,38	86,22	61,80	136,23	86,61	211,94	117,94	622,66	218,89

FREDERICO

430050 Alpestre (RS)	9,15	22,85	16,00	41,38	24,46	68,79	35,54	208,72	70,18
430064 Ametista do Sul (RS)	12,36	28,40	20,38	52,17	30,98	104,19	49,28	298,16	99,06
430340 Caiçara (RS)	10,65	30,82	20,74	55,05	32,17	102,79	49,83	505,11	140,88

14,73	42,34	28,54	76,48	44,52	131,81	66,34	435,07	140,09
32,01	65,39	48,70	107,18	68,19	172,72	94,33	615,78	198,62
32,44	69,89	51,17	124,12	75,48	185,08	102,88	657,61	213,83

430580 Constantina (RS)	19,88	42,51	31,20	70,05	44,15	120,98	63,36	429,60	136,60
430607 Cristal do Sul (RS)	10,35	19,84	15,10	29,17	19,79	54,08	28,36	158,56	54,40
430642 Dois Irmãos das Missões (RS)	10,18	20,41	15,30	37,91	22,83	66,38	33,72	406,47	108,27
430692 Engenho Velho (RS)	7,12	17,93	12,53	31,62	18,89	61,62	29,57	371,30	97,92
430730 Erval Seco (RS)	12,58	28,23	20,41	47,86	29,56	83,20	42,97	318,85	98,14
430850 Frederico Westphalen (RS)	22,06	57,76	39,91	94,62	58,15	180,45	88,72	642,82	199,54
430912 Gramado dos Loureiros (RS)	15,85	30,04	22,95	51,69	32,53	78,28	43,97	173,44	69,86
431050 Iraí (RS)	19,16	40,29	29,73	71,71	43,72	139,36	67,63	528,18	159,74
431160 Liberato Salzano (RS)	7,50	20,99	14,25	40,42	22,97	76,20	36,28	224,12	73,85
431270 Nonoai (RS)	17,76	37,80	27,78	66,29	40,62	116,39	59,56	567,67	161,18
431344 Novo Tiradentes (RS)	20,30	34,09	27,20	50,39	34,93	93,33	49,53	241,51	87,92
431380 Palmitinho (RS)	5,39	16,91	11,15	31,25	17,85	70,66	31,05	317,73	88,39
431449 Pinheirinho do Vale (RS)	10,81	26,09	18,45	40,50	25,80	71,36	37,19	334,00	96,55
431470 Planalto (RS)	12,10	31,78	21,94	63,38	35,75	115,04	55,58	355,47	115,55
431555 Rio dos Índios (RS)	9,98	21,30	15,64	34,15	21,81	54,67	30,03	177,51	59,52
431590 Rodeio Bonito (RS)	18,70	40,44	29,57	72,53	43,89	126,84	64,63	381,92	128,09
431620 Rondinha (RS)	24,70	54,21	39,46	91,79	56,90	163,88	83,65	602,44	187,40
432020 Seberi (RS)	13,26	29,30	21,28	47,80	30,12	97,55	46,98	332,11	104,00
432132 Taquaruçu do Sul (RS)	17,40	35,54	26,47	60,80	37,91	101,44	53,80	459,66	134,97
432195 Trindade do Sul (RS)	10,18	22,17	16,18	36,93	23,09	70,61	34,97	240,54	76,09
432185 Três Palmeiras (RS)	9,85	26,54	18,20	49,68	28,69	88,67	43,69	464,42	127,83
432310 Vicente Dutra (RS)	12,72	29,12	20,92	49,34	30,39	75,45	41,66	276,60	88,65
432350 Vista Alegre (RS)	18,79	41,94	30,37	99,05	53,26	216,79	94,14	566,20	188,55
MÉDIA FREDERICO	13,80	31,05	22,42	54,52	33,12	99,96	49,83	368,58	113,58

38,63	96,83	67,73	150,52	95,33	224,75	127,68	626,90	227,53
8,12	36,38	22,25	75,22	39,91	135,18	63,73	303,21	111,62
11,94	45,50	28,72	79,49	45,64	146,16	70,77	546,50	165,92
24,33	80,62	52,48	119,23	74,73	176,93	100,28	400,99	160,42
16,39	41,56	28,98	79,78	45,91	146,14	70,97	430,24	142,82
37,18	102,54	69,86	168,85	102,86	293,68	150,56	883,19	297,09
16,70	57,13	36,92	101,97	58,60	151,68	81,87	417,20	148,94
22,29	59,16	40,73	100,94	60,80	184,48	91,72	814,91	236,36
22,72	55,95	39,34	96,13	58,27	148,55	80,84	425,99	149,87
19,04	52,48	35,76	96,96	56,16	173,21	85,42	648,07	197,95
18,91	48,36	33,64	98,35	55,21	156,50	80,53	311,55	126,73
38,18	73,83	56,01	123,92	78,64	197,70	108,41	622,11	211,15
24,57	55,26	39,92	99,08	59,64	180,00	89,73	421,95	156,17
17,38	54,84	36,11	106,07	59,43	182,75	90,26	582,64	188,74
19,14	38,40	28,77	64,19	40,58	130,19	62,98	396,39	129,66
33,71	80,53	57,12	135,68	83,31	223,47	118,35	776,43	249,96
64,20	132,97	98,59	200,41	132,53	305,47	175,76	635,05	267,62
23,92	61,84	42,88	108,38	64,71	181,61	93,94	589,01	192,95
24,46	66,08	45,27	115,15	68,56	183,80	97,37	582,04	194,31
12,20	49,61	30,91	90,39	50,73	156,65	77,21	446,78	151,13
17,15	56,94	37,05	103,96	59,35	157,36	83,85	666,45	200,37
24,39	50,29	37,34	85,21	53,30	143,68	75,89	372,11	135,14
31,17	71,50	51,34	113,53	72,07	174,77	97,74	451,02	168,40
24,84	63,32	44,08	108,51	65,56	178,63	93,82	540,74	183,21

GRAMADO-CANELA

430440 Canela (RS)	42,64	84,03	63,34	131,63	86,10	210,40	117,18	609,43	215,63
430640 Dois Irmãos (RS)	82,42	136,74	109,58	199,74	139,63	287,96	176,72	622,49	265,87
430910 Gramado (RS)	61,83	123,85	92,84	189,67	125,12	278,76	163,53	785,36	287,89
431010 Igrejinha (RS)	60,35	120,10	90,23	170,59	117,01	249,42	150,12	618,61	243,81
431080 Ivoti (RS)	77,71	143,12	110,42	206,22	142,35	310,04	184,27	780,93	303,60
431162 Lindolfo Collor (RS)	54,92	101,42	78,17	124,86	93,73	173,12	113,58	365,65	163,99

58,12	122,39	90,26	183,22	121,24	301,23	166,24	889,68	310,93
110,85	190,28	150,57	255,88	185,67	354,98	228,00	799,07	342,21
95,86	176,99	136,43	248,92	173,92	401,47	230,81	1090,15	402,68
73,66	141,16	107,41	189,60	134,81	272,71	169,28	894,04	314,23
101,85	178,99	140,42	252,03	177,62	374,89	226,94	1010,77	383,71
81,01	150,41	115,71	204,87	145,43	273,91	177,55	490,38	240,12

431247 Morro Reuter (RS)	60,14	111,14	85,64	157,76	109,68	212,17	135,30	402,99	188,84
431320 Nova Petrópolis (RS)	58,12	115,52	86,82	167,81	113,82	278,99	155,11	778,52	279,79
431442 Picada Café (RS)	57,64	103,13	80,39	146,45	102,41	186,29	123,38	595,59	217,82
431514 Presidente Lucena (RS)	37,99	97,03	67,51	132,53	89,18	171,42	109,74	330,65	153,92
431575 Riozinho (RS)	22,19	45,27	33,73	88,23	51,90	140,78	74,12	347,89	128,87
431600 Rolante (RS)	39,42	73,08	56,25	108,20	73,57	168,83	97,38	411,02	160,11
431695 Santa Maria do Herval (RS)	44,24	92,39	68,32	131,21	89,28	171,31	109,79	349,97	157,82
432120 Taquara (RS)	50,07	109,02	79,55	174,76	111,28	280,35	153,55	826,60	288,16
432170 Três Coroas (RS)	49,98	104,63	77,31	153,08	102,56	233,40	135,27	538,05	215,83
MÉDIA GRAMADO-CANELA	53,31	104,03	78,67	152,18	103,17	223,55	133,27	557,58	218,13

108,27	165,35	136,81	223,73	165,78	295,48	198,21	833,94	325,35
97,35	183,46	140,41	269,24	183,35	400,75	237,70	1093,57	408,87
114,91	188,27	151,59	255,49	186,22	329,66	222,08	671,35	311,94
94,95	140,82	117,89	193,23	143,00	248,89	169,47	702,97	276,17
49,75	111,43	80,59	158,05	106,41	219,51	134,69	517,11	211,17
62,79	124,91	93,85	178,16	121,95	253,85	154,93	584,57	240,86
92,65	163,48	128,07	202,90	153,01	262,83	180,47	516,94	247,76
60,62	137,19	98,91	204,44	134,08	330,85	183,28	994,08	345,44
76,85	150,23	113,54	207,97	145,02	290,95	181,50	809,16	307,03
85,30	155,02	120,16	215,18	151,84	307,46	190,74	793,19	311,23

GUAPORÉ

430066 André da Rocha (RS)	31,67	63,35	47,51	112,06	69,03	197,48	101,14	427,00	166,31
430070 Anta Gorda (RS)	35,91	76,20	56,06	115,85	75,99	195,49	105,86	646,77	214,04
430140 Arvorezinha (RS)	37,06	78,13	57,60	113,34	76,18	182,57	102,78	558,44	193,91
430645 Dois Lajeados (RS)	23,99	58,24	41,12	86,64	56,29	138,62	76,87	807,48	222,99
430925 Guabiju (RS)	37,71	58,57	48,14	87,29	61,19	133,08	79,16	569,72	177,27
430940 Guaporé (RS)	53,23	104,31	78,77	155,10	104,21	244,00	139,16	626,65	236,66
431030 Ilópolis (RS)	25,48	58,23	41,86	106,85	63,52	167,40	89,49	427,75	157,14
431057 Itapuca (RS)	30,05	55,08	42,57	81,63	55,59	126,54	73,33	339,26	126,51
431235 Montauri (RS)	36,83	71,77	54,30	138,38	82,33	212,85	114,96	547,47	201,46
431275 Nova Alvorada (RS)	15,48	32,87	24,18	68,31	38,89	145,94	65,65	660,51	184,62
431280 Nova Araçá (RS)	84,45	140,87	112,66	201,42	142,25	290,17	179,23	809,48	305,28
431290 Nova Bassano (RS)	49,92	107,85	78,89	172,30	110,02	255,13	146,30	610,35	239,11
431330 Nova Prata (RS)	64,22	120,55	92,39	179,08	121,28	296,44	165,07	708,41	273,74
431400 Parai (RS)	42,36	77,83	60,10	124,51	81,57	204,04	112,19	736,30	237,01
431517 Protásio Alves (RS)	33,75	63,47	48,61	90,17	62,46	127,71	78,78	455,29	154,08
431520 Putinga (RS)	22,84	48,88	35,86	83,20	51,64	134,08	72,25	364,16	130,63
432040 Serafina Corrêa (RS)	57,69	116,68	87,19	176,79	117,05	271,40	155,64	653,80	255,27
431844 São Jorge (RS)	35,30	63,96	49,63	102,45	67,24	164,32	91,51	549,67	183,14
431971 São Valentim do Sul (RS)	32,56	65,60	49,08	102,44	66,87	158,81	89,85	364,36	144,75
432235 União da Serra (RS)	46,76	77,65	62,21	108,19	77,53	145,32	94,48	350,25	145,63

58,49	107,70	83,10	150,95	105,71	254,00	142,79	922,59	298,75
98,43	179,59	139,01	238,80	172,27	348,29	216,28	947,43	362,51
60,34	125,94	93,14	188,48	124,92	275,33	162,52	748,30	279,68
79,92	144,96	112,44	237,41	154,10	402,24	216,13	1068,32	386,57
83,42	173,60	128,51	283,71	180,24	391,98	233,18	778,81	342,30
81,51	156,04	118,78	235,28	157,61	360,13	208,24	985,77	363,75
36,82	86,77	61,80	135,61	86,40	236,18	123,85	858,96	270,87
48,21	91,83	70,02	131,50	90,51	183,00	113,64	439,81	178,87
132,37	196,52	164,45	263,15	197,35	389,67	245,43	1079,63	412,27
51,86	129,38	90,62	198,90	126,71	302,93	170,77	719,41	280,50
63,11	121,37	92,24	202,17	128,88	349,89	184,14	1431,59	433,63
116,33	201,67	159,00	289,96	202,65	443,31	262,82	1078,30	425,91
84,26	160,56	122,41	237,41	160,74	389,28	217,88	1078,75	390,05
114,43	187,17	150,80	269,48	190,36	392,92	241,00	978,78	388,56
57,80	120,57	89,19	191,16	123,18	301,58	167,78	1111,75	356,57
45,97	97,39	71,68	135,93	93,10	195,10	118,60	1387,31	372,34
92,39	172,50	132,45	248,05	170,98	368,59	220,38	1026,07	381,52
82,18	175,55	128,87	233,51	163,75	324,88	204,03	766,00	316,42
87,24	159,83	123,54	235,64	160,90	338,25	205,24	975,58	359,31
79,47	131,81	105,64	207,36	139,55	296,25	178,72	896,03	322,18

432360 Vista Alegre do Prata (RS)	22,47	55,44	38,96	92,32	56,74	165,76	84,00	605,19	188,24
MÉDIA GUAPORÉ	39,03	75,98	57,51	118,97	77,99	188,44	105,60	562,78	197,04

74,97	148,77	111,87	215,88	146,54	358,41	199,51	733,03	306,21
77,60	146,17	111,88	215,73	146,50	328,68	192,04	952,96	344,23

IJUÍ

430020 Ajuricaba (RS)	21,71	45,59	33,65	80,34	49,21	152,30	74,99	498,84	159,76
430045 Alegria (RS)	18,70	35,39	27,05	59,11	37,73	104,28	54,37	362,91	116,08
430150 Augusto Pestana (RS)	28,59	56,17	42,38	90,18	58,31	152,43	81,84	691,44	203,76
430540 Chiapeta (RS)	24,76	52,72	38,74	85,17	54,22	158,08	80,18	505,21	165,19
430570 Condor (RS)	26,78	60,94	43,86	103,61	63,78	152,59	85,98	441,47	157,08
430587 Coronel Barros (RS)	32,48	57,19	44,84	88,30	59,32	146,15	81,03	396,81	144,19
430590 Coronel Bicaco (RS)	13,98	35,15	24,57	58,48	35,87	103,86	52,87	398,15	121,92
431020 Ijuí (RS)	34,81	70,11	52,46	116,42	73,78	203,55	106,22	697,10	224,40
431041 Inhacorá (RS)	14,56	28,10	21,33	43,65	28,77	84,57	42,72	441,04	122,38
431333 Nova Ramada (RS)	13,13	26,18	19,66	48,34	29,22	92,30	44,99	652,25	166,44
431390 Panambi (RS)	33,75	70,71	52,23	109,58	71,35	176,87	97,73	508,76	179,93
431430 Pejuçara (RS)	27,70	43,21	35,46	70,65	47,19	135,53	69,27	958,06	247,03
431780 Santo Augusto (RS)	24,66	46,01	35,34	72,08	47,58	143,93	71,67	660,97	189,53
431973 São Valério do Sul (RS)	14,20	27,43	20,82	43,96	28,53	74,52	40,03	243,43	80,71
MÉDIA IJUÍ	23,56	46,78	35,17	76,42	48,92	134,35	70,28	532,60	162,74

46,22	108,22	77,22	172,65	109,03	281,55	152,16	612,91	244,31
14,85	49,98	32,42	91,12	51,98	150,54	76,62	497,96	160,89
52,37	102,03	77,20	153,65	102,68	229,31	134,34	648,44	237,16
27,38	69,28	48,33	121,95	72,87	193,51	103,03	571,55	196,73
38,20	86,83	62,52	131,49	85,51	209,21	116,43	737,72	240,69
46,73	103,54	75,14	157,26	102,51	219,19	131,68	581,92	221,73
18,94	55,89	37,42	96,53	57,12	169,68	85,26	613,74	190,96
39,66	107,46	73,56	180,71	109,28	316,79	161,16	1015,63	332,05
22,59	55,70	39,15	94,38	57,56	166,11	84,70	496,94	167,14
22,39	57,05	39,72	97,03	58,82	154,34	82,70	785,38	223,24
53,24	118,44	85,84	185,97	119,22	305,04	165,67	924,18	317,37
47,66	114,21	80,94	165,50	109,12	258,79	146,54	885,41	294,31
22,80	63,52	43,16	112,91	66,41	197,27	99,13	694,07	218,11
5,96	26,92	16,44	73,56	35,48	138,75	61,30	397,73	128,58
32,79	79,93	56,36	131,05	81,26	213,58	114,34	675,97	226,66

JAGUARÃO

430130 Arroio Grande (RS)	26,96	57,08	42,02	91,92	58,65	142,70	79,67	513,65	166,46
430710 Herval (RS)	24,54	48,83	36,69	75,03	49,47	127,07	68,87	424,07	139,91
431100 Jaguarão (RS)	31,59	65,13	48,36	106,41	67,71	176,36	94,87	603,79	196,66
MÉDIA JAGUARÃO	27,70	57,01	42,36	91,12	58,61	148,71	81,14	513,84	167,68

26,66	69,50	48,08	115,30	70,49	180,43	97,97	730,05	224,39
14,07	58,85	36,46	106,12	59,68	170,00	87,26	542,04	178,22
42,11	89,81	65,96	147,96	93,29	236,83	129,18	792,47	261,84
27,61	72,72	50,17	123,13	74,49	195,75	104,80	688,19	221,48

LAJEADO/ESTRELA

430100 Arroio do Meio (RS)	56,48	113,24	84,86	166,24	111,99	249,34	146,33	593,82	235,82
430240 Bom Retiro do Sul (RS)	48,52	92,18	70,35	130,06	90,25	198,94	117,43	464,30	186,80
430245 Boqueirão do Leão (RS)	32,32	69,76	51,04	111,79	71,29	184,57	99,61	432,29	166,15
430469 Capitão (RS)	35,75	76,04	55,90	110,06	73,95	157,53	94,85	319,56	139,79
430558 Colinas (RS)	58,63	94,94	76,79	140,26	97,94	187,39	120,31	464,92	189,23

93,51	169,76	131,64	239,52	167,60	357,65	215,11	977,40	367,57
82,32	142,78	112,55	192,23	139,11	278,83	174,04	685,55	276,34
32,75	79,31	56,03	141,32	84,46	217,31	117,67	493,02	192,74
96,70	162,09	129,40	213,84	157,54	340,41	203,26	627,77	288,16
84,23	143,58	113,91	197,96	141,92	280,14	176,48	585,29	258,24

430620 Cruzeiro do Sul (RS)	44,68	87,51	66,10	128,29	86,83	190,55	112,76	451,21	180,45
430675 Doutor Ricardo (RS)	43,46	78,37	60,92	106,29	76,04	150,40	94,63	311,78	138,06
430680 Encantado (RS)	66,83	127,06	96,95	186,31	126,73	286,48	166,67	798,84	293,10
430780 Estrela (RS)	57,16	111,22	84,19	173,91	114,10	265,47	151,94	660,56	253,66
430807 Fazenda Vilanova (RS)	25,14	54,29	39,72	98,97	59,47	168,16	86,64	461,61	161,63
431036 Imigrante (RS)	49,76	87,48	68,62	119,56	85,60	186,64	110,86	608,55	210,40
431140 Lajeado (RS)	59,90	123,96	91,93	193,96	125,94	314,09	172,98	813,40	301,06
431205 Marques de Souza (RS)	32,95	54,27	43,61	82,35	56,52	142,70	78,07	624,28	187,31
431260 Muçum (RS)	65,00	118,50	91,75	185,88	123,13	270,86	160,06	624,50	252,95
431300 Nova Bréscia (RS)	27,49	58,79	43,14	101,11	62,46	176,60	91,00	532,96	179,39
431415 Paverama (RS)	29,92	63,54	46,73	92,25	61,90	132,34	79,51	335,74	130,76
431513 Pouso Novo (RS)	22,28	41,15	31,72	65,58	43,00	148,53	69,39	426,51	140,81
431515 Progresso (RS)	28,75	55,74	42,25	86,69	57,06	150,35	80,38	439,99	152,30
431545 Relvado (RS)	29,75	73,42	51,59	120,76	74,64	184,66	102,15	484,40	178,60
431580 Roca Sales (RS)	48,35	92,97	70,66	130,00	90,44	185,92	114,31	511,30	193,71
431675 Santa Clara do Sul (RS)	29,07	71,46	50,27	107,41	69,31	161,68	92,41	430,61	160,05
432045 Sério (RS)	22,37	57,24	39,81	86,43	55,35	133,83	74,97	315,36	123,05
432085 Tabaí (RS)	28,57	54,48	41,53	83,60	55,55	122,28	72,23	301,92	118,17
432130 Taquari (RS)	32,81	71,58	52,20	110,64	71,68	178,99	98,51	481,93	175,19
432145 Teutônia (RS)	61,92	114,35	88,14	158,93	111,73	239,30	143,63	632,22	241,34
432162 Travesseiro (RS)	32,89	69,71	51,30	106,51	69,70	156,41	91,38	350,19	143,14
432285 Vespasiano Correa (RS)	44,06	82,10	63,08	115,86	80,67	164,18	101,55	366,84	154,61
MÉDIA LAJEADO/ESTRELA	41,29	81,31	61,30	122,21	81,60	188,45	108,32	490,36	184,72

72,01	142,61	107,31	197,59	137,40	281,83	173,51	689,62	276,73
49,78	105,67	77,73	149,98	101,81	231,89	134,33	591,41	225,75
76,63	151,48	114,06	222,72	150,28	344,61	198,86	994,83	358,05
71,03	146,76	108,90	226,38	148,06	352,65	199,21	867,16	332,80
45,39	86,06	65,73	127,37	86,27	200,65	114,87	598,26	211,55
95,25	155,41	125,33	199,76	150,14	289,72	185,04	950,06	338,04
75,67	159,10	117,39	243,70	159,49	398,92	219,35	1099,29	395,34
49,66	118,49	84,08	182,42	116,86	282,59	158,29	671,43	260,92
71,60	153,19	112,40	212,01	145,60	302,92	184,93	824,44	312,83
55,63	110,62	83,13	160,71	108,99	238,22	141,30	1081,71	329,38
60,16	123,89	92,03	170,22	118,09	226,23	145,13	494,57	215,01
5,26	49,56	27,41	110,37	55,06	208,61	93,45	774,20	229,60
52,82	103,36	78,09	160,07	105,42	240,49	139,19	527,67	216,88
57,50	133,59	95,55	206,01	132,37	287,34	171,11	658,41	268,57
74,04	137,70	105,87	207,41	139,72	316,80	183,99	707,73	288,74
68,07	150,45	109,26	207,34	141,95	292,75	179,65	549,00	253,52
34,57	84,13	59,35	136,18	84,96	203,05	114,48	399,57	171,50
55,25	109,66	82,46	157,14	107,35	215,34	134,35	539,85	215,45
55,29	111,01	83,15	176,17	114,16	272,96	153,86	712,19	265,52
89,50	163,36	126,43	230,48	161,11	325,98	202,33	799,99	321,86
67,99	153,17	110,58	208,64	143,27	296,20	181,50	479,89	241,18
72,62	137,31	104,97	205,04	138,32	313,70	182,17	680,15	281,76
64,64	129,04	96,84	188,24	127,31	281,40	165,83	705,94	273,85

LITORAL LAGUNAR

430543 Chuí (RS)	32,65	71,87	52,26	121,45	75,32	226,01	113,00	1033,86	297,17
431560 Rio Grande (RS)	39,10	86,28	62,69	136,87	87,42	226,68	122,23	686,94	235,17
431730 Santa Vitória do Palmar (RS)	36,53	69,81	53,17	109,42	71,92	189,36	101,28	774,54	235,93
431850 São José do Norte (RS)	25,33	48,67	37,00	73,25	49,08	110,14	64,35	334,40	118,36
MÉDIA LITORAL LAGUNAR	33,40	69,16	51,28	110,25	70,94	188,05	100,21	707,44	221,66

49,26	121,60	85,43	194,39	121,75	289,92	163,79	894,26	309,89
39,32	105,01	72,17	178,33	107,55	297,04	154,93	972,13	318,37
37,60	84,96	61,28	131,48	84,68	222,27	119,08	1578,24	410,91
20,39	52,71	36,55	92,36	55,15	155,44	80,23	423,89	148,96
36,64	91,07	63,86	149,14	92,28	241,17	129,51	967,13	297,03

MONTENEGRO

430057 Alto Feliz (RS)	37,16	89,90	63,53	134,29	87,12	167,96	107,33	350,23	155,91
430235 Bom Princípio (RS)	59,63	109,44	84,54	160,09	109,72	221,54	137,68	501,76	210,49
430265 Brochier (RS)	47,42	83,73	65,58	116,53	82,56	168,46	104,04	422,31	167,69
430468 Capela de Santana (RS)	42,15	84,29	63,22	121,20	82,55	168,65	104,07	376,12	158,48
430810 Feliz (RS)	55,32	99,35	77,34	150,23	101,63	225,38	132,57	848,94	275,84
430955 Harmonia (RS)	55,07	100,75	77,91	159,11	104,98	243,18	139,53	647,51	241,12
431164 Linha Nova (RS)	28,15	54,90	41,53	82,50	55,18	114,42	69,99	563,54	168,70
431179 Maratá (RS)	43,96	77,13	60,55	109,28	76,79	173,28	100,91	418,31	164,39
431240 Montenegro (RS)	45,14	95,45	70,30	157,64	99,41	257,86	139,02	752,02	261,62
431403 Pareci Novo (RS)	50,14	92,27	71,21	135,17	92,53	237,97	128,89	586,06	220,32
431480 Portão (RS)	44,86	87,84	66,35	128,92	87,21	196,34	114,49	454,47	182,49
431475 Poço das Antas (RS)	34,37	60,13	47,25	92,55	62,35	143,43	82,62	475,67	161,23
431650 Salvador do Sul (RS)	37,46	75,36	56,41	110,03	74,28	170,94	98,45	505,35	179,83
431848 São José do Hortêncio (RS)	48,50	94,13	71,32	129,55	90,73	169,18	110,34	326,86	153,64
431935 São Pedro da Serra (RS)	35,71	68,56	52,14	101,37	68,55	154,71	90,09	580,28	188,13
431950 São Sebastião do Caí (RS)	47,60	95,92	71,76	149,72	97,75	250,54	135,95	750,47	258,85
431975 São Vendelino (RS)	29,39	54,22	41,81	89,34	57,65	171,16	86,03	403,77	149,58
432225 Tupandi (RS)	40,75	72,72	56,74	113,44	75,64	155,34	95,56	340,38	144,53
432254 Vale Real (RS)	45,12	91,64	68,38	139,36	92,04	192,48	117,15	308,84	155,49
MÉDIA MONTENEGRO	43,57	83,56	63,57	125,28	84,14	188,57	110,25	505,94	189,39

95,68	170,30	132,99	214,07	160,02	282,55	190,65	476,52	247,82
89,11	169,70	129,41	236,68	165,16	323,07	204,64	727,32	309,18
72,09	130,38	101,24	186,51	129,66	275,29	166,07	603,06	253,47
45,63	97,84	71,74	147,25	96,91	219,01	127,43	512,19	204,38
94,58	163,85	129,22	239,30	165,91	337,92	208,91	787,35	324,60
105,31	162,15	133,73	224,57	164,01	316,81	202,21	776,62	317,09
72,12	148,51	110,32	193,70	138,11	263,21	169,39	472,43	229,99
95,18	153,20	124,19	213,94	154,11	303,78	191,53	541,90	261,60
52,15	123,85	88,00	203,03	126,34	328,86	176,97	1113,41	364,26
96,29	169,78	133,04	230,18	165,42	318,79	203,76	758,60	314,73
64,92	126,60	95,76	183,98	125,17	283,08	164,65	946,37	320,99
69,83	146,79	108,31	196,44	137,69	258,64	167,93	546,96	243,73
83,12	156,66	119,89	216,66	152,15	308,41	191,21	755,76	304,12
109,65	168,02	138,84	220,29	165,99	283,42	195,35	472,77	250,83
68,95	131,56	100,26	179,13	126,55	274,14	163,45	705,39	271,83
64,58	136,00	100,29	185,80	128,79	301,20	171,90	1082,25	353,97
91,64	156,25	123,95	222,16	156,68	321,97	198,01	653,30	289,06
88,57	152,51	120,54	206,27	149,12	276,09	180,86	693,97	283,48
103,84	167,35	135,60	245,47	172,22	324,77	210,36	630,19	294,32
82,28	149,02	115,65	207,65	146,32	294,79	183,43	697,70	286,29

NÃO-ME-TOQUE

430560 Colorado (RS)	46,42	101,01	73,72	175,28	107,57	304,36	156,77	1138,91	353,20
431127 Lagoa dos Três Cantos (RS)	39,82	74,07	56,95	108,60	74,16	164,58	96,77	692,39	215,89
431265 Não-Me-Toque (RS)	43,38	83,09	63,24	123,42	83,30	203,85	113,44	800,57	250,86
432030 Selbach (RS)	57,87	100,42	79,15	153,67	103,99	263,04	143,75	582,23	231,45
432100 Tapera (RS)	41,34	78,79	60,07	118,29	79,47	184,96	105,85	693,93	223,46
432320 Victor Graeff (RS)	21,52	52,82	37,17	90,33	54,89	144,31	77,25	522,40	166,28
MÉDIA NÃO-ME-TOQUE	41,73	81,70	61,71	128,27	83,90	210,85	115,64	738,41	240,19

53,27	116,82	85,05	180,67	116,92	256,18	151,74	687,13	258,81
56,99	141,15	99,07	213,18	137,11	386,01	199,33	961,66	351,80
57,58	118,47	88,03	179,95	118,67	316,40	168,10	1078,58	350,20
69,50	127,68	98,59	202,84	133,34	347,74	186,94	1734,26	496,40
48,41	109,86	79,14	171,50	109,92	286,99	154,19	976,99	318,75
63,41	133,72	98,57	204,13	133,75	342,40	185,92	843,05	317,34
58,19	124,62	91,41	192,05	124,95	322,62	174,37	1046,95	348,88

OSÓRIO

430105 Arroio do Sal (RS)	51,43	95,11	73,27	140,53	95,69	207,64	123,68	681,41	235,22
---------------------------	-------	-------	-------	--------	-------	--------	--------	--------	--------

61,51	122,92	92,22	192,31	125,58	293,26	167,50	838,85	301,77
-------	--------	-------	--------	--------	--------	--------	--------	--------

430163 Balneário Pinhal (RS)	47,35	86,69	67,02	130,59	88,21	208,14	118,19	601,18	214,79
430467 Capivari do Sul (RS)	46,08	78,88	62,48	115,67	80,21	192,66	108,32	757,81	238,22
430463 Capão da Canoa (RS)	51,44	101,94	76,69	145,31	99,56	232,65	132,84	633,66	233,00
430471 Caraá (RS)	23,39	46,96	35,18	72,87	47,74	105,41	62,16	295,13	108,75
430545 Cidreira (RS)	30,37	80,67	55,52	130,10	80,38	209,67	112,70	583,10	206,78
430655 Dom Pedro de Alcântara (RS)	23,39	47,60	35,50	66,00	45,66	108,40	61,35	329,92	115,06
431033 Imbé (RS)	62,11	112,34	87,23	158,92	111,12	243,60	144,24	676,08	250,61
431173 Mampituba (RS)	33,12	61,54	47,33	87,38	60,68	138,30	80,09	320,50	128,17
431177 Maquiné (RS)	24,83	51,08	37,96	76,19	50,70	116,55	67,16	434,75	140,68
431244 Morrinhos do Sul (RS)	31,99	65,09	48,54	113,80	70,29	163,99	93,72	360,12	147,00
431250 Mostardas (RS)	29,78	56,12	42,95	85,23	57,04	136,61	76,94	674,89	196,53
431350 Osório (RS)	41,51	94,09	67,80	144,83	93,48	252,96	133,35	835,19	273,72
431365 Palmares do Sul (RS)	27,80	51,57	39,69	85,61	54,99	151,63	79,15	827,91	228,90
431760 Santo Antônio da Patrulha (RS)	36,73	71,30	54,02	107,05	71,69	171,49	96,64	616,77	200,67
432135 Tavares (RS)	22,73	50,24	36,49	85,83	52,93	149,58	77,10	536,04	168,88
432143 Terra de Areia (RS)	34,29	65,74	50,02	104,34	68,12	163,24	91,90	508,48	175,22
432150 Torres (RS)	36,79	77,11	56,95	126,40	80,10	214,46	113,69	831,05	257,16
432160 Tramandaí (RS)	35,86	77,59	56,73	118,93	77,46	185,25	104,41	583,34	200,19
432166 Três Cachoeiras (RS)	35,55	80,63	58,09	134,87	83,68	233,77	121,21	991,40	295,24
432183 Três Forquilhas (RS)	24,26	41,56	32,91	58,89	41,57	89,58	53,57	347,35	112,33
432380 Xangri-lá (RS)	53,94	117,58	85,76	162,40	111,31	232,22	141,54	693,60	251,95
MÉDIA OSÓRIO	36,58	73,25	54,91	111,44	73,76	177,63	99,72	596,35	199,05

45,04	100,55	72,80	162,59	102,73	290,00	149,55	910,79	301,79
47,27	87,62	67,45	128,15	87,68	216,42	119,87	1135,37	322,97
35,52	97,84	66,68	166,55	99,97	287,23	146,79	919,95	301,42
25,11	71,23	48,17	109,16	68,50	165,81	92,83	394,86	153,23
37,74	92,15	64,95	159,94	96,61	281,78	142,90	946,97	303,72
40,71	88,51	64,61	143,52	90,91	198,83	117,89	504,59	195,23
55,72	121,90	88,81	200,24	125,95	330,29	177,04	1007,14	343,06
30,42	63,42	46,92	104,25	66,03	182,03	95,03	415,25	159,07
31,91	77,16	54,54	122,70	77,26	191,22	105,75	654,18	215,43
32,47	72,14	52,31	118,51	74,37	191,47	103,65	494,70	181,86
29,99	72,50	51,25	117,46	73,32	179,11	99,77	632,76	206,36
50,68	119,03	84,86	192,90	120,87	322,68	171,32	923,66	321,79
21,00	78,84	49,92	140,13	79,99	239,14	119,78	689,46	233,71
43,08	101,21	72,15	150,47	98,25	229,48	131,06	575,36	219,92
32,52	70,72	51,62	112,80	72,01	167,52	95,89	680,96	212,90
32,48	90,88	61,68	140,95	88,10	219,47	120,95	696,01	235,96
51,84	121,64	86,74	186,27	119,92	302,94	165,67	926,01	317,74
36,03	100,94	68,49	171,05	102,67	288,08	149,03	1038,71	326,96
52,05	113,25	82,65	176,01	113,77	262,36	150,92	706,78	262,09
37,76	82,85	60,31	123,66	81,42	177,69	105,49	392,80	162,95
58,56	127,84	93,20	188,25	124,88	276,26	162,73	765,68	283,32
40,43	94,32	67,38	150,36	95,04	240,59	131,43	738,67	252,88

PASSO FUNDO

430355 Camargo (RS)	35,23	78,64	56,94	130,27	81,38	213,48	114,41	548,49	201,22
430490 Casca (RS)	29,48	65,67	47,58	108,22	67,79	181,45	96,21	558,69	188,70
430495 Caseiros (RS)	27,25	45,58	36,42	60,90	44,58	98,19	57,98	389,27	124,24
430537 Charrua (RS)	20,39	41,02	30,71	73,42	44,94	114,85	62,42	320,35	114,01
430550 Ciriaco (RS)	23,75	50,52	37,14	87,29	53,85	143,76	76,33	381,02	137,27
430597 Coxilha (RS)	38,56	69,36	53,96	101,49	69,80	160,54	92,49	444,54	162,90
430630 David Canabarro (RS)	26,07	52,70	39,39	86,87	55,21	140,91	76,64	459,83	153,28
430705 Ernestina (RS)	21,07	45,46	33,27	79,37	48,63	135,99	70,47	424,30	141,24

65,87	145,07	105,47	244,89	151,94	385,93	210,44	850,67	338,49
80,80	152,99	116,90	215,75	149,85	327,48	194,26	1090,32	373,47
12,74	67,81	40,28	121,11	67,22	215,54	104,30	571,34	197,71
24,81	56,23	40,52	100,12	60,39	172,44	88,40	399,85	150,69
27,07	74,84	50,96	128,23	76,71	208,35	109,62	722,46	232,19
46,90	93,31	70,11	143,69	94,63	224,10	127,00	615,10	224,62
63,96	120,72	92,34	162,00	115,56	239,13	146,45	703,12	257,79
50,60	106,57	78,59	153,78	103,65	254,09	141,26	756,56	264,32

430885 Gentil (RS)	16,23	41,48	28,86	73,89	43,87	128,24	64,96	298,63	111,69
430990 Ibiraiaras (RS)	37,62	71,29	54,46	119,35	76,09	207,67	108,98	636,90	214,57
431180 Marau (RS)	35,64	88,14	61,89	136,60	86,79	212,37	118,19	728,27	240,20
431213 Mato Castelhano (RS)	27,85	49,71	38,78	81,42	52,99	130,60	72,40	350,28	127,97
431262 Muliterno (RS)	22,27	53,90	38,09	87,07	54,41	133,46	74,18	322,39	123,82
431267 Nicolau Vergueiro (RS)	20,64	50,49	35,57	82,43	51,19	148,92	75,62	430,25	146,55
431410 Passo Fundo (RS)	45,27	93,05	69,16	154,32	97,55	272,39	141,26	867,94	286,59
431477 Pontão (RS)	13,71	34,37	24,04	57,35	35,14	87,52	48,24	361,13	110,82
431610 Ronda Alta (RS)	15,00	35,37	25,19	61,67	37,35	111,54	55,90	422,25	129,17
431755 Santo Antônio do Palma (RS)	17,02	40,16	28,59	65,96	41,05	104,05	56,80	423,29	130,10
432050 Sertão (RS)	22,32	48,35	35,34	81,51	50,73	137,91	72,52	361,88	130,39
431805 São Domingos do Sul (RS)	51,88	104,96	78,42	158,31	105,05	244,27	139,86	564,08	224,70
432090 Tapejara (RS)	25,86	62,65	44,26	100,52	63,01	154,44	85,87	532,41	175,18
432255 Vanini (RS)	48,36	85,61	66,99	116,86	83,61	172,14	105,74	385,76	161,75
432335 Vila Lângaro (RS)	21,23	48,82	35,03	96,42	55,49	146,57	78,26	351,76	132,96
432340 Vila Maria (RS)	34,70	77,14	55,92	121,75	77,86	193,35	106,74	539,16	193,22
430005 Água Santa (RS)	23,25	49,35	36,30	77,47	50,02	134,64	71,18	471,25	151,19
MÉDIA PASSO FUNDO	28,03	59,35	43,69	96,03	61,14	156,37	84,94	462,96	160,55

46,19	101,80	74,00	159,91	102,63	249,36	139,32	633,68	238,19
41,19	86,88	64,04	150,80	92,96	266,58	136,36	995,36	308,16
72,13	147,12	109,63	224,78	148,01	345,39	197,36	960,91	350,07
54,11	99,09	76,60	154,73	102,64	240,86	137,20	581,06	225,97
51,01	84,37	67,69	132,19	89,19	209,75	119,33	456,29	186,72
55,11	99,76	77,44	152,15	102,34	239,37	136,60	621,58	233,59
50,31	128,40	89,36	209,19	129,30	366,85	188,69	1273,49	405,65
25,02	75,28	50,15	127,43	75,91	207,53	108,82	639,15	214,88
28,91	77,14	53,03	130,15	78,73	207,75	110,99	783,75	245,54
45,96	91,67	68,82	136,24	91,29	210,66	121,13	769,83	250,87
42,97	108,54	75,76	168,08	106,53	266,92	146,63	755,70	268,44
80,23	155,85	118,04	243,41	159,83	355,65	208,79	670,03	301,03
55,18	119,42	87,30	169,65	114,75	257,96	150,55	806,22	281,69
84,99	143,89	114,44	193,31	140,73	276,67	174,72	626,32	265,04
56,91	111,10	84,01	159,63	109,21	218,84	136,62	622,87	233,87
82,18	144,24	113,21	206,17	144,20	336,17	192,19	806,01	314,95
58,26	110,50	84,38	171,70	113,49	267,27	151,93	684,80	258,51
52,14	108,10	80,12	166,36	108,87	262,03	147,16	735,86	264,90

PELOTAS

430450 Canguçu (RS)	17,91	38,75	28,33	64,49	40,38	109,02	57,54	423,04	130,64
430466 Capão do Leão (RS)	33,86	60,70	47,28	88,09	60,88	134,60	79,31	299,94	123,44
430512 Cerrito (RS)	32,55	59,22	45,89	88,34	60,04	128,46	77,14	405,98	142,91
430605 Cristal (RS)	25,75	47,82	36,79	81,36	51,64	140,11	73,76	718,32	202,67
431245 Morro Redondo (RS)	33,46	58,62	46,04	87,72	59,93	133,16	78,24	402,24	143,04
431420 Pedro Osório (RS)	30,58	73,40	51,99	108,76	70,91	176,55	97,32	675,46	212,95
431440 Pelotas (RS)	38,26	78,93	58,60	128,47	81,89	228,13	118,45	823,14	259,39
431880 São Lourenço do Sul (RS)	36,21	70,15	53,18	102,97	69,78	163,17	93,13	610,73	196,65
432232 Turuçu (RS)	37,12	67,81	52,47	91,64	65,52	171,18	91,94	1136,96	300,94
MÉDIA PELOTAS	31,74	61,71	46,73	93,54	62,33	153,82	85,20	610,65	190,29

27,52	71,40	49,46	120,29	73,07	178,85	99,52	491,15	177,84
24,79	79,09	51,94	124,72	76,20	180,94	102,39	466,83	175,27
36,57	80,08	58,33	119,51	78,72	171,51	101,92	424,11	166,36
36,92	79,67	58,30	126,10	80,90	195,57	109,57	521,45	191,94
38,76	83,32	61,04	133,82	85,30	191,19	111,77	718,49	233,12
25,87	67,48	46,68	120,09	71,15	202,39	103,96	861,15	255,40
41,74	103,74	72,74	171,99	105,82	304,16	155,41	1104,38	345,20
38,55	91,84	65,20	146,54	92,31	230,45	126,85	677,67	237,01
44,86	90,44	67,65	136,40	90,57	203,11	118,70	478,91	190,74
35,06	83,01	59,04	133,27	83,78	206,46	114,45	638,24	219,21

PORTO ALEGRE

430060 Alvorada (RS)	44,04	88,30	66,17	130,04	87,46	191,19	113,39	400,40	170,79
430087 Araricá (RS)	26,11	80,02	53,07	116,41	74,18	171,18	98,43	354,91	149,73
430310 Cachoeirinha (RS)	55,15	107,02	81,09	166,03	109,40	250,60	144,70	610,28	237,82
430390 Campo Bom (RS)	60,02	115,84	87,93	177,90	117,92	275,24	157,25	672,41	260,28
430460 Canoas (RS)	53,22	109,29	81,26	171,53	111,35	270,84	151,22	732,91	267,56
430676 Eldorado do Sul (RS)	34,28	71,85	53,07	112,87	73,00	177,64	99,16	573,50	194,03
430770 Esteio (RS)	56,62	116,66	86,64	181,86	118,38	289,44	161,15	707,98	270,51
430760 Estância Velha (RS)	71,17	128,75	99,96	184,56	128,16	280,94	166,36	711,68	275,42
430905 Glorinha (RS)	29,56	59,25	44,41	86,97	58,59	136,85	78,16	411,96	144,92
430920 Gravataí (RS)	49,73	101,30	75,52	152,61	101,21	228,64	133,07	534,92	213,44
430930 Guaíba (RS)	44,82	90,10	67,46	139,68	91,53	212,91	121,88	555,28	208,56
431198 Mariana Pimentel (RS)	24,88	56,60	40,74	96,78	59,42	152,40	82,67	383,88	142,91
431306 Nova Hartz (RS)	62,97	110,55	86,76	154,75	109,42	205,34	133,40	420,51	190,82
431337 Nova Santa Rita (RS)	34,77	78,75	56,76	131,36	81,63	225,82	117,68	519,05	197,95
431340 Novo Hamburgo (RS)	59,56	118,34	88,95	186,40	121,43	297,88	165,55	903,42	313,12
431405 Parobé (RS)	55,51	112,66	84,09	156,28	108,15	222,24	136,67	503,64	210,07
431490 Porto Alegre (RS)	68,46	158,80	113,63	285,08	170,78	529,79	260,53	1583,91	525,21
431990 Sapiranga (RS)	55,25	110,06	82,66	157,77	107,69	226,51	137,40	525,11	214,94
432000 Sapucaia do Sul (RS)	44,17	93,52	68,85	142,56	93,42	215,59	123,96	503,41	199,85
431870 São Leopoldo (RS)	48,95	100,87	74,91	162,34	104,05	270,83	145,75	861,76	288,95
432300 Viamão (RS)	46,15	93,11	69,63	139,54	92,93	212,11	122,73	522,62	202,71
MÉDIA PORTO ALEGRE	48,83	100,08	74,45	153,97	100,96	240,19	135,77	618,74	232,36

43,70	100,42	72,06	157,34	100,49	236,34	134,45	535,94	214,75
46,30	111,41	78,86	168,77	108,83	241,68	142,04	539,36	221,50
58,18	137,06	97,62	215,78	137,01	331,75	185,69	841,12	316,78
91,65	169,14	130,40	237,38	166,06	363,22	215,35	987,12	369,70
51,22	129,12	90,17	213,85	131,40	355,83	187,51	1015,84	353,17
36,41	96,18	66,30	150,33	94,31	246,88	132,45	798,84	265,73
62,35	148,22	105,29	236,91	149,16	385,12	208,15	989,73	364,47
80,37	160,18	120,28	228,13	156,23	338,77	201,86	838,32	329,15
46,85	95,95	71,40	145,42	96,07	223,81	128,01	707,26	243,86
50,88	124,54	87,71	195,68	123,70	304,21	168,83	767,64	288,59
47,37	114,82	81,10	181,48	114,56	289,83	158,38	810,49	288,80
32,97	67,35	50,16	116,36	72,23	190,26	101,74	617,91	204,97
73,87	139,71	106,79	185,05	132,88	250,45	162,27	534,62	236,74
49,04	114,93	81,99	182,57	115,51	274,20	155,19	774,13	278,97
64,87	139,19	102,03	214,93	139,66	357,26	194,06	1178,48	390,95
63,58	133,94	98,76	187,81	128,44	264,12	162,36	560,25	241,94
68,43	180,15	124,29	342,77	197,12	685,63	319,25	2272,42	709,88
72,65	140,46	106,56	198,97	137,36	295,56	176,91	794,06	300,34
51,86	125,84	88,85	193,46	123,72	294,38	166,39	691,37	271,38
55,54	130,05	92,80	208,50	131,36	348,09	185,55	1108,13	370,06
43,15	106,09	74,62	168,13	105,79	266,60	145,99	685,41	253,88
56,73	126,89	91,81	196,65	126,76	311,62	172,97	859,45	310,27

RESTINGA SECA

430010 Agudo (RS)	25,44	62,21	43,83	102,59	63,41	187,78	94,51	690,82	213,77
430670 Dona Francisca (RS)	37,74	86,66	62,20	141,12	88,51	235,07	125,15	792,09	258,54
430800 Faxinal do Soturno (RS)	28,20	64,36	46,28	101,00	64,52	161,73	88,82	529,49	176,96
430840 Formigueiro (RS)	14,36	31,85	23,11	49,91	32,04	92,03	47,04	552,27	148,08
431075 Ivorá (RS)	21,13	45,14	33,14	81,54	49,27	145,76	73,39	403,18	139,35
431310 Nova Palma (RS)	19,38	45,39	32,39	76,75	47,17	152,49	73,50	530,38	164,88
431550 Restinga Seca (RS)	26,82	56,11	41,47	93,02	58,65	158,60	83,64	597,61	186,43

49,55	112,90	81,23	164,93	109,13	241,50	142,22	819,30	277,64
45,96	99,69	72,83	171,30	105,65	249,43	141,60	705,21	254,32
50,53	101,27	75,90	164,82	105,54	271,85	147,12	739,73	265,64
23,85	61,29	42,57	111,13	65,42	177,38	93,41	528,65	180,46
39,15	90,31	64,73	138,03	89,16	207,82	118,83	436,12	182,29
41,57	116,42	79,00	178,99	112,33	271,04	152,01	785,80	278,76
33,03	80,30	56,67	127,25	80,19	201,15	110,43	685,17	225,38

431843 São João do Polêsine (RS)	26,68	54,48	40,58	94,38	58,51	167,72	85,82	417,10	152,07
432065 Silveira Martins (RS)	23,30	52,55	37,93	78,34	51,40	136,44	72,66	532,24	164,57
MÉDIA RESTINGA SECA	24,78	55,42	40,10	90,96	57,05	159,74	82,72	560,58	178,29

43,41	98,57	70,99	168,41	103,46	316,36	156,69	927,12	310,77
47,13	102,55	74,84	145,08	98,25	218,24	128,25	757,86	254,17
41,58	95,92	68,75	152,22	96,57	239,42	132,28	709,44	247,71

SANANDUVA

430180 Barracão (RS)	16,63	32,19	24,41	51,59	33,47	92,46	48,22	340,42	106,66
430320 Cacique Doble (RS)	12,92	27,89	20,41	54,45	31,75	97,51	48,19	324,32	103,42
430980 Ibiacá (RS)	22,64	53,06	37,85	91,69	55,80	155,00	80,60	470,96	158,67
431170 Machadinho (RS)	14,95	33,07	24,01	58,84	35,62	109,99	54,21	371,76	117,72
431220 Maximiliano de Almeida (RS)	19,01	38,95	28,98	58,35	38,77	97,34	53,41	498,80	142,49
431360 Paim Filho (RS)	14,89	32,05	23,47	56,02	34,32	108,65	52,90	378,01	117,92
431660 Sananduva (RS)	27,81	63,19	45,50	99,74	63,58	179,39	92,53	465,22	167,07
431795 Santo Expedito do Sul (RS)	13,47	34,53	24,00	57,98	35,33	91,70	49,42	240,83	87,70
431860 São José do Ouro (RS)	20,61	45,66	33,14	73,29	46,52	127,99	66,89	460,38	145,59
431842 São João da Urtiga (RS)	12,86	29,33	21,10	50,68	30,96	97,76	47,66	353,21	108,77
432218 Tupanci do Sul (RS)	21,77	40,57	31,17	61,18	41,17	91,60	53,78	224,07	87,84
MÉDIA SANANDUVA	17,96	39,14	28,55	64,89	40,66	113,58	58,89	375,27	122,17

20,81	57,86	39,34	93,04	57,24	155,73	81,86	586,44	182,78
22,00	74,62	48,31	129,16	75,26	200,52	106,58	481,51	181,56
47,48	103,90	75,69	182,75	111,38	322,01	164,04	1206,81	372,59
27,80	67,42	47,61	109,49	68,24	197,51	100,56	476,02	175,65
36,53	80,92	58,73	129,69	82,38	198,16	111,33	516,38	192,34
43,78	105,94	74,86	164,20	104,64	269,41	145,83	794,26	275,52
49,23	104,99	77,11	166,54	106,92	258,82	144,90	1063,58	328,63
28,16	64,40	46,28	102,63	65,06	171,16	91,59	507,93	174,86
34,78	87,70	61,24	139,91	87,46	227,35	122,44	764,77	250,90
42,05	90,46	66,26	143,98	92,16	207,59	121,02	502,91	197,40
37,98	64,75	51,37	106,73	69,82	170,53	95,00	483,75	172,75
35,51	82,09	58,80	133,47	83,69	216,25	116,83	671,31	227,72

SANTIAGO

431055 Itacurubi (RS)	14,63	31,71	23,17	50,55	32,30	86,27	45,79	477,24	132,08
431113 Jari (RS)	13,94	25,29	19,62	38,70	25,98	68,21	36,54	326,36	94,50
431120 Júlio de Castilhos (RS)	22,03	49,24	35,64	77,61	49,63	152,07	75,24	776,37	215,46
431447 Pinhal Grande (RS)	13,90	34,36	24,13	68,28	38,85	127,21	60,94	426,94	134,14
431532 Quevedos (RS)	26,59	40,27	33,43	61,58	42,81	106,08	58,63	246,27	96,16
431740 Santiago (RS)	33,60	65,55	49,58	107,36	68,84	189,38	98,97	552,74	189,73
432220 Tupanciretã (RS)	25,51	48,46	36,99	77,21	50,39	133,72	71,23	688,23	194,63
432237 Unistalda (RS)	19,46	31,65	25,56	60,39	37,17	103,15	53,66	257,99	94,53
MÉDIA SANTIAGO	21,21	40,82	31,01	67,71	43,24	120,76	62,62	469,02	143,90

31,44	74,46	52,95	106,96	70,95	164,55	94,35	521,02	179,69
18,18	47,81	33,00	83,94	49,98	140,97	72,73	441,51	146,48
29,96	73,90	51,93	125,74	76,53	222,20	112,95	799,47	250,25
24,92	67,02	45,97	124,90	72,28	209,21	106,51	617,24	208,66
14,06	43,40	28,73	74,56	44,01	127,39	64,85	533,52	158,59
43,96	99,61	71,79	166,37	103,31	280,66	147,65	932,71	304,66
30,68	65,43	48,06	105,84	67,32	183,64	96,40	789,35	234,99
7,93	38,34	23,14	76,85	41,04	145,38	67,13	428,52	139,40
25,14	63,75	44,44	108,15	65,68	184,25	95,32	632,92	202,84

SÃO GERÔNIMO

430110 Arroio dos Ratos (RS)	25,41	55,00	40,21	87,94	56,12	141,62	77,49	394,40	140,87
430175 Barão do Triunfo (RS)	24,39	48,92	36,66	76,70	50,00	119,68	67,42	294,13	112,76

37,55	87,20	62,38	140,68	88,48	223,85	122,32	631,56	224,17
29,58	66,63	48,11	121,21	72,47	210,46	106,97	433,98	172,37

430270 Butiá (RS)	29,21	63,89	46,55	102,73	65,28	156,71	88,14	383,68	147,24
430535 Charqueadas (RS)	39,18	82,40	60,79	123,73	81,77	189,86	108,79	481,98	183,43
430880 General Câmara (RS)	23,49	47,75	35,62	80,57	50,60	133,11	71,23	463,65	149,71
431225 Minas do Leão (RS)	39,27	69,56	54,42	95,62	68,15	126,00	82,61	366,70	139,43
431840 São Jerônimo (RS)	36,65	75,44	56,05	115,51	75,87	207,43	108,76	645,19	216,04
432200 Triunfo (RS)	34,42	77,08	55,75	120,17	77,22	193,65	106,33	628,37	210,74
432252 Vale Verde (RS)	11,60	31,19	21,40	46,27	29,69	74,38	40,86	526,08	137,90
MÉDIA SÃO GERÔNIMO	29,29	61,25	45,27	94,36	61,63	149,16	83,51	464,91	159,79

	39,02	95,71	67,37	152,54	95,76	233,95	130,31	579,45	220,13
	47,27	115,31	81,29	183,04	115,21	301,82	161,86	687,57	267,00
	33,46	89,11	61,29	141,91	88,16	226,74	122,81	681,86	234,62
	42,05	86,22	64,14	135,59	87,95	205,92	117,45	476,72	189,30
	30,15	85,94	58,05	147,11	87,73	258,34	130,39	997,23	303,75
	37,35	99,62	68,49	159,30	98,76	255,36	137,91	857,88	281,90
	29,45	66,43	47,94	104,56	66,81	153,88	88,58	579,29	186,72
	36,21	88,02	62,11	142,88	89,04	230,04	124,29	658,39	231,11

SERRAS DO SUDESTE

430063 Amaral Ferrador (RS)	19,98	42,04	31,01	77,50	46,51	127,92	66,86	398,85	133,26
430435 Candiota (RS)	31,92	88,04	59,98	139,67	86,54	236,11	123,94	570,73	213,29
430280 Caçapava do Sul (RS)	24,10	56,21	40,16	93,26	57,86	160,31	83,47	515,90	169,96
430690 Encruzilhada do Sul (RS)	19,43	42,99	31,21	78,99	47,14	137,75	69,79	496,80	155,19
431450 Pinheiro Machado (RS)	24,80	50,86	37,83	87,57	54,41	153,28	79,13	508,01	164,90
431460 Piratini (RS)	18,32	38,28	28,30	60,10	38,90	101,02	54,43	375,93	118,73
431700 Santana da Boa Vista (RS)	20,38	37,83	29,11	59,33	39,18	91,07	52,15	244,21	90,56
MÉDIA SERRAS DO SUDESTE	22,70	50,89	36,80	85,20	52,93	143,92	75,68	444,35	149,41

	38,63	79,39	59,01	126,89	81,64	189,77	108,67	486,34	184,20
	19,26	78,25	48,76	153,60	83,70	290,24	135,34	784,43	265,16
	32,06	82,82	57,44	138,88	84,59	215,03	117,20	662,18	226,19
	27,16	75,58	51,37	123,27	75,34	186,63	103,16	679,34	218,40
	29,02	72,39	50,71	128,88	76,76	199,45	107,44	646,09	215,17
	24,78	63,69	44,24	107,44	65,30	171,34	91,81	587,83	191,02
	6,81	41,15	23,98	74,18	40,71	126,27	62,10	516,29	152,94
	25,39	70,47	47,93	121,88	72,58	196,96	103,67	623,21	207,58

SOLEDADE

430200 Barros Cassal (RS)	20,40	40,99	30,70	62,30	41,23	106,09	57,45	323,90	110,74
430830 Fontoura Xavier (RS)	14,66	32,46	23,56	53,87	33,66	91,24	48,06	270,78	92,60
430995 Ibirapuitã (RS)	23,91	42,01	32,96	66,02	43,98	99,27	57,80	357,76	117,79
431125 Lagoão (RS)	15,98	31,15	23,57	48,65	31,93	77,72	43,38	210,31	76,76
431242 Mormaço (RS)	16,98	33,42	25,20	59,85	36,75	87,38	49,41	325,37	104,60
432080 Soledade (RS)	21,38	49,22	35,30	89,09	53,23	171,03	82,68	620,79	190,30
431846 São José do Herval (RS)	12,38	29,34	20,86	52,86	31,53	99,34	48,48	385,30	115,84
432215 Tunas (RS)	13,53	26,10	19,82	44,61	28,08	76,23	40,12	266,54	85,40
MÉDIA SOLEDADE	17,40	35,59	26,49	59,66	37,55	101,04	53,42	345,09	111,76

	26,44	60,90	43,67	100,21	62,52	155,08	85,66	444,27	157,38
	16,43	57,98	37,21	95,93	56,78	160,17	82,63	448,82	155,87
	26,35	61,70	44,03	108,32	65,46	165,19	90,39	415,72	155,46
	13,64	38,62	26,13	72,64	41,63	135,26	65,04	301,81	112,39
	33,26	72,59	52,93	126,22	77,36	221,44	113,38	520,83	194,87
	37,66	87,39	62,53	140,55	88,53	236,67	125,57	839,86	268,43
	19,28	49,13	34,21	83,53	50,65	149,35	75,32	532,87	166,83
	24,37	53,36	38,87	79,04	52,26	137,77	73,64	310,11	120,93
	24,68	60,21	42,44	100,81	61,90	170,12	88,95	476,79	166,52

SANTA CRUZ DO SUL

430120 Arroio do Tigre (RS)	20,58	45,08	32,83	73,73	46,46	119,67	64,77	381,85	128,18
-----------------------------	-------	-------	-------	-------	-------	--------	-------	--------	--------

	35,35	86,10	60,73	134,93	85,46	209,33	116,43	577,68	208,68
--	-------	-------	-------	--------	-------	--------	--------	--------	--------

430420 Candelária (RS)	21,84	46,52	34,18	76,96	48,44	127,93	68,31	440,51	142,75
430650 Dom Feliciano (RS)	23,11	44,56	33,84	71,46	46,38	114,48	63,40	357,87	122,30
430915 Gramado Xavier (RS)	36,76	67,90	52,33	96,19	66,95	136,68	84,38	306,70	128,85
430957 Herveiras (RS)	24,43	52,90	38,67	86,79	54,71	124,72	72,21	277,67	113,30
430975 Ibarama (RS)	22,14	48,24	35,19	77,63	49,34	139,27	71,82	438,05	145,07
430781 Estrela Velha (RS)	21,62	46,58	34,10	67,20	45,13	104,67	60,02	265,88	101,19
431215 Mato Leitão (RS)	34,54	70,19	52,37	110,20	71,64	180,28	98,80	446,77	168,40
431406 Passa Sete (RS)	25,38	42,11	33,75	63,66	43,72	107,95	59,78	269,73	101,77
431680 Santa Cruz do Sul (RS)	54,16	104,17	79,17	160,36	106,23	263,66	145,59	843,52	285,17
432026 Segredo (RS)	16,08	36,63	26,36	63,90	38,87	113,26	57,47	287,42	103,46
432067 Sinimbu (RS)	27,83	57,84	42,84	83,78	56,48	130,93	75,10	353,47	130,77
432070 Sobradinho (RS)	23,49	55,99	39,74	89,55	56,34	161,72	82,69	596,88	185,53
432253 Vale do Sol (RS)	29,60	55,66	42,63	94,88	60,05	136,21	79,09	321,78	127,63
432260 Venâncio Aires (RS)	32,97	69,12	51,05	103,81	68,63	165,56	92,87	515,34	177,36
432270 Vera Cruz (RS)	28,35	66,69	47,52	104,23	66,42	164,31	90,90	496,38	171,99
MÉDIA SANTA CRUZ DO SUL	27,68	56,89	42,28	89,02	57,86	143,21	79,20	412,49	145,86

28,27	68,60	48,44	123,72	73,53	185,88	101,62	600,53	201,40
33,49	76,86	55,18	133,22	81,19	198,12	110,42	434,75	175,29
25,84	57,67	41,76	94,56	59,36	155,39	83,37	1020,85	270,86
26,37	61,01	43,69	112,52	66,63	187,56	96,87	476,60	172,81
40,65	95,90	68,28	139,97	92,17	207,17	120,92	421,09	180,96
22,42	48,21	35,32	81,34	50,66	130,38	70,59	662,59	188,99
54,55	134,14	94,35	202,62	130,44	271,72	165,76	522,14	237,03
22,19	53,88	38,04	92,78	56,28	143,20	78,01	298,94	122,20
59,62	141,27	100,45	228,33	143,07	377,52	201,69	1124,32	386,21
20,19	51,38	35,79	100,87	57,48	160,48	83,23	405,78	147,74
31,69	80,69	56,19	127,50	79,96	181,85	105,43	541,77	192,70
31,20	82,62	56,91	139,17	84,33	228,64	120,41	762,56	248,84
39,01	84,62	61,82	138,91	87,51	211,95	118,62	474,92	189,88
54,44	118,81	86,63	170,90	114,72	259,46	150,90	700,08	260,74
38,16	90,46	64,31	145,82	91,48	241,08	128,88	635,01	230,11
35,22	83,26	59,24	135,45	84,64	209,36	115,82	603,73	213,40

SANTA MARIA

430290 Cacequi (RS)	23,62	47,13	35,38	82,86	51,20	142,46	74,02	485,07	156,23
430637 Dilermano de Aguiar (RS)	23,30	44,56	33,93	88,15	52,00	151,85	76,97	341,75	129,92
431053 Itaara (RS)	31,50	55,20	43,35	108,05	64,92	148,87	85,91	338,23	136,37
431110 Jaguarí (RS)	16,66	40,12	28,39	69,20	41,99	135,86	65,46	611,90	174,75
431210 Mata (RS)	23,31	43,04	33,18	64,51	43,62	98,31	57,29	511,62	148,16
431303 Nova Esperança do Sul (RS)	22,88	50,00	36,44	82,36	51,75	124,12	69,84	506,20	157,11
431690 Santa Maria (RS)	48,61	106,72	77,67	180,51	111,95	322,33	164,54	938,63	319,36
431912 São Martinho da Serra (RS)	24,35	49,73	37,04	74,42	49,50	117,15	66,41	295,45	112,22
431940 São Pedro do Sul (RS)	24,04	50,44	37,24	84,72	53,07	139,21	74,60	449,95	149,67
431960 São Sepé (RS)	30,56	57,43	44,00	88,08	58,69	167,54	85,90	615,77	191,88
431980 São Vicente do Sul (RS)	21,78	43,59	32,69	68,89	44,75	119,68	63,49	674,31	185,65
432149 Toropi (RS)	11,62	27,14	19,38	48,91	29,22	83,00	42,67	312,81	96,70
432345 Vila Nova do Sul (RS)	27,77	47,42	37,60	68,89	48,03	99,04	60,78	278,21	104,27

26,10	71,20	48,65	114,23	70,51	186,38	99,48	519,44	183,47
19,23	41,70	30,47	75,74	45,56	117,70	63,59	835,82	218,04
31,14	76,71	53,93	119,78	75,88	208,71	109,09	878,61	262,99
38,52	87,70	63,11	142,67	89,63	244,24	128,28	722,03	247,03
33,32	68,76	51,04	119,05	73,71	186,35	101,87	502,08	181,91
54,98	103,58	79,28	147,43	102,00	199,42	126,35	558,49	212,78
54,87	135,60	95,24	232,90	141,12	424,47	211,96	1298,42	429,25
22,17	49,83	36,00	77,99	50,00	125,32	68,83	673,10	189,68
35,86	77,25	56,56	132,43	81,85	204,12	112,42	745,32	239,00
26,48	73,52	50,00	124,61	74,87	213,29	109,48	680,68	223,72
23,03	59,87	41,45	111,22	64,71	183,56	94,42	869,48	249,43
38,20	74,52	56,36	116,07	76,26	173,29	100,52	425,43	165,50
20,22	52,19	36,21	90,45	54,29	151,79	78,66	608,83	184,70

MÉDIA SANTA MARIA	25,38	50,96	38,17	85,35	53,90	142,26	75,99	489,22	158,64
-------------------	-------	-------	-------	-------	-------	--------	-------	--------	--------

SANTA ROSA

430030 Alecrim (RS)	16,67	35,90	26,29	58,53	37,03	96,26	51,84	301,02	101,68
430430 Cândido Godói (RS)	18,30	41,63	29,97	66,21	42,05	124,35	62,62	337,62	117,62
431040 Independência (RS)	20,71	41,28	31,00	69,66	43,88	114,08	61,43	373,71	123,89
431342 Novo Machado (RS)	12,76	34,59	23,68	64,07	37,14	118,55	57,49	366,27	119,25
431500 Porto Lucena (RS)	13,58	30,67	22,13	54,15	32,80	91,99	47,60	309,17	99,91
431505 Porto Mauá (RS)	13,55	32,88	23,22	62,06	36,16	110,79	54,82	314,90	106,84
431507 Porto Vera Cruz (RS)	14,15	31,19	22,67	52,04	32,46	82,96	45,09	238,32	83,73
431720 Santa Rosa (RS)	33,08	68,20	50,64	114,23	71,84	198,53	103,51	677,41	218,29
431790 Santo Cristo (RS)	30,00	58,57	44,29	84,56	57,71	143,03	79,04	410,51	145,33
431849 São José do Inhacorá (RS)	30,19	54,57	42,38	73,03	52,60	112,26	67,51	270,49	108,11
432180 Três de Maio (RS)	24,63	58,28	41,46	96,92	59,94	168,55	87,10	492,28	168,13
432210 Tucunduva (RS)	24,78	52,85	38,82	89,88	55,84	172,13	84,91	632,53	194,43
432230 Tuparendi (RS)	18,08	44,83	31,46	72,55	45,15	123,38	64,71	457,60	143,29
MÉDIA SANTA ROSA	20,81	45,03	32,92	73,68	46,51	127,45	66,74	398,60	133,12

SANTO ÂNGELO

430250 Bossoroca (RS)	20,01	39,82	29,92	64,14	41,32	106,45	57,61	434,40	132,96
430500 Catuípe (RS)	22,88	52,49	37,69	86,57	53,98	159,51	80,36	688,93	202,08
430635 Dezesesseis de Novembro (RS)	11,59	30,30	20,95	48,74	30,21	84,78	43,85	257,59	86,60
430693 Entre-Ijuís (RS)	19,92	39,29	29,61	67,46	42,22	115,98	60,66	415,48	131,63
430783 Eugênio de Castro (RS)	20,48	39,09	29,79	63,12	40,90	109,08	57,94	427,90	131,93
430900 Giruá (RS)	20,18	41,92	31,05	70,87	44,32	132,49	66,37	492,52	151,60
431455 Pirapó (RS)	11,08	26,46	18,77	49,29	28,94	88,54	43,84	235,91	82,26
431770 Santo Antônio das Missões (RS)	13,58	36,20	24,89	58,39	36,06	96,93	51,28	445,47	130,11
431750 Santo Ângelo (RS)	32,89	71,14	52,02	119,72	74,58	219,35	110,78	719,04	232,43
432032 Senador Salgado Filho (RS)	17,80	33,74	25,77	51,69	34,41	93,90	49,28	294,27	98,28
431890 São Luiz Gonzaga (RS)	21,10	47,47	34,29	79,16	49,24	151,34	74,77	573,07	174,43
431915 São Miguel das Missões (RS)	13,35	35,71	24,53	59,94	36,33	106,77	53,94	418,65	126,88
431920 São Nicolau (RS)	14,01	30,02	22,02	48,25	30,76	78,50	42,70	425,99	119,35
432234 Ubiretama (RS)	26,56	49,66	38,11	77,27	51,16	113,53	66,76	281,77	109,76

32,62	74,80	53,71	123,43	76,95	201,43	108,07	716,75	229,81
-------	-------	-------	--------	-------	--------	--------	--------	--------

21,99	55,50	38,75	102,34	59,94	168,03	86,97	404,88	150,55
32,31	75,38	53,85	122,06	76,58	186,97	104,18	567,09	196,76
26,99	69,69	48,34	107,97	68,22	169,24	93,47	697,02	214,18
20,75	74,55	47,65	130,67	75,32	189,08	103,76	484,93	180,00
23,09	58,13	40,61	103,36	61,53	163,34	86,98	455,26	160,64
45,75	98,42	72,09	150,38	98,18	195,33	122,47	409,14	179,80
19,24	59,00	39,12	97,32	58,52	160,26	83,96	324,99	132,16
43,67	108,54	76,11	171,83	108,01	292,51	154,14	930,37	309,38
43,77	92,82	68,30	144,94	93,84	215,18	124,18	609,18	221,18
55,92	104,47	80,20	153,24	104,54	208,90	130,63	502,79	205,06
50,95	101,70	76,33	155,27	102,64	245,63	138,39	730,51	256,81
49,49	104,25	76,87	158,07	103,94	264,81	144,16	670,48	249,42
45,87	92,01	68,94	143,25	93,71	237,84	129,74	719,49	247,69
36,91	84,19	60,55	133,90	85,00	207,47	115,62	577,39	207,97

19,26	47,82	33,54	80,28	49,12	141,66	72,26	549,89	167,78
33,65	76,76	55,21	126,63	79,01	218,76	113,95	754,13	241,99
11,90	49,43	30,67	89,45	50,26	151,76	75,64	350,32	130,57
25,38	62,60	43,99	109,20	65,73	177,06	93,56	479,79	170,81
27,96	67,41	47,69	103,07	66,15	167,06	91,38	643,75	201,85
25,54	66,63	46,09	119,80	70,66	203,89	103,97	737,89	230,75
11,39	38,09	24,74	69,98	39,82	137,75	64,30	374,62	126,37
17,32	51,65	34,49	87,70	52,22	152,58	77,31	569,16	175,68
38,51	100,59	69,55	170,07	103,06	308,31	154,37	1035,23	330,54
28,74	68,08	48,41	112,00	69,61	165,05	93,47	454,13	165,60
32,52	83,52	58,02	139,17	85,07	243,46	124,67	744,64	248,66
16,73	48,69	32,71	79,70	48,37	139,66	71,20	869,64	230,88
15,12	43,52	29,32	77,91	45,52	130,67	66,81	394,80	132,40
34,30	76,56	55,43	113,78	74,88	181,33	101,49	398,33	160,86

432375 Vitória das Missões (RS)	15,35	26,98	21,17	45,33	29,22	93,54	45,30	358,35	107,91
MÉDIA SANTO ÂNGELO	18,72	40,02	29,37	66,00	41,58	116,71	60,36	431,29	134,55

	12,73	54,40	33,57	95,09	54,07	157,30	79,88	359,80	135,86
	23,40	62,38	42,89	104,92	63,57	178,42	92,28	581,07	190,04

TRÊS PASSOS

430185 Barra do Guarita (RS)	14,96	36,35	25,66	55,13	35,48	86,70	48,29	216,45	81,92
430220 Boa Vista do Buricá (RS)	31,64	58,89	45,27	89,21	59,91	146,67	81,60	390,65	143,41
430237 Bom Progresso (RS)	13,30	30,84	22,07	54,85	33,00	94,25	48,31	285,76	95,80
430260 Braga (RS)	10,94	23,14	17,04	44,17	26,08	77,12	38,84	275,56	86,19
430600 Crissiumal (RS)	20,88	46,26	33,57	69,34	45,49	125,22	65,43	462,98	144,94
430632 Derrubadas (RS)	11,50	27,05	19,28	47,06	28,54	77,87	40,87	196,96	72,09
430673 Doutor Maurício Cardoso (RS)	18,66	42,48	30,57	78,79	46,64	137,50	69,36	379,17	131,32
430745 Esperança do Sul (RS)	15,21	30,78	23,00	47,44	31,14	74,18	41,90	249,53	83,43
430960 Horizontina (RS)	29,90	66,98	48,44	111,79	69,56	190,12	99,70	609,27	201,61
430970 Humaitá (RS)	26,09	50,96	38,53	84,66	53,90	139,08	75,20	467,74	153,71
431230 Miraguaí (RS)	8,55	21,39	14,97	37,09	22,34	62,36	32,35	330,95	92,07
431301 Nova Candelária (RS)	24,85	49,09	36,97	69,83	47,92	102,57	61,59	260,88	101,44
430400 Campo Novo (RS)	16,60	37,84	27,22	63,89	39,44	115,87	58,55	388,34	124,51
431540 Redentora (RS)	7,22	16,21	11,72	29,31	17,58	56,02	27,19	298,35	81,42
432023 Sede Nova (RS)	16,96	34,12	25,54	50,36	33,81	89,66	47,78	377,28	113,68
431910 São Martinho (RS)	18,85	46,62	32,74	78,16	47,88	127,03	67,67	372,62	128,66
432140 Tenente Portela (RS)	16,28	35,33	25,81	60,01	37,21	108,08	54,93	383,59	120,66
432147 Tiradentes do Sul (RS)	17,85	33,26	25,56	50,65	33,92	87,56	47,33	238,75	85,61
432190 Três Passos (RS)	23,14	53,46	38,30	94,53	57,04	164,85	84,00	509,98	169,19
432370 Vista Gaúcha (RS)	17,64	40,04	28,84	63,07	40,25	111,54	58,07	332,23	112,90
430165 Barão (RS)	38,84	73,54	56,19	115,05	75,81	170,98	99,60	340,50	147,78
MÉDIA TRÊS PASSOS	19,04	40,70	29,87	66,40	42,05	111,68	59,45	350,84	117,73

	26,14	59,99	43,07	89,92	58,68	139,04	78,77	428,79	148,78
	48,22	106,63	77,43	155,35	103,40	240,18	137,60	794,49	268,97
	23,94	61,67	42,81	88,93	58,18	151,53	81,52	417,37	148,69
	20,09	48,38	34,24	79,97	49,48	138,55	71,75	371,20	131,64
	34,16	78,08	56,12	126,18	79,47	190,23	107,16	488,10	183,35
	18,44	53,09	35,77	93,03	54,85	152,80	79,34	533,60	170,19
	34,87	86,83	60,85	147,63	89,78	230,13	124,87	449,79	189,85
	15,39	52,01	33,70	98,87	55,42	152,61	79,72	328,47	129,47
	50,26	128,97	89,62	203,04	127,42	307,10	172,34	847,97	307,47
	49,81	104,26	77,04	149,17	101,08	225,06	132,08	581,79	222,02
	14,27	47,40	30,84	89,48	50,38	154,43	76,40	364,25	133,97
	44,73	97,38	71,06	149,05	97,05	206,59	124,44	584,07	216,36
	27,30	55,27	41,29	88,83	57,13	152,48	80,97	549,44	174,66
	6,52	23,06	14,79	46,62	25,40	88,30	41,13	318,66	96,63
	31,44	75,20	53,32	127,44	78,03	202,02	109,03	539,46	195,11
	34,53	106,98	70,76	182,23	107,91	269,16	148,23	620,13	242,61
	17,54	51,89	34,72	94,89	54,77	174,63	84,74	563,21	180,43
	18,96	58,27	38,62	95,30	57,51	158,28	82,70	421,43	150,45
	36,93	102,25	69,59	169,38	102,85	263,87	143,11	755,13	265,51
	42,09	78,14	60,12	143,30	87,84	211,50	118,76	553,51	205,71
	76,01	139,66	107,84	190,54	135,40	267,34	168,39	683,76	271,46
	31,98	76,92	54,45	124,25	77,72	194,09	106,81	533,08	192,06

VACARIA

430230 Bom Jesus (RS)	26,53	50,41	38,47	74,12	50,35	123,29	68,59	472,37	149,34
430360 Cambará do Sul (RS)	32,43	64,80	48,62	94,62	63,95	145,18	84,26	447,02	156,81
430367 Campestre da Serra (RS)	41,65	80,49	61,07	120,32	80,82	185,27	106,93	346,71	154,89
430740 Esmeralda (RS)	17,90	37,37	27,64	58,76	38,01	94,04	52,02	331,92	108,00

	36,41	73,76	55,09	120,49	76,89	199,41	107,52	617,10	209,43
	42,93	96,01	69,47	143,84	94,26	223,22	126,50	656,50	232,50
	56,96	106,37	81,67	185,33	116,22	286,83	158,87	580,02	243,10
	22,77	68,50	45,64	110,78	67,35	171,96	93,50	559,19	186,64

431043 Ipê (RS)	33,49	61,42	47,46	104,78	66,56	158,01	89,43	782,83	228,11
431112 Jaquirana (RS)	22,00	45,40	33,70	73,42	46,94	121,81	65,66	304,73	113,47
431130 Lagoa Vermelha (RS)	25,74	54,92	40,33	87,59	56,08	156,89	81,29	516,79	168,39
431237 Monte Alegre dos Campos (RS)	15,80	38,48	27,14	57,60	37,29	107,74	54,91	265,62	97,05
431261 Muitos Capões (RS)	20,81	44,48	32,65	69,73	45,01	142,14	69,29	369,37	129,31
431820 São Francisco de Paula (RS)	28,93	69,59	49,26	112,02	70,18	175,07	96,40	570,95	191,31
431862 São José dos Ausentes (RS)	20,37	29,18	24,78	56,26	35,27	114,65	55,12	372,17	118,53
432250 Vacaria (RS)	34,05	72,38	53,22	117,10	74,51	199,66	105,80	625,69	209,78
MÉDIA VACARIA	26,64	54,08	40,36	85,53	55,42	143,65	77,47	450,51	152,08

65,50	137,95	101,73	193,10	132,18	258,44	163,75	532,33	237,46
33,83	72,82	53,33	108,82	71,82	177,02	98,12	468,67	172,23
35,32	89,85	62,59	147,70	90,96	236,49	127,34	772,69	256,41
27,09	58,69	42,89	93,40	59,73	146,87	81,51	298,41	124,89
41,57	72,44	57,01	109,81	74,61	150,46	93,57	569,37	188,73
34,49	82,17	58,33	138,82	85,16	236,70	123,05	704,49	239,33
39,73	64,60	52,17	110,16	71,50	167,33	95,46	560,52	188,47
48,42	108,68	78,55	173,19	110,10	286,78	154,27	971,80	317,77
40,42	85,99	63,20	136,29	87,56	211,79	118,62	607,59	216,42

ANEXO B – ÍNDICE G (*GROWTH*) DOS MUNICÍPIOS/RS 1991-2000

Código/Microrregião	Município	1º quinto	2º quinto	3º quinto	4º quinto	5º quinto
		G 1º quinto mais pobre, 1991-2000	G 2º quinto mais pobre, 1991-2000	G 3º quinto mais pobre, 1991-2000	G 4º quinto mais pobre, 1991-2000	G 5º quinto mais pobre, 1991-2000
CAMPANHA MERIDIONAL						
430160	Bagé (RS)	0,21	0,31	0,32	0,32	0,29
430660	Dom Pedrito (RS)	0,27	0,40	0,44	0,39	0,52
430965	Hulha Negra (RS)	4,33	0,64	0,34	0,21	0,85
431150	Lavras do Sul (RS)	0,29	0,36	0,43	0,43	0,17
MÉDIA CAMPANHA MERIDIONAL		1,28	0,43	0,38	0,34	0,46
CARAZINHO						
430195	Barra Funda (RS)	0,67	0,78	0,82	0,86	0,67
430215	Boa Vista das Missões (RS)	0,34	0,84	1,07	1,19	1,52
430470	Carazinho (RS)	0,30	0,35	0,39	0,35	0,33
430515	Cerro Grande (RS)	0,56	0,77	1,11	1,10	0,76
430530	Chapada (RS)	0,64	0,79	0,75	0,66	0,42
430585	Coqueiros do Sul (RS)	0,41	0,46	0,36	0,50	0,69
431085	Jaboticaba (RS)	0,63	0,80	0,92	0,92	0,62
431142	Lajeado do Bugre (RS)	2,80	2,17	1,99	1,75	1,89
431295	Nova Boa Vista (RS)	0,59	0,59	0,55	0,40	0,27
431349	Novo Barreiro (RS)	0,40	0,92	1,27	1,23	1,25
431370	Palmeira das Missões (RS)	0,28	0,40	0,48	0,49	0,44
431445	Pinhal (RS)	0,03	0,05	0,10	0,04	0,87
431642	Sagrada Família (RS)	0,89	0,71	0,74	0,89	0,99
431775	Santo Antônio do Planalto (RS)	1,96	1,78	1,56	1,44	0,41
431845	São José das Missões (RS)	0,76	1,06	1,10	1,21	0,88
432010	Sarandi (RS)	0,39	0,49	0,48	0,52	0,62
MÉDIA CARAZINHO		0,73	0,81	0,86	0,85	0,79
CAMPANHA CENTRAL						
431640	Rosário do Sul (RS)	0,45	0,56	0,58	0,55	0,37
431710	Santana do Livramento (RS)	0,27	0,34	0,37	0,38	0,37
431830	São Gabriel (RS)	0,08	0,31	0,42	0,46	0,23
MÉDIA CAMPANHA CENTRAL		0,27	0,40	0,46	0,46	0,32
CAMPANHA OCIDENTAL						
430040	Alegrete (RS)	-0,04	0,12	0,19	0,22	0,16
430187	Barra do Quaraí (RS)	-0,03	0,20	0,23	0,26	0,08
430865	Garruchos (RS)	0,04	0,37	0,57	0,57	0,71
431060	Itaqui (RS)	-0,12	0,19	0,26	0,31	0,21
431175	Manoel Viana (RS)	-0,45	0,00	0,15	0,19	0,35

431171 Maçambará (RS)	0,20	0,50	0,52	0,42	0,67
431530 Quaraí (RS)	0,27	0,37	0,38	0,33	0,19
431800 São Borja (RS)	0,15	0,31	0,31	0,27	0,16
431810 São Francisco de Assis (RS)	0,10	0,22	0,32	0,36	0,34
432240 Uruguaiana (RS)	-0,10	0,05	0,13	0,15	0,22
MÉDIA CAMPANHA OCIDENTAL	0,00	0,23	0,31	0,31	0,31

CAMAQUÃ

430085 Arambaré (RS)	0,20	0,25	0,29	0,32	0,67
430190 Barra do Ribeiro (RS)	-0,13	0,07	0,15	0,21	0,24
430350 Camaquã (RS)	0,23	0,37	0,42	0,41	0,35
430517 Cerro Grande do Sul (RS)	0,13	0,15	0,23	0,24	0,03
430544 Chuvisca (RS)	0,82	0,74	0,74	0,72	0,88
430650 Dom Feliciano (RS)	0,45	0,63	0,75	0,74	0,43
432035 Sentinela do Sul (RS)	0,29	0,43	0,58	0,58	0,41
432055 Sertão Santana (RS)	0,16	0,26	0,29	0,29	0,42
432110 Tapes (RS)	-0,03	0,13	0,21	0,23	0,23
MÉDIA CAMAQUÃ	0,23	0,34	0,41	0,42	0,41

CACHOEIRA

430300 Cachoeira do Sul (RS)	0,30	0,39	0,45	0,44	0,16
430513 Cerro Branco (RS)	0,39	0,73	0,86	0,75	0,52
431339 Novo Cabrais (RS)	-0,15	0,14	0,14	0,11	0,10
431395 Pantano Grande (RS)	0,04	0,23	0,32	0,35	0,28
431402 Paraíso do Sul (RS)	0,12	0,34	0,38	0,35	0,11
431407 Passo do Sobrado (RS)	1,37	0,94	0,74	0,68	-0,10
431570 Rio Pardo (RS)	0,11	0,37	0,47	0,48	0,36
MÉDIA CACHOEIRA	0,31	0,45	0,48	0,45	0,20

CAXIAS DO SUL

430080 Antônio Prado (RS)	0,81	0,76	0,72	0,65	0,31
430210 Bento Gonçalves (RS)	0,26	0,36	0,40	0,43	0,35
430225 Boa Vista do Sul (RS)	1,30	1,46	1,55	1,46	1,02
430480 Carlos Barbosa (RS)	0,51	0,51	0,50	0,50	0,52
430510 Caxias do Sul (RS)	0,04	0,11	0,15	0,19	0,29
430595 Cotiporã (RS)	0,46	0,54	0,53	0,54	0,48
430786 Fagundes Varela (RS)	1,39	1,07	0,86	0,65	0,38
430790 Farroupilha (RS)	0,07	0,14	0,14	0,17	0,20
430820 Flores da Cunha (RS)	0,66	0,63	0,66	0,68	0,67
430860 Garibaldi (RS)	0,70	0,62	0,63	0,62	0,50
431238 Monte Belo do Sul (RS)	0,41	0,40	0,50	0,60	0,61
431308 Nova Pádua (RS)	0,27	0,35	0,45	0,41	0,61
431335 Nova Roma do Sul (RS)	1,20	1,18	1,09	0,92	0,69
431725 Santa Tereza (RS)	0,37	0,67	0,76	0,78	0,73
431900 São Marcos (RS)	0,22	0,22	0,20	0,23	0,19
432280 Veranópolis (RS)	0,40	0,42	0,41	0,40	0,58
432330 Vila Flores (RS)	1,07	0,74	0,57	0,45	0,11
MÉDIA CAXIAS DO SUL	0,60	0,60	0,60	0,57	0,48

CERRO LARGO

430330 Caibaté (RS)	0,53	0,86	0,89	0,87	0,45
430370 Campina das Missões (RS)	1,22	1,13	1,07	0,95	0,55
430520 Cerro Largo (RS)	0,82	0,74	0,65	0,52	0,62
430950 Guarani das Missões (RS)	0,18	0,34	0,38	0,36	0,33
431510 Porto Xavier (RS)	0,10	0,49	0,67	0,73	0,48
431630 Roque Gonzales (RS)	-0,13	0,26	0,43	0,53	0,54
431647 Salvador das Missões (RS)	1,49	1,25	1,27	1,10	0,67
432057 Sete de Setembro (RS)	0,27	0,56	0,58	0,65	0,56
431930 São Paulo das Missões (RS)	1,54	1,03	0,91	0,77	0,56
431937 São Pedro do Butiá (RS)	0,37	0,52	0,58	0,50	0,25
MÉDIA CERRO LARGO	0,64	0,72	0,74	0,70	0,50

CRUZ ALTA

430055 Alto Alegre (RS)	1,35	1,50	1,40	1,53	0,69
430410 Campos Borges (RS)	0,22	0,55	0,76	0,79	0,82
430610 Cruz Alta (RS)	0,21	0,39	0,43	0,45	0,48
430750 Espumoso (RS)	0,42	0,66	0,83	1,01	0,23
430845 Fortaleza dos Valos (RS)	0,71	0,82	0,74	0,80	0,85
431000 Ibirubá (RS)	0,36	0,46	0,49	0,45	0,60
431115 Jóia (RS)	-0,05	0,20	0,36	0,39	0,44
431535 Quinze de Novembro (RS)	0,92	0,87	0,97	0,88	0,31
431643 Saldanha Marinho (RS)	0,78	0,78	0,78	0,72	0,02
431645 Salto do Jacuí (RS)	0,15	0,34	0,37	0,38	0,35
431670 Santa Bárbara do Sul (RS)	0,32	0,53	0,60	0,50	0,25
MÉDIA CRUZ ALTA	0,49	0,64	0,70	0,72	0,46

ERECHIM

430380 Campinas do Sul (RS)	0,59	0,78	0,77	0,68	0,48
430090 Aratiba (RS)	0,55	0,56	0,47	0,40	0,37
430192 Barra do Rio Azul (RS)	0,59	0,78	0,60	0,53	0,62
430170 Barão de Cotegipe (RS)	1,38	1,14	0,98	0,83	0,81
430205 Benjamim Constant do Sul (RS)	0,20	0,17	0,37	0,58	0,37
430485 Carlos Gomes (RS)	-0,11	0,08	0,14	0,11	-0,06
430511 Centenário (RS)	0,94	1,30	1,35	1,26	0,21
430695 Entre Rios do Sul (RS)	0,54	0,53	0,59	0,45	0,69
430697 Erebangó (RS)	0,20	0,28	0,34	0,37	0,39
430700 Erechim (RS)	0,40	0,43	0,40	0,34	0,25
430720 Erval Grande (RS)	0,77	0,89	0,95	0,87	0,58
430755 Estação (RS)	0,52	0,60	0,64	0,60	0,47
430805 Faxinalzinho (RS)	0,66	1,04	0,93	0,86	0,96
430825 Floriano Peixoto (RS)	0,42	0,20	0,17	0,17	0,31
430870 Gaurama (RS)	0,78	0,75	0,68	0,74	0,76
430890 Getúlio Vargas (RS)	0,11	0,33	0,45	0,49	0,39
431046 Ipiranga do Sul (RS)	0,13	0,27	0,37	0,41	0,56
431070 Itatiba do Sul (RS)	0,95	1,08	1,06	1,09	0,90
431090 Jacutinga (RS)	0,48	0,69	0,68	0,58	0,48
431190 Marcelino Ramos (RS)	0,49	0,69	0,62	0,48	0,37
431200 Mariano Moro (RS)	0,92	0,74	0,54	0,45	0,60

431478 Ponte Preta (RS)	1,09	1,11	1,08	1,00	0,62
432060 Severiano de Almeida (RS)	1,88	1,42	1,16	1,06	1,15
431970 São Valentim (RS)	0,54	1,29	1,20	0,87	0,15
432163 Três Arroios (RS)	0,37	0,47	0,42	0,24	0,09
432290 Viadutos (RS)	0,56	0,53	0,65	0,64	0,48
430155 Áurea (RS)	0,69	0,85	0,86	0,70	0,44
MÉDIA ERECHIM	0,62	0,70	0,68	0,62	0,50

FREDERICO

430050 Alpestre (RS)	0,61	0,78	0,82	0,87	1,00
430064 Ametista do Sul (RS)	1,59	1,39	1,20	0,91	1,01
430340 Caiçara (RS)	2,05	1,47	1,35	1,06	0,52
430580 Constantina (RS)	0,94	1,17	1,16	1,02	0,67
430607 Cristal do Sul (RS)	-0,22	0,47	1,02	1,25	1,05
430642 Dois Irmãos das Missões (RS)	0,17	0,88	1,00	1,10	0,53
430692 Engenho Velho (RS)	2,42	3,19	2,96	2,39	0,64
430730 Erval Seco (RS)	0,30	0,42	0,55	0,65	0,46
430850 Frederico Westphalen (RS)	0,69	0,75	0,77	0,70	0,49
430912 Gramado dos Loureiros (RS)	0,05	0,61	0,80	0,86	1,13
431050 Iraí (RS)	0,16	0,37	0,39	0,36	0,48
431160 Liberato Salzano (RS)	2,03	1,76	1,54	1,23	1,03
431270 Nonoai (RS)	0,07	0,29	0,38	0,43	0,23
431344 Novo Tiradentes (RS)	-0,07	0,24	0,58	0,63	0,44
431380 Palmitinho (RS)	6,08	4,02	3,41	2,49	1,39
431449 Pinheirinho do Vale (RS)	1,27	1,16	1,31	1,41	0,62
431470 Planalto (RS)	0,44	0,65	0,66	0,62	0,63
431555 Rio dos Índios (RS)	0,92	0,84	0,86	1,10	1,18
431590 Rodeio Bonito (RS)	0,80	0,93	0,90	0,83	0,95
431620 Rondinha (RS)	1,60	1,50	1,33	1,10	0,43
432020 Seberí (RS)	0,80	1,02	1,15	1,00	0,86
432132 Taquaruçu do Sul (RS)	0,41	0,71	0,81	0,81	0,44
432195 Trindade do Sul (RS)	0,20	0,91	1,20	1,21	0,99
432185 Três Palmeiras (RS)	0,74	1,04	1,07	0,92	0,57
432310 Vicente Dutra (RS)	0,92	0,78	0,75	0,82	0,52
432350 Vista Alegre (RS)	0,66	0,69	0,35	0,04	-0,11
MÉDIA FREDERICO	0,99	1,08	1,09	0,99	0,70

GRAMADO-CANELA

430440 Canela (RS)	0,36	0,43	0,41	0,42	0,44
430640 Dois Irmãos (RS)	0,34	0,37	0,33	0,29	0,29
430910 Gramado (RS)	0,55	0,47	0,39	0,41	0,40
431010 Igrejinha (RS)	0,22	0,19	0,15	0,13	0,29
431080 Ivoti (RS)	0,31	0,27	0,25	0,23	0,26
431162 Lindolfo Collor (RS)	0,48	0,48	0,55	0,56	0,46
431247 Morro Reuter (RS)	0,80	0,60	0,51	0,46	0,72
431320 Nova Petrópolis (RS)	0,67	0,62	0,61	0,53	0,46
431442 Picada Café (RS)	0,99	0,89	0,82	0,80	0,43
431514 Presidente Lucena (RS)	1,50	0,75	0,60	0,54	0,79
431575 Riozinho (RS)	1,24	1,39	1,05	0,82	0,64

431600 Rolante (RS)	0,59	0,67	0,66	0,59	0,50
431695 Santa Maria do Herval (RS)	1,09	0,87	0,71	0,64	0,57
432120 Taquara (RS)	0,21	0,24	0,20	0,19	0,20
432170 Três Coroas (RS)	0,54	0,47	0,41	0,34	0,42
MÉDIA GRAMADO-CANELA	0,66	0,58	0,51	0,46	0,46

GUAPORÉ

430066 André da Rocha (RS)	0,85	0,75	0,53	0,41	0,80
430070 Anta Gorda (RS)	1,74	1,48	1,27	1,04	0,69
430140 Arvorezinha (RS)	0,63	0,62	0,64	0,58	0,44
430645 Dois Lajeados (RS)	2,33	1,73	1,74	1,81	0,73
430925 Guabiju (RS)	1,21	1,67	1,95	1,95	0,93
430940 Guaporé (RS)	0,53	0,51	0,51	0,50	0,54
431030 Ilópolis (RS)	0,45	0,48	0,36	0,38	0,72
431057 Itapuca (RS)	0,60	0,65	0,63	0,55	0,41
431235 Montauri (RS)	2,59	2,03	1,40	1,13	1,05
431275 Nova Alvorada (RS)	2,35	2,75	2,26	1,60	0,52
431280 Nova Araçá (RS)	-0,25	-0,18	-0,09	0,03	0,42
431290 Nova Bassano (RS)	1,33	1,02	0,84	0,80	0,78
431330 Nova Prata (RS)	0,31	0,32	0,33	0,32	0,42
431400 Paraí (RS)	1,70	1,51	1,33	1,15	0,64
431517 Protásio Alves (RS)	0,71	0,83	0,97	1,13	1,31
431520 Putinga (RS)	1,01	1,00	0,80	0,64	1,85
432040 Serafina Corrêa (RS)	0,60	0,52	0,46	0,42	0,49
431844 São Jorge (RS)	1,33	1,60	1,44	1,23	0,73
431971 São Valentim do Sul (RS)	1,68	1,52	1,41	1,28	1,48
432235 União da Serra (RS)	0,70	0,70	0,80	0,89	1,21
432360 Vista Alegre do Prata (RS)	2,34	1,87	1,58	1,38	0,63
MÉDIA GUAPORÉ	1,18	1,11	1,01	0,92	0,80

IJUÍ

430020 Ajuricaba (RS)	1,13	1,29	1,22	1,03	0,53
430045 Alegria (RS)	-0,21	0,20	0,38	0,41	0,39
430150 Augusto Pestana (RS)	0,83	0,82	0,76	0,64	0,16
430540 Chiapeta (RS)	0,11	0,25	0,34	0,28	0,19
430570 Condor (RS)	0,43	0,43	0,34	0,35	0,53
430587 Coronel Barros (RS)	0,44	0,68	0,73	0,63	0,54
430590 Coronel Bicaco (RS)	0,35	0,52	0,59	0,61	0,57
431020 Ijuí (RS)	0,14	0,40	0,48	0,52	0,48
431041 Inhacorá (RS)	0,55	0,84	1,00	0,98	0,37
431333 Nova Ramada (RS)	0,71	1,02	1,01	0,84	0,34
431390 Panambi (RS)	0,58	0,64	0,67	0,70	0,76
431430 Pejuçara (RS)	0,72	1,28	1,31	1,12	0,19
431780 Santo Augusto (RS)	-0,08	0,22	0,40	0,38	0,15
431973 São Valério do Sul (RS)	-0,58	-0,21	0,24	0,53	0,59
MÉDIA IJUÍ	0,37	0,60	0,68	0,64	0,41

JAGUARÃO

430130 Arroio Grande (RS)	-0,01	0,14	0,20	0,23	0,35
---------------------------	-------	------	------	------	------

430710 Herval (RS)	-0,43	-0,01	0,21	0,27	0,27
431100 Jaguarão (RS)	0,33	0,36	0,38	0,36	0,33
MÉDIA JAGUARÃO	-0,03	0,17	0,26	0,29	0,32

LAJEADO/ESTRELA

430100 Arroio do Meio (RS)	0,66	0,55	0,50	0,47	0,56
430240 Bom Retiro do Sul (RS)	0,70	0,60	0,54	0,48	0,48
430245 Boqueirão do Leão (RS)	0,01	0,10	0,18	0,18	0,16
430469 Capitão (RS)	1,70	1,31	1,13	1,14	1,06
430558 Colinas (RS)	0,44	0,48	0,45	0,47	0,36
430620 Cruzeiro do Sul (RS)	0,61	0,62	0,58	0,54	0,53
430675 Doutor Ricardo (RS)	0,15	0,28	0,34	0,42	0,64
430680 Encantado (RS)	0,15	0,18	0,19	0,19	0,22
430780 Estrela (RS)	0,24	0,29	0,30	0,31	0,31
430807 Fazenda Vilanova (RS)	0,81	0,65	0,45	0,33	0,31
431036 Imigrante (RS)	0,91	0,83	0,75	0,67	0,61
431140 Lajeado (RS)	0,26	0,28	0,27	0,27	0,31
431205 Marques de Souza (RS)	0,51	0,93	1,07	1,03	0,39
431260 Muçum (RS)	0,10	0,23	0,18	0,16	0,24
431300 Nova Bréscia (RS)	1,02	0,93	0,74	0,55	0,84
431415 Paverama (RS)	1,01	0,97	0,91	0,83	0,64
431513 Pouso Novo (RS)	-0,76	-0,14	0,28	0,35	0,63
431515 Progresso (RS)	0,84	0,85	0,85	0,73	0,42
431545 Relvado (RS)	0,93	0,85	0,77	0,68	0,50
431580 Roca Sales (RS)	0,53	0,50	0,54	0,61	0,49
431675 Santa Clara do Sul (RS)	1,34	1,17	1,05	0,94	0,58
432045 Sério (RS)	0,55	0,49	0,54	0,53	0,39
432085 Tabaí (RS)	0,93	0,99	0,93	0,86	0,82
432130 Taquari (RS)	0,69	0,59	0,59	0,56	0,52
432145 Teutônia (RS)	0,45	0,43	0,44	0,41	0,33
432162 Travesseiro (RS)	1,07	1,16	1,06	0,99	0,68
432285 Vespasiano Correa (RS)	0,65	0,66	0,71	0,79	0,82
MÉDIA LAJEADO/ESTRELA	0,61	0,62	0,61	0,57	0,51

LITORAL LAGUNAR

430543 Chuí (RS)	0,51	0,63	0,62	0,45	0,04
431560 Rio Grande (RS)	0,01	0,15	0,23	0,27	0,35
431730 Santa Vitória do Palmar (RS)	0,03	0,15	0,18	0,18	0,74
431850 São José do Norte (RS)	-0,20	-0,01	0,12	0,25	0,26
MÉDIA LITORAL LAGUNAR	0,09	0,23	0,29	0,28	0,35

MONTENEGRO

430057 Alto Feliz (RS)	1,57	1,09	0,84	0,78	0,59
430235 Bom Princípio (RS)	0,49	0,53	0,51	0,49	0,47
430265 Brochier (RS)	0,52	0,54	0,57	0,60	0,51
430468 Capela de Santana (RS)	0,08	0,13	0,17	0,22	0,29
430810 Feliz (RS)	0,71	0,67	0,63	0,58	0,18
430955 Harmonia (RS)	0,91	0,72	0,56	0,45	0,32
431164 Linha Nova (RS)	1,56	1,66	1,50	1,42	0,36

431179	Maratá (RS)	1,17	1,05	1,01	0,90	0,59
431240	Montenegro (RS)	0,16	0,25	0,27	0,27	0,39
431403	Pareci Novo (RS)	0,92	0,87	0,79	0,58	0,43
431480	Portão (RS)	0,45	0,44	0,44	0,44	0,76
431475	Poço das Antas (RS)	1,03	1,29	1,21	1,03	0,51
431650	Salvador do Sul (RS)	1,22	1,13	1,05	0,94	0,69
431848	São José do Hortêncio (RS)	1,26	0,95	0,83	0,77	0,63
431935	São Pedro da Serra (RS)	0,93	0,92	0,85	0,81	0,44
431950	São Sebastião do Caí (RS)	0,36	0,40	0,32	0,26	0,37
431975	São Vendelino (RS)	2,12	1,96	1,72	1,30	0,93
432225	Tupandi (RS)	1,17	1,12	0,97	0,89	0,96
432254	Vale Real (RS)	1,30	0,98	0,87	0,80	0,89
MÉDIA MONTENEGRO		0,94	0,88	0,79	0,71	0,54

NÃO-ME-TOQUE

430560	Colorado (RS)	0,15	0,15	0,09	-0,03	-0,27
431127	Lagoa dos Três Cantos (RS)	0,43	0,74	0,85	1,06	0,63
431265	Não-Me-Toque (RS)	0,33	0,39	0,42	0,48	0,40
432030	Selbach (RS)	0,20	0,25	0,28	0,30	1,14
432100	Tapera (RS)	0,17	0,32	0,38	0,46	0,43
432320	Victor Graeff (RS)	1,95	1,65	1,44	1,41	0,91
MÉDIA NÃO-ME-TOQUE		0,54	0,58	0,58	0,61	0,54

OSÓRIO

430105	Arroio do Sal (RS)	0,20	0,26	0,31	0,35	0,28
430163	Balneário Pinhal (RS)	-0,05	0,09	0,16	0,27	0,41
430467	Capivari do Sul (RS)	0,03	0,08	0,09	0,11	0,36
430463	Capão da Canoa (RS)	-0,31	-0,13	0,00	0,11	0,29
430471	Caraá (RS)	0,07	0,37	0,43	0,49	0,41
430545	Cidreira (RS)	0,24	0,17	0,20	0,27	0,47
430655	Dom Pedro de Alcântara (RS)	0,74	0,82	0,99	0,92	0,70
431033	Imbé (RS)	-0,10	0,02	0,13	0,23	0,37
431173	Mampituba (RS)	-0,08	-0,01	0,09	0,19	0,24
431177	Maquiné (RS)	0,29	0,44	0,52	0,57	0,53
431244	Morrinhos do Sul (RS)	0,02	0,08	0,06	0,11	0,24
431250	Mostardas (RS)	0,01	0,19	0,29	0,30	0,05
431350	Osório (RS)	0,22	0,25	0,29	0,28	0,18
431365	Palmares do Sul (RS)	-0,24	0,26	0,45	0,51	0,02
431760	Santo Antônio da Patrulha (RS)	0,17	0,34	0,37	0,36	0,10
432135	Tavares (RS)	0,43	0,41	0,36	0,24	0,26
432143	Terra de Areia (RS)	-0,05	0,23	0,29	0,32	0,35
432150	Torres (RS)	0,41	0,52	0,50	0,46	0,24
432160	Tramandaí (RS)	0,00	0,21	0,33	0,43	0,63
432166	Três Cachoeiras (RS)	0,46	0,42	0,36	0,25	-0,11
432183	Três Forquilhas (RS)	0,56	0,83	0,96	0,97	0,45
432380	Xangri-lá (RS)	0,09	0,09	0,12	0,15	0,12
MÉDIA OSÓRIO		0,14	0,27	0,33	0,36	0,30

PASSO FUNDO

430355 Camargo (RS)	0,87	0,85	0,87	0,84	0,68
430490 Casca (RS)	1,74	1,46	1,21	1,02	0,98
430495 Caseiros (RS)	-0,53	0,11	0,51	0,80	0,59
430537 Charrua (RS)	0,22	0,32	0,34	0,42	0,32
430550 Ciriaco (RS)	0,14	0,37	0,42	0,44	0,69
430597 Coxilha (RS)	0,22	0,30	0,36	0,37	0,38
430630 David Canabarro (RS)	1,45	1,34	1,09	0,91	0,68
430705 Ernestina (RS)	1,40	1,36	1,13	1,00	0,87
430885 Gentil (RS)	1,85	1,56	1,34	1,14	1,13
430990 Ibiraiaras (RS)	0,09	0,18	0,22	0,25	0,44
431180 Marau (RS)	1,02	0,77	0,71	0,67	0,46
431213 Mato Castelhana (RS)	0,94	0,98	0,94	0,90	0,77
431262 Muliterno (RS)	1,29	0,78	0,64	0,61	0,51
431267 Nicolau Vergueiro (RS)	1,67	1,18	1,00	0,81	0,59
431410 Passo Fundo (RS)	0,11	0,29	0,33	0,34	0,42
431477 Pontão (RS)	0,82	1,09	1,16	1,26	0,94
431610 Ronda Alta (RS)	0,93	1,11	1,11	0,99	0,90
431755 Santo Antônio do Palma (RS)	1,70	1,41	1,22	1,13	0,93
432050 Sertão (RS)	0,93	1,14	1,10	1,02	1,06
431805 São Domingos do Sul (RS)	0,55	0,51	0,52	0,49	0,34
432090 Tapejara (RS)	1,13	0,97	0,82	0,75	0,61
432255 Vanini (RS)	0,76	0,71	0,68	0,65	0,64
432335 Vila Lângaro (RS)	1,68	1,40	0,97	0,75	0,76
432340 Vila Maria (RS)	1,37	1,02	0,85	0,80	0,63
430005 Água Santa (RS)	1,51	1,32	1,27	1,13	0,71
MÉDIA PASSO FUNDO	0,95	0,90	0,83	0,78	0,68

PELOTAS

430450 Canguçu (RS)	0,54	0,75	0,81	0,73	0,36
430466 Capão do Leão (RS)	-0,27	0,10	0,25	0,29	0,42
430512 Cerrito (RS)	0,12	0,27	0,31	0,32	0,16
430605 Cristal (RS)	0,43	0,58	0,57	0,49	-0,05
431245 Morro Redondo (RS)	0,16	0,33	0,42	0,43	0,63
431420 Pedro Osório (RS)	-0,15	-0,10	0,00	0,07	0,20
431440 Pelotas (RS)	0,09	0,24	0,29	0,31	0,33
431880 São Lourenço do Sul (RS)	0,06	0,23	0,32	0,36	0,21
432232 Turuçu (RS)	0,21	0,29	0,38	0,29	-0,37
MÉDIA PELOTAS	0,13	0,30	0,37	0,37	0,21

PORTO ALEGRE

430060 Alvorada (RS)	-0,01	0,09	0,15	0,19	0,26
430087 Araricá (RS)	0,77	0,49	0,47	0,44	0,48
430310 Cachoeirinha (RS)	0,05	0,20	0,25	0,28	0,33
430390 Campo Bom (RS)	0,53	0,48	0,41	0,37	0,42
430460 Canoas (RS)	-0,04	0,11	0,18	0,24	0,32
430676 Eldorado do Sul (RS)	0,06	0,25	0,29	0,34	0,37
430770 Esteio (RS)	0,10	0,22	0,26	0,29	0,35
430760 Estância Velha (RS)	0,13	0,20	0,22	0,21	0,20
430905 Glorinha (RS)	0,58	0,61	0,64	0,64	0,68

430920 Gravataí (RS)	0,02	0,16	0,22	0,27	0,35
430930 Guaíba (RS)	0,06	0,20	0,25	0,30	0,38
431198 Mariana Pimentel (RS)	0,33	0,23	0,22	0,23	0,43
431306 Nova Hartz (RS)	0,17	0,23	0,21	0,22	0,24
431337 Nova Santa Rita (RS)	0,41	0,44	0,42	0,32	0,41
431340 Novo Hamburgo (RS)	0,09	0,15	0,15	0,17	0,25
431405 Parobé (RS)	0,15	0,17	0,19	0,19	0,15
431490 Porto Alegre (RS)	0,00	0,09	0,15	0,23	0,35
431990 Sapiranga (RS)	0,31	0,29	0,28	0,29	0,40
432000 Sapucaia do Sul (RS)	0,17	0,29	0,32	0,34	0,36
431870 São Leopoldo (RS)	0,13	0,24	0,26	0,27	0,28
432300 Viamão (RS)	-0,07	0,07	0,14	0,19	0,25
MÉDIA PORTO ALEGRE	0,19	0,25	0,27	0,29	0,35

RESTINGA SECA

430010 Agudo (RS)	0,95	0,85	0,72	0,50	0,30
430670 Dona Francisca (RS)	0,22	0,17	0,19	0,13	-0,02
430800 Faxinal do Soturno (RS)	0,79	0,64	0,64	0,66	0,50
430840 Formigueiro (RS)	0,66	0,84	1,04	0,99	0,22
431075 Ivorá (RS)	0,85	0,95	0,81	0,62	0,31
431310 Nova Palma (RS)	1,14	1,44	1,38	1,07	0,69
431550 Restinga Seca (RS)	0,23	0,37	0,37	0,32	0,21
431843 São João do Polêsine (RS)	0,63	0,75	0,77	0,83	1,04
432065 Silveira Martins (RS)	1,02	0,97	0,91	0,77	0,54
MÉDIA RESTINGA SECA	0,72	0,78	0,76	0,65	0,42

SANANDUVA

430180 Barracão (RS)	0,25	0,61	0,71	0,70	0,71
430320 Cacique Doble (RS)	0,70	1,37	1,37	1,21	0,76
430980 Ibiaçá (RS)	1,10	1,00	1,00	1,04	1,35
431170 Machadinho (RS)	0,86	0,98	0,92	0,85	0,49
431220 Maximiliano de Almeida (RS)	0,92	1,03	1,12	1,08	0,35
431360 Paim Filho (RS)	1,94	2,19	2,05	1,76	1,34
431660 Sananduva (RS)	0,77	0,69	0,68	0,57	0,97
431795 Santo Expedito do Sul (RS)	1,09	0,93	0,84	0,85	0,99
431860 São José do Ouro (RS)	0,69	0,85	0,88	0,83	0,72
431842 São João da Urtiga (RS)	2,27	2,14	1,98	1,54	0,81
432218 Tupanci do Sul (RS)	0,74	0,65	0,70	0,77	0,97
MÉDIA SANANDUVA	1,03	1,13	1,11	1,02	0,86

SANTIAGO

431055 Itacurubi (RS)	1,15	1,29	1,20	1,06	0,36
431113 Jari (RS)	0,30	0,68	0,92	0,99	0,55
431120 Júlio de Castilhos (RS)	0,36	0,46	0,54	0,50	0,16
431447 Pinhal Grande (RS)	0,79	0,91	0,86	0,75	0,56
431532 Quevedos (RS)	-0,47	-0,14	0,03	0,11	0,65
431740 Santiago (RS)	0,31	0,45	0,50	0,49	0,61
432220 Tupanciretã (RS)	0,20	0,30	0,34	0,35	0,21
432237 Unistalda (RS)	-0,59	-0,09	0,10	0,25	0,47

MÉDIA SANTIAGO	0,26	0,48	0,56	0,56	0,45
-----------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------

SÃO GERÔNIMO

430110 Arroio dos Ratos (RS)	0,48	0,55	0,58	0,58	0,59
430175 Barão do Triunfo (RS)	0,21	0,31	0,45	0,59	0,53
430270 Butiá (RS)	0,34	0,45	0,47	0,48	0,50
430535 Charqueadas (RS)	0,21	0,34	0,41	0,49	0,46
430880 General Câmara (RS)	0,42	0,72	0,74	0,72	0,57
431225 Minas do Leão (RS)	0,07	0,18	0,29	0,42	0,36
431840 São Jerônimo (RS)	-0,18	0,04	0,16	0,20	0,41
432200 Triunfo (RS)	0,09	0,23	0,28	0,30	0,34
432252 Vale Verde (RS)	1,54	1,24	1,25	1,17	0,35
MÉDIA SÃO GERÔNIMO	0,35	0,45	0,51	0,55	0,45

SERRAS DO SUDESTE

430063 Amaral Ferrador (RS)	0,93	0,90	0,76	0,63	0,38
430435 Candiota (RS)	-0,40	-0,19	-0,03	0,09	0,24
430280 Caçapava do Sul (RS)	0,33	0,43	0,46	0,40	0,33
430690 Encruzilhada do Sul (RS)	0,40	0,65	0,60	0,48	0,41
431450 Pinheiro Machado (RS)	0,17	0,34	0,41	0,36	0,30
431460 Piratini (RS)	0,35	0,56	0,68	0,69	0,61
431700 Santana da Boa Vista (RS)	-0,67	-0,18	0,04	0,19	0,69
MÉDIA SERRAS DO SUDESTE	0,16	0,36	0,42	0,40	0,39

SOLEDADE

430200 Barros Cassal (RS)	0,30	0,42	0,52	0,49	0,42
430830 Fontoura Xavier (RS)	0,12	0,58	0,69	0,72	0,68
430995 Ibirapuitã (RS)	0,10	0,34	0,49	0,56	0,32
431125 Lagoão (RS)	-0,15	0,11	0,30	0,50	0,46
431242 Mormaço (RS)	0,96	1,10	1,10	1,29	0,86
432080 Soledade (RS)	0,76	0,77	0,66	0,52	0,41
431846 São José do Herval (RS)	0,56	0,64	0,61	0,55	0,44
432215 Tunas (RS)	0,80	0,96	0,86	0,84	0,42
MÉDIA SOLEDADE	0,43	0,61	0,65	0,68	0,50

SANTA CRUZ DO SUL

430120 Arroio do Tigre (RS)	0,72	0,85	0,84	0,80	0,63
430420 Candelária (RS)	0,29	0,42	0,52	0,49	0,41
430650 Dom Feliciano (RS)	0,45	0,63	0,75	0,74	0,43
430915 Gramado Xavier (RS)	-0,30	-0,20	-0,11	-0,01	1,10
430957 Herveiras (RS)	0,08	0,13	0,22	0,34	0,53
430975 Ibarama (RS)	0,84	0,94	0,87	0,68	0,25
430781 Estrela Velha (RS)	0,04	0,04	0,12	0,18	0,87
431215 Mato Leitão (RS)	0,58	0,80	0,82	0,68	0,41
431406 Passa Sete (RS)	-0,13	0,13	0,29	0,31	0,20
431680 Santa Cruz do Sul (RS)	0,10	0,27	0,35	0,39	0,35
432026 Segredo (RS)	0,26	0,36	0,48	0,45	0,43
432067 Sinimbu (RS)	0,14	0,31	0,42	0,40	0,47
432070 Sobradinho (RS)	0,33	0,43	0,50	0,46	0,34

432253 Vale do Sol (RS)	0,32	0,45	0,46	0,50	0,49
432260 Venâncio Aires (RS)	0,65	0,70	0,67	0,62	0,47
432270 Vera Cruz (RS)	0,35	0,35	0,38	0,42	0,34
MÉDIA SANTA CRUZ DO SUL	0,29	0,41	0,47	0,46	0,48

SANTA MARIA

430290 Cacequi (RS)	0,10	0,38	0,38	0,34	0,17
430637 Dilermano de Aguiar (RS)	-0,17	-0,10	-0,12	-0,17	0,68
431053 Itaara (RS)	-0,01	0,24	0,17	0,27	0,93
431110 Jaguari (RS)	1,31	1,22	1,13	0,96	0,41
431210 Mata (RS)	0,43	0,54	0,69	0,78	0,23
431303 Nova Esperança do Sul (RS)	1,40	1,18	0,97	0,81	0,35
431690 Santa Maria (RS)	0,13	0,23	0,26	0,29	0,34
431912 São Martinho da Serra (RS)	-0,09	-0,03	0,01	0,04	0,69
431940 São Pedro do Sul (RS)	0,49	0,52	0,54	0,51	0,60
431960 São Sepé (RS)	-0,13	0,14	0,28	0,27	0,17
431980 São Vicente do Sul (RS)	0,06	0,27	0,45	0,49	0,34
432149 Toropi (RS)	2,29	1,91	1,61	1,36	0,71
432345 Vila Nova do Sul (RS)	-0,27	-0,04	0,13	0,29	0,77
MÉDIA SANTA MARIA	0,43	0,50	0,50	0,48	0,49

SANTA ROSA

430030 Alecrim (RS)	0,32	0,47	0,62	0,68	0,48
430430 Cândido Godói (RS)	0,77	0,80	0,82	0,66	0,67
431040 Independência (RS)	0,30	0,56	0,55	0,52	0,73
431342 Novo Machado (RS)	0,63	1,01	1,03	0,80	0,51
431500 Porto Lucena (RS)	0,70	0,84	0,88	0,83	0,61
431505 Porto Mauá (RS)	2,38	2,11	1,71	1,23	0,68
431507 Porto Vera Cruz (RS)	0,36	0,73	0,80	0,86	0,58
431720 Santa Rosa (RS)	0,32	0,50	0,50	0,49	0,42
431790 Santo Cristo (RS)	0,46	0,54	0,63	0,57	0,52
431849 São José do Inhacorá (RS)	0,85	0,89	0,99	0,93	0,90
432180 Três de Maio (RS)	1,07	0,84	0,71	0,59	0,53
432210 Tucunduva (RS)	1,00	0,98	0,86	0,70	0,28
432230 Tuparendi (RS)	1,54	1,19	1,08	1,00	0,73
MÉDIA SANTA ROSA	0,76	0,86	0,84	0,74	0,59

SANTO ÂNGELO

430250 Bossoroca (RS)	-0,04	0,12	0,19	0,25	0,26
430500 Catuípe (RS)	0,47	0,46	0,46	0,42	0,20
430635 Dezesseis de Novembro (RS)	0,03	0,46	0,66	0,72	0,51
430693 Entre-Ijuís (RS)	0,27	0,49	0,56	0,54	0,30
430783 Eugênio de Castro (RS)	0,37	0,60	0,62	0,58	0,53
430900 Giruá (RS)	0,27	0,48	0,59	0,57	0,52
431455 Pirapó (RS)	0,03	0,32	0,38	0,47	0,54
431770 Santo Antônio das Missões (RS)	0,28	0,39	0,45	0,51	0,35
431750 Santo Ângelo (RS)	0,17	0,34	0,38	0,39	0,42
432032 Senador Salgado Filho (RS)	0,61	0,88	1,02	0,90	0,68
431890 São Luiz Gonzaga (RS)	0,54	0,69	0,73	0,67	0,43

431915 São Miguel das Missões (RS)	0,25	0,33	0,33	0,32	0,82
431920 São Nicolau (RS)	0,08	0,33	0,48	0,56	0,11
432234 Ubiretama (RS)	0,29	0,45	0,46	0,52	0,47
432375 Vitória das Missões (RS)	-0,17	0,59	0,85	0,76	0,26
MÉDIA SANTO ÂNGELO	0,23	0,46	0,54	0,55	0,43

TRÊS PASSOS

430185 Barra do Guarita (RS)	0,75	0,68	0,65	0,63	0,82
430220 Boa Vista do Buricá (RS)	0,52	0,71	0,73	0,69	0,88
430237 Bom Progresso (RS)	0,80	0,94	0,76	0,69	0,55
430260 Braga (RS)	0,84	1,01	0,90	0,85	0,53
430600 Crissiumal (RS)	0,64	0,67	0,75	0,64	0,27
430632 Derrubadas (RS)	0,60	0,86	0,92	0,94	1,36
430673 Doutor Maurício Cardoso (RS)	0,87	0,99	0,92	0,80	0,45
430745 Esperança do Sul (RS)	0,01	0,47	0,78	0,90	0,55
430960 Horizontina (RS)	0,68	0,85	0,83	0,73	0,53
430970 Humaitá (RS)	0,91	1,00	0,88	0,76	0,44
431230 Miraguaí (RS)	0,67	1,06	1,25	1,36	0,46
431301 Nova Candelária (RS)	0,80	0,92	1,03	1,02	1,13
430400 Campo Novo (RS)	0,64	0,52	0,45	0,38	0,40
431540 Redentora (RS)	-0,10	0,26	0,44	0,51	0,19
432023 Sede Nova (RS)	0,85	1,09	1,31	1,28	0,72
431910 São Martinho (RS)	0,83	1,16	1,25	1,19	0,89
432140 Tenente Portela (RS)	0,08	0,35	0,47	0,54	0,50
432147 Tiradentes do Sul (RS)	0,06	0,51	0,70	0,75	0,76
432190 Três Passos (RS)	0,60	0,82	0,80	0,70	0,57
432370 Vista Gaúcha (RS)	1,39	1,08	1,18	1,04	0,82
430165 Barão (RS)	0,96	0,92	0,79	0,69	0,84
MÉDIA TRÊS PASSOS	0,64	0,80	0,85	0,81	0,65

VACARIA

430230 Bom Jesus (RS)	0,37	0,43	0,53	0,57	0,40
430360 Cambará do Sul (RS)	0,32	0,43	0,47	0,50	0,48
430367 Campestre da Serra (RS)	0,37	0,34	0,44	0,49	0,57
430740 Esmeralda (RS)	0,27	0,65	0,77	0,80	0,73
431043 Ipê (RS)	0,96	1,14	0,99	0,83	0,04
431112 Jaquirana (RS)	0,54	0,58	0,53	0,49	0,52
431130 Lagoa Vermelha (RS)	0,37	0,55	0,62	0,57	0,52
431237 Monte Alegre dos Campos (RS)	0,71	0,58	0,60	0,48	0,29
431261 Muitos Capões (RS)	1,00	0,75	0,66	0,35	0,46
431820 São Francisco de Paula (RS)	0,19	0,18	0,21	0,28	0,25
431862 São José dos Ausentes (RS)	0,95	1,11	1,03	0,73	0,59
432250 Vacaria (RS)	0,42	0,48	0,48	0,46	0,51
MÉDIA VACARIA	0,54	0,60	0,61	0,55	0,45

RS/MÉDIA DAS MICROREGIÕES	0,50	0,54	0,69	0,66	0,67
----------------------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa.